



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AVANÇOS E DESAFIOS NAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE  
ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS (COTISTAS)  
NA UFSCar**

**Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa**

**SÃO CARLOS – SP**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa**

**AVANÇOS E DESAFIOS NAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE  
ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS (COTISTAS)  
NA UFSCar**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento.

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana

**SÃO CARLOS – SP**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa, realizada em 29/08/2022.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos (UFSCar)

Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe (UEM)

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

*À minha mãe Regina (in memoriam) por sempre se dedicar para que minha irmã e eu tivéssemos as melhores oportunidades e por sempre nos ajudar e estar presente em todos os momentos.*

*À minha família, meu marido Gustavo e meus filhos Caio, Gustavo e Miguel, por terem me acompanhado nesta jornada de estudos e por todo apoio, paciência e incentivo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Todo trabalho de pesquisa é resultado de muito empenho e neste processo são muitas as pessoas que nos incentivam, apoiam e nos guiam e são para essas pessoas que deixo meus agradecimentos.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Prof. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz, Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe e Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos, obrigada pelas suas contribuições.

Aos meus amigos que de alguma forma se fazem sempre presentes em minha vida.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFSCar) pela convivência e aprendizado.

Agradeço aos estudantes que responderam ao questionário e contribuíram para que fossem possíveis as análises e os resultados apresentados neste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento pelas orientações, confiança e incentivo durante todo o mestrado. Obrigada por me ajudar e contribuir sempre, sua orientação foi fundamental para a realização deste trabalho.

Minha gratidão a todos vocês!

## RESUMO

A população negra representa mais da metade da população brasileira, no entanto, ainda são desiguais os indicadores sociais e econômicos relacionados aos grupos étnico-raciais na sociedade. As políticas de ações afirmativas adotadas como estratégia para a redução das desigualdades na área da educação têm dado especial atenção à educação de nível superior em razão das desigualdades na participação de estudantes brancos e negros neste nível de ensino. Essas políticas têm alcançando resultados significativos expressos pela ampliação do número de estudantes negros nas universidades federais. No entanto, elas ainda são insuficientes para viabilizarem a permanência material e simbólica que possa assegurar que os estudantes cheguem com sucesso ao término da trajetória acadêmica. Neste sentido, este trabalho busca analisar e discutir os problemas e desafios relativos ao acesso e à permanência de estudantes negros na universidade pública, com foco na situação da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. A investigação foi realizada com base em pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo foi realizada com estudantes que ingressaram na UFSCar pelo sistema de reservas de vagas, no critério étnico-racial e de renda associados, ou seja, ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, além dos ingressantes na reserva de vagas para deficientes deste mesmo grupo. Os dados levantados na UFSCar contribuíram para a compreensão dos dados referentes à trajetória dos estudantes e ao desempenho nas diferentes modalidades de ingresso na UFSCar de 2008 a 2022. O percentual de ingresso por meio de reserva de vagas com o critério de escola pública passou de 22% em 2008 para 44% em 2022 e, apesar do percentual de ter dobrado nestes quinze anos, ainda é menor que o número de estudantes que ingressaram pelo acesso universal em 2022, que é de 56%. Essa evolução demonstra a necessidade de manutenção e ampliação das medidas que democratizam o acesso às universidades, além de mostrar a importância da institucionalização de programas de apoio à permanência dos estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas. A análise dos dados coletados na pesquisa de campo mostra que 60% dos alunos que responderam ao questionário se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, enquanto os demais recebem auxílio da universidade. As principais dificuldades apresentadas pelos estudantes são de subsistência e relacionadas ao preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e não pertencimento. Essas questões apontam para a necessidade e importância no avanço de medidas e programas institucionais que visem não somente a ampliação do acesso, mas também a permanência material e simbólica dos estudantes negros.

**Palavras Chave:** Universidade Pública – UFSCar; Políticas de Ações Afirmativas; Acesso e Permanência na Universidade Pública; Relações Étnico-Raciais; Cotas; Reserva de Vagas.

## ABSTRACT

The black population represents more than half of the Brazilian population, however, social and economic indicators related to ethnic-racial groups in society are still unequal. The affirmative action policies adopted as a strategy to reduce inequalities in education have given special attention to higher education, due to the inequalities in the participation of white and black students at this level of education. These policies have achieved significant results expressed by the expansion in the numbers of black students in federal universities, but it is necessary to increase the policies that make possible the material and symbolic permanence of students at the university, allowing them to successfully reach the end of their academic career. This academic work seeks to analyze and discuss the problems and challenges related to the access and permanence of black students in public universities, focusing on the situation in the Federal University of São Carlos-UFSCar. The investigation was carried out based on bibliographic, documentary and field research. The field research was carried out with students who entered UFSCar through the system of vacancy reservation, in the ethnic racial criterion and associated income, that is, self-declared black, brown or indigenous students, who have completed high school in public schools, in addition to those entering the reservations for the disabled in the same group. The data collected at UFSCar contributed to the understanding of data regarding student trajectory and performance in the different types of admission to UFSCar from 2008 to 2022. The percentage of admission through vacancy reservation with the criterion of public school, went from 22 % in 2008, to 44% in 2022, despite the percentage having doubled in these 15 years, it is still lower than the number of students who entered through universal access in 2022, 56%. This evolution demonstrates the need to maintain and expand the measures that democratize access to universities, in addition to showing the importance of institutionalizing programs to support the permanence of students entering the vacancy reservation system. The analysis of the data collected in the field research shows that 60% of the students who answered the questionnaire remain at the university with their own resources, either through the help of family members or work, while the rest receive assistance from the university. The main difficulties presented by students are subsistence and those related to prejudice, discrimination, racism, feelings of helplessness and non-belonging. These questions point to the need and importance of advancing in institutional measures and programs that aim not only to expand access, but also to aim at the material and symbolic permanence of black students.

**Keywords:** public university-UFSCar; affirmative action policies; Access and Permanence in the public university; Ethnic-Racial Relations; quotas; vacancy reservation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABUB	Aliança Bíblica Universitária do Brasil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CoG	Conselho Graduação
CoACE	Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
ConsUni	Conselho Universitário
DEAS	Departamento de Atenção à Saúde
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENPE	Ensino Não Presencial Emergencial
ETNS	Grupo de Pesquisa Educação, Territórios Negros e Saúde
FNB	Frente Negra Brasileira
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIPIR	Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas



OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PF	Procuradoria Federal
PIAPE	Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PROACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAADE	Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UAC	Unidade de Atendimento à Criança
UFG	Universidade Federal de Goiás
UERJ	Unidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Modalidade de Reserva De Vagas: Lei Federal nº 12.711/2012.....p. 44

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Cronograma de implantação da reserva de vagas na UFSCar (antes da Lei nº 12.711).....p. 43

**Tabela 2** – Distribuição dos estudantes pela modalidade de ingresso – total de 2008 a 2022 – (*campus*: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba).....p. 46

**Tabela 3** – Números absolutos – ingressantes de 2008 a 2022 – total UFSCar (Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba).....p. 47

**Tabela 4** – Percentual de ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 em cada *campus* UFSCar.....p. 53

**Tabela 5** – Números absolutos de ingressantes por curso nas modalidades de ingresso no SiSU – total de 2013 a 2022 – UFSCar *campus* São Carlos.....p. 53

**Tabela 6** – Ingressantes por centro por modalidade de ingresso – total de 2013 a 2022...p. 55

**Tabela 7** – Recursos PNAES 2008 – 2018 / BRASIL.....p. 68

**Tabela 8** – Serviços, ações ou programas mais utilizados no universo da Assistência Estudantil de acordo com pesquisa realizada pelo FONAPRACE.....p. 72

**Tabela 9** – Recursos PNAES repassados para a UFSCar.....p. 74

**Tabela 10** – Alunos(as) atendidos pelo programa de Assistência Estudantil na UFSCar: total de 2016 a maio de 2022.....p. 75

**Tabela 11** – Número de estudantes ingressos por modalidade ingresso (SiSU) no período de 2013 a 2018.....p. 84

**Tabela 12** – Percentual dos cursos que correspondem a 50% dos alunos ingressantes na UFSCar pelo sistema de reserva de vagas (G1+G3), selecionados na 1º fase da pesquisa, considerando os dados de 2013 a 2018 do SiSU.....p. 84

**Tabela 13** – Ano de ingresso na UFSCar.....p. 86

**Tabela 14** – Cursos da graduação dos participantes da pesquisa.....p. 87

**Tabela 15** – Participantes por centro acadêmico.....p. 87

**Tabela 16** – Qual o nível de escolaridade do seu pai e da sua mãe.....p. 88

**Tabela 17** – Como você se mantém na UFSCar?.....p. 89

**Tabela 18** – No início do período ENPE, a UFSCar ofereceu apoio para inclusão digital dos estudantes.....p. 91

**Tabela 19** – Quando você tem dificuldade referente à permanência na universidade, quais são suas atitudes?.....p. 94

**Tabela 20** – Como você avalia seu relacionamento?.....p. 97

**Tabela 21** – Como você avalia o seu próprio desempenho nas disciplinas?.....p. 97

**Tabela 22** – Como você avalia o impacto das situações indicadas abaixo no rendimento nas disciplinas?.....p. 99

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Força de trabalho e taxa de subutilização – brancos e negros (pretas e pardas).....p. 22
- Gráfico 2** – Taxa de analfabetismo segundo a situação do domicílio (%).....p. 24
- Gráfico 3** – Taxa ajustada de frequência escolar líquida da população residente de 6 a 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino (%).....p. 24
- Gráfico 4** – Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos segundo o nível de ensino frequentado (%).....p. 25
- Gráfico 5** - Taxa de conclusão do ensino médio (%).....p. 26
- Gráfico 6** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 (total UFSCar - *campus* Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba).....p. 48
- Gráfico 7** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 na UFSCar (*campus* Araras).....p. 49
- Gráfico 8** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso na UFSCar (*campus* São Carlos).....p. 50
- Gráfico 9** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso na UFSCar (*campus* Sorocaba).....p. 50
- Gráfico 10** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso na UFSCar (*campus* Lagoa do Sino).....p. 51
- Gráfico 11** – Total de alunos ingressantes nos *campi* da UFSCar - Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba de 2008 a 2022.....p. 52
- Gráfico 12** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2008 a 2012 (Portaria GR697/2007).....p. 57
- Gráfico 13** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2013 a 2017.....p. 58
- Gráfico 14** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2018 a 2022..... p. 59
- Gráfico 15** – Principais dificuldades que os estudantes enfrentam para se manter na universidade.....p. 92
- Gráfico 16** – Estratégias para superar as dificuldades de permanência na universidade.....p. 93
- Gráfico 17** – Em sua opinião, qual é o principal motivo de discriminação com os alunos e alunas em seu curso?.....p. 95
- Gráfico 18** – Você já foi discriminado na universidade?.....p. 96

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. A PROMOÇÃO DO ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO .....</b>	<b>20</b>
2.1. Desigualdades sociais por cor ou raça na sociedade brasileira .....	20
2.1.1. Desigualdades raciais na educação brasileira .....	22
2.2. Uma síntese histórica das desigualdades raciais no Brasil .....	27
2.3. As políticas de ações afirmativas para acesso ao Ensino Superior .....	37
2.4. A promoção do acesso ao ensino superior na UFSCar .....	42
2.4.1 Ingresso nas diferentes modalidades na UFSCar de 2008 a 2022: uma breve análise comparativa .....	45
2.4.2 Status/trajetória do estudante .....	56
<b>3. POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO .....</b>	<b>61</b>
3.1. Conceituando a permanência estudantil.....	61
3.1.1. Permanência material.....	63
3.1.2. Permanência simbólica .....	66
3.2. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) .....	67
3.2.1. Programas e ações para permanência dos estudantes nas IFES .....	70
3.2.2 - Assistência estudantil na UFSCar .....	72
3.2.3. Grupos de estudos e redes de apoio aos estudantes negros na UFSCar .....	80
<b>4. O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA UFSCar: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES.....</b>	<b>83</b>
4.1. Perfil dos estudantes pesquisados .....	86
4.2. Permanência na UFSCar .....	89
4.3 - Dificuldades de permanência na UFSCar.....	91
4.4 - Discriminação na UFSCar .....	95
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>111</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de a população negra representar mais da metade da população brasileira, ainda são desiguais os indicadores sociais e econômicos em relação aos demais grupos étnico-raciais da sociedade brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE/2019), em 2018, a composição racial da população brasileira era formada por 43,1% de brancos e os pretos e pardos<sup>1</sup> somavam 55,8%.

Mesmo sendo maioria na população brasileira e apesar dos avanços conquistados nas décadas iniciais deste século, a participação do negro<sup>2</sup> em todos os setores da sociedade é ainda baixa. No Brasil, as desigualdades raciais aparecem com maior destaque no mercado de trabalho e na educação por se tratar de questões historicamente persistentes nas relações sociais e raciais e que permanecem até os dias atuais (THEODORO, 2008).

O combate às desigualdades raciais no Brasil tem adotado como principal estratégia as políticas de ações afirmativas, em especial na área da educação no nível do Ensino Superior. A concretização das políticas de ações afirmativas pelo Estado Brasileiro, desde os anos iniciais deste século, tem adotado a educação como principal estratégia para promover e incentivar o reconhecimento, valorização e afirmação de direitos e identidade da população negra, bem como o combate ao racismo e todo tipo de discriminação. Neste processo, os movimentos negros têm uma trajetória de reivindicações, em especial no que tange à educação. Assim, se fizeram ouvir em demandas que há muito tempo reivindicavam, como propostas de combate ao racismo e desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso a cursos profissionalizantes e universidades.

As políticas de ações afirmativas no Ensino Superior iniciaram a partir de 2001, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotaram este sistema por força de lei estadual, seguidas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 2002. A primeira instituição federal a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas foi a Universidade de Brasília (UnB), em seu vestibular de 2004. A partir disso, outras universidades públicas federais e estaduais passaram a criar mecanismos de reserva de vagas a determinados segmentos da população, como: indígenas, negros, quilombolas, portadores de deficiência, refugiados, beneficiários ou dependentes da

---

1 Pretos e pardos: a combinação desses grupos forma a classificação negro, segundo o IBGE.

2 Será utilizada a expressão somente no gênero masculino como representação oficial da gramática portuguesa para os demais gêneros.

reforma agrária, entre outros. Cada uma destas instituições votou nos conselhos universitários a melhor forma de implementar essa política.

A defesa das políticas de ações afirmativas se baseia em três argumentos principais: “reparação, justiça distributiva e diversidade. Historicamente, esses três argumentos têm sido os pilares sobre os quais se assenta a justificção de tais políticas, seja no Brasil ou em outros países onde elas são empregadas” (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 28).

Com o aumento do número de vagas e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público, verifica-se significativa ampliação da participação da população negra no ensino superior brasileiro. De fato, houve redução das desigualdades raciais em vários níveis, com destaque para o ensino superior (IPEA, 2020).

O Programa de Ações Afirmativas da UFSCar foi parte das iniciativas pioneiras de instituições de ensino superior públicas, que teve a aprovação pelo Conselho Universitário - ConsUni no final de 2007, instituindo a reserva de vagas como parte integrante de seu processo seletivo de alunos a partir de 2008.

O ingresso por reserva de vagas para acesso aos cursos de graduação da UFSCar, no Programa de Ações Afirmativas, foi regulamentado pela Portaria GR 695/07, de 06 de junho de 2007, que vigorou no período de 2008 a 2012. O programa estabelecia a reserva de vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública de ensino (municipal, estadual, federal) e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino e uma parcela de 35% deste grupo, para estudantes negros, ou seja, pretos ou pardos, conforme categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a promulgação da Lei Federal 12.711 de 29 de agosto de 2012, que estabeleceu reserva de vagas nas instituições federais de educação superior, a UFSCar apenas adaptou seu programa aos critérios da lei federal, ou seja, acrescentou o critério de reserva de acordo com a renda familiar bruta mensal *per capita* do estudante, organizado nos grupos descritos<sup>3</sup>.

Ao longo das duas últimas décadas, a partir das iniciativas de algumas instituições públicas de educação superior e posteriormente da Lei Federal 12.711/2012, a universidade

---

3 GRUPO 1: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 2: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 3: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* superior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 4: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta *per capita* superior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 5: vagas para os demais candidatos, ou seja, aqueles e aquelas que não se enquadrarem em nenhum dos grupos descritos anteriormente ou ainda que não optarem por concorrer às vagas destinadas a essas modalidades a que se refere a Lei 12.711/2012.

pública deixou de ser um espaço ocupado prioritariamente pela população branca e socioeconômica privilegiada, e passou a promover a inclusão de um significativo contingente de estudantes vindos das camadas populares, ao mesmo tempo, que fomentou uma diversificação do público estudantil, com políticas de inclusão racial, de gênero e de pessoas com deficiência.

As políticas de ações afirmativas para estudantes negros e indígenas vão além do objetivo de ocupação de vaga na educação superior, possuindo uma conotação de mudança ao demonstrar a toda a sociedade brasileira que é possível não só redistribuir políticas públicas de boa qualidade, como também possibilita a mudança na composição racial das elites dirigentes nacionais (SANTOS, 2013).

A melhora dos indicadores tem sido relevante, mas como a desigualdade é histórica e estrutural, os avanços só acontecem quando há mobilização da sociedade e políticas públicas direcionadas, como o sistema de cotas para acesso ao nível superior. Nesse sentido, as universidades enfrentam desafios para o aprimoramento de medidas de assistência e infraestrutura para alcançar resultados mais positivos.

A V Pesquisa Nacional de perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES – realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE mostrou que, pela primeira vez, o número de estudantes negros nas universidades federais ultrapassou o de estudantes brancos; jovens negros representavam 51,2% do total de estudantes de instituições federais de ensino. Além do aumento no número de estudantes negros, a pesquisa também revelou que 53,5% dos discentes têm renda familiar *per capita* de até um salário mínimo (SM). Destaca-se ainda que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* até 1,5 salários mínimos passou de 44,3%, em 1996 para 66,2%, em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica (ANDIFES, [2019] p. 47).

Apesar do percentual crescente de negros matriculados no ensino superior, de acordo com o IPEA, em 2017, a população negra ainda correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo. E, considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros tinham completado o ensino superior, enquanto na população branca o percentual era de 22,9%.

A garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização. Este processo compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entendê-la como bem público, destinada a todos, indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira, uma vez que a

universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (INEP, 2014).

As ações que devem abranger a assistência estudantil para assegurar a permanência são, desde o acompanhamento às necessidades educacionais até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros – *permanência material*. Além de ações voltadas à qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão – *permanência simbólica e sentimento de pertencimento*.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (ALVES, 2002, p. 1).

As políticas públicas de assistência estudantil devem contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência do estudante na universidade, permitindo que cheguem com sucesso ao término da trajetória acadêmica. No entanto, observa-se que as políticas de assistência estudantil têm o caráter de abrangência universal, sem recortes pelos grupos de ingresso na universidade, ou seja, sem visar especificamente o combate das desigualdades raciais presentes entre os estudantes.

Sabemos que as políticas universais que têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais são importantes, porém, não são suficientes para reduzir as diferenças que separam negros e brancos. No primeiro ano da pandemia do Covid-19, no Brasil, em 2020, a população branca ganhou em média 73,3% a mais que a preta ou parda (IBGE, 2020).

Em vários planos – no educacional, acesso aos empregos bem remunerados, serviços de uso coletivo, rendimento, moradia, mortalidade infantil – a população negra apresenta indicadores sensivelmente piores que os brancos. Seja qual for o plano indicador escolhido para analisar as desigualdades raciais, em todos, a população negra encontra-se em situação pior. Assim, os argumentos de que no Brasil ser branco ou ser negro é indiferente do ponto de vista da estratificação social não são verdadeiros, ou antes, pode-se argumentar que o problema social brasileiro possui um evidente e nítido componente racial (CAMPOS, 2009).

Considerando que as políticas de ações afirmativas alcançaram resultados significativos expressos pela ampliação do número de estudantes negros nas universidades federais após a implementação da Lei 12711/12, o problema central da pesquisa se expressa com a questão: as



ações do Governo Federal, das Universidades Federais e da UFSCar para garantir o acesso e a permanência dos estudantes negros têm alcançado os objetivos de ampliar a presença e a formação deste grupo de estudantes e reduzir as desigualdades raciais no Ensino Superior?

Diante deste contexto e da importância de políticas de ações afirmativas voltadas à população negra, este trabalho tem como objetivo geral investigar os avanços e desafios nas políticas de promoção do acesso e da permanência de estudantes negros ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, no critério étnico-racial, na Universidade Federal de São Carlos. Os objetivos específicos são: analisar as políticas públicas de promoção do acesso e permanência da população negra na universidade pública; discutir os indicadores dos avanços da população negra no acesso à universidade pública, em especial à UFSCar; analisar os projetos que visam promover a permanência dos estudantes negros na UFSCar; investigar os avanços e dificuldades de permanência de estudantes negros na UFSCar.

A investigação foi realizada com base em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sobre o acesso e a permanência dos estudantes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que optaram pelo ingresso por meio do sistema de reserva de vagas/cotas raciais.

Na etapa das pesquisas bibliográfica e documental foi realizada uma ampla revisão sobre as políticas e programas de apoio ao acesso e à permanência de estudantes negros nas universidades públicas e da pesquisa documental sobre as políticas públicas e os programas das universidades de promoção do acesso e permanência da população negra ao ensino superior nas universidades públicas.

A pesquisa de campo foi realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em duas etapas: inicialmente foi realizado o mapeamento da população com dados solicitados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) e fornecidos Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) da UFSCar, com um levantamento dos estudantes ingressantes por meio do sistema de cotas, matriculados nos cursos de graduação, de 2008 a 2022, sendo como sujeitos os estudantes negros cotistas; e à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) para a informação a respeito dos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil na UFSCar.

Na segunda etapa foi elaborado um questionário, aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar, com o objetivo de aplicá-lo aos estudantes negros ingressantes pelo programa de reserva de vagas (Lei 12711/2012), com questões objetivas para traçar um perfil e questões que possibilitem identificar os principais problemas de permanência destes estudantes. Além disso, buscou identificar sugestões de possíveis soluções para minimizar os problemas.

O meu interesse em pesquisar o acesso e a permanência de estudantes negros na universidade pública tem origem no envolvimento pessoal com a UFSCar desde a minha formação na graduação no curso de Estatística e, atualmente, como servidora técnica administrativa no *campus* São Carlos, que tem possibilitado a convivência e o conhecimento das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo grupo de estudantes negros ingressantes na reserva de vagas. A realização deste trabalho permitiu conhecer melhor a situação deste grupo de alunos na UFSCar, cujos resultados podem contribuir na elaboração de novas iniciativas no sentido de superar essas dificuldades e desigualdades.

Neste sentido, para atender a estes objetivos, esta dissertação está organizada em cinco seções: a primeira apresenta a introdução do trabalho. Na segunda, discute-se, inicialmente, as desigualdades sociais por cor ou raça na sociedade brasileira e as desigualdades raciais na educação brasileira. A segunda parte traça um breve histórico da constituição das desigualdades raciais na sociedade brasileira e a luta da população negra pela superação dessas desigualdades, para em seguida analisar as políticas de ações afirmativas adotadas nas universidades públicas, com foco na UFSCar, visando promover o acesso ao ensino superior de estudantes negros. A terceira seção, na primeira parte, é realizada uma discussão a respeito das dificuldades relativas à permanência na UFSCar, para na segunda parte discutir os Programas de Assistência Estudantil na UFSCar. Na quarta seção é realizada a análise dos dados coletados com os estudantes cotistas negros na UFSCar. A coleta das respostas foi realizada por meio de questionário on-line enviado por e-mail aos estudantes e o recorte foi realizado pelo grupo de acesso ao SiSU<sup>4</sup>, ou seja, Grupo 1<sup>5</sup> e Grupo 3, considerando o ingresso anterior a 2016 até 2020<sup>6</sup>. As respostas se dão principalmente para entender como eles se sentem na Universidade e quais as suas perspectivas e dificuldades quanto à permanência. As considerações finais serão apresentadas na quinta seção.

Com relação às atividades do mestrado, cabe registrar que, tanto as disciplinas cursadas quanto o desenvolvimento da pesquisa, foram desenvolvidas em sua totalidade no período na

---

<sup>4</sup>O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes. Fonte: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br).

<sup>5</sup>G1+G3 = grupos 1, 3, 1D e 3D - ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com e sem critério de renda associado.

<sup>6</sup>O questionário foi enviado aos estudantes em agosto de 2020. Dessa forma, abrangeu os estudantes ingressos até o ano de 2020.

pandemia da Covid-19, o que exigiu a adaptação do projeto inicial para a realização no modo virtual, bem como, o ajuste do cronograma.

## **2. A PROMOÇÃO DO ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

Esta seção tem o objetivo de discutir as políticas de ações afirmativas adotadas como estratégia de promoção do acesso ao ensino superior para estudantes negros, abordando inicialmente os processos de constituição das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Também aborda a luta da população negra pela superação das desigualdades e finaliza com uma discussão sobre as políticas de ações afirmativas para promoção do acesso ao ensino superior implementadas pelo Estado brasileiro, com recorte especial para os programas de promoção do acesso ao ensino superior da UFSCar.

### **2.1. Desigualdades sociais por cor ou raça na sociedade brasileira**

A desigualdade social é uma característica histórica e estrutural da sociedade brasileira, que tem se mantido e se reproduzido mesmo em períodos de crescimento e prosperidade econômica. A desigualdade social no Brasil é marcada principalmente pela distribuição desigual de renda (salários) que se manifesta nos índices discrepantes de concentração de renda, tornando o Brasil a segunda maior concentração de renda do mundo, conforme o relatório da ONU. De acordo com o ranking sobre o desenvolvimento humano, no Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, perdendo apenas para o Catar, onde 1% mais rico concentra 29% da renda (GLOBO, 2019).

Embora o eixo central das desigualdades na sociedade brasileira seja socioeconômico, oriundo das diferenças entre as classes sociais, há um entrecruzamento com as demais formas de manifestações das desigualdades, como as raciais, de gênero, as territoriais (regionais), de idade, condição de deficiência e outras.

Neste entrecruzamento é fundamental considerar o fator do racismo em sua constituição, persistência e reprodução. A desigualdade histórica de direitos e oportunidades entre brancos e negros foi decisiva para a situação que os negros vivem hoje no país. É o que constituiu o racismo estrutural no Brasil como consequência histórica.

Racismo estrutural que se manifesta no conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutidos em nossos costumes, promovendo a segregação racial, estando presentes em todas as instâncias da sociedade brasileira, seja na política, educação, economia, saúde, etc.

A história de séculos de exploração foi alimentada inclusive por medidas governamentais que restringiam a integração da população negra liberta. O

racismo travestido de ciência deu lugar, ao longo da primeira metade do século 20, a um discurso de elogio da mestiçagem e de democracia racial. A negação do racismo constituía-se em política de Estado, a despeito das denúncias constantes dos movimentos sociais negros. (SILVA, 2018, p. 9).

O racismo no Brasil se manifesta de forma escancarada, apesar de negado, com comportamentos que consideramos normais e naturais e que fazem parte de uma herança racista que acompanha a nação brasileira desde a colonização. Como exemplos de racismo estrutural no Brasil podemos listar: os espaços exclusivos para grupos privilegiados, o fato de os negros serem maioria entre os mais pobres, as falas e hábitos pejorativos incorporados que promovem a exclusão e o preconceito mesmo que indiretamente. Como o uso das palavras “denegrir”, “negativo”, “mercado negro”, o uso de ditados populares como “a coisa tá preta”, “inveja branca”, “não sou tuas negas”, o preconceito contra as religiões de matriz africana, a discriminação no mercado de trabalho, a adoção de eufemismos para se referir a negros ou pretos, como as palavras “moreno” e “pessoa de cor”.

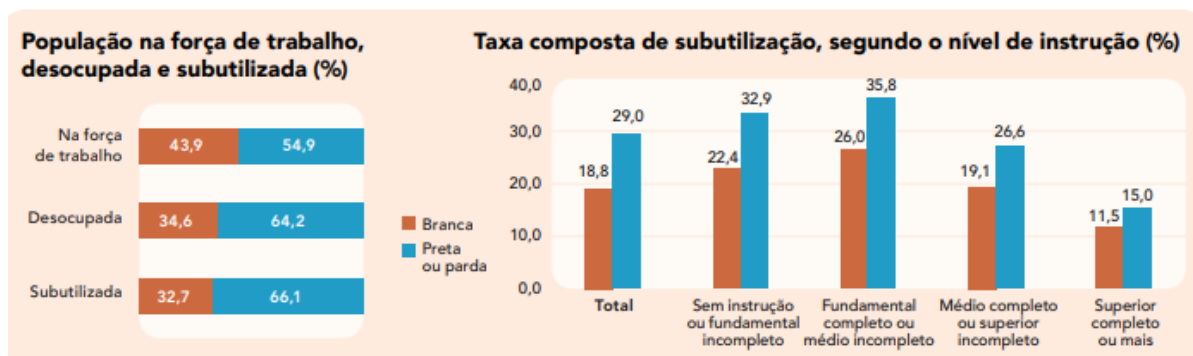
[...] o racismo, que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e difunde-se no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país. (THEODORO, 2008, p. 24).

No Brasil, o racismo, assim como as desigualdades raciais visíveis, tem gerado graves consequências para a população negra e para o país. Apesar de o Brasil nunca ter constituído um regime de segregação racial legal e formal, as desigualdades raciais são enormes e persistentes, mantendo a população negra em situação subalterna na sociedade brasileira, mesmo sendo a maioria na população em termos quantitativos, de acordo com dados do IBGE.

A composição racial da população brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 diz que 56,2% (46,8% como pardos + 9,4% como pretos) dos brasileiros se declararam como negros, enquanto 42,7% como brancos e 1,1% como amarelos ou indígenas.

A análise das desigualdades raciais aparece no informativo do IBGE “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (2018), que apresenta as desigualdades sociais por cor ou raça, a partir de indicadores das condições de vida da população brasileira, como mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia, educação, violência e representação política.

**Gráfico 1** – Força de trabalho e taxa de subutilização – brancos e negros (pretas e pardas)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Assim como no total da população brasileira, as pessoas negras constituem, também, a maior parte da força de trabalho no país, com um percentual de 54,9% (IBGE, 2018).

Apesar de esses indicadores mostrarem o abismo existente entre as condições de vida de brancos e negros, ainda há a recusa em admitir que considerável parcela das desigualdades se deve à condição racial dos indivíduos. A invisibilidade da raça e a sua negação como um dos principais fatores determinantes das desigualdades sociais se explica pela difusão da ideia de “democracia racial”, como afirma Queiroz (2004).

A recusa em admitir a raça como um mecanismo gerador de desigualdades sociais repousa na crença, amplamente difundida, de que os brasileiros desfrutam de uma situação racial harmoniosa e equilibrada em termos de tratamento e de acesso aos bens sociais; na ideia de “democracia racial”. Dessa perspectiva, as desigualdades presentes na sociedade brasileira seriam reflexo de sua estrutura de classes. Essa visão tem sido responsável por uma banalização das desigualdades entre brancos e negros, dificultado a emergência de um posicionamento crítico face às relações raciais no país, que permita a implementação de políticas de superação dessas desigualdades. (QUEIROZ, 2004, p. 73).

As desigualdades raciais se manifestam em diferentes dimensões: educação, rendimentos, emprego, moradia, serviços de saúde, entre outros. No entanto, tendo em vista que o foco deste trabalho está nas questões sobre o acesso ao ensino superior, no item seguinte discutimos algumas questões relativas às desigualdades raciais na educação brasileira.

### **2.1.1. Desigualdades raciais na educação brasileira**

A educação é considerada como a principal estratégia de promoção da ascensão social e profissional, no entanto, apesar da importância para mudanças na situação das pessoas, a população negra tem tido oportunidades desiguais de acesso aos bens sociais da sociedade brasileira.

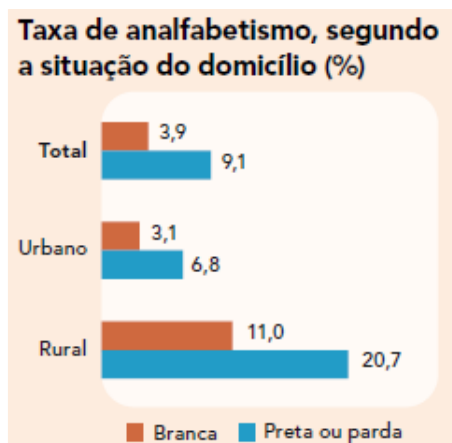
Isso porque, a desigualdade racial na sociedade brasileira se reproduz também na educação. São vários os indicadores de desigualdades educacionais entre brancos e negros, em todos os níveis de ensino, com o grave efeito de produzir o cerceamento do acesso da população negra a outros direitos.

As desigualdades raciais na educação se manifestam de formas diferentes nos diferentes níveis de ensino: o ensino fundamental tem o acesso universalizado, mas apresenta indicadores significativos de reprovação e abandono de alunos. No ensino médio os problemas referem-se à baixa qualidade e altos níveis de reprovação e abandono, que se explica em parte pela falta de identidade do ensino médio e pela necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho para muitos jovens de famílias de baixa renda. Por fim, no ensino superior, as desigualdades ainda persistem, apesar da redução observada nas duas décadas deste século.

A divulgação pelo IBGE dos resultados do módulo de Educação da “Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua” (PNAD-Contínua) revela que houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre os anos 2016 e 2018. No entanto, persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que pessoas pretas ou pardas e as regiões Nordeste e Norte apresentaram uma taxa de analfabetismo bem mais alta e uma média de anos de estudo inferior à das regiões do Centro-Sul do país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, de 2018, apresenta os indicadores das desigualdades educacionais da população negra em relação à população branca. Apesar dos indicadores da população negra apresentarem melhoras nos anos recentes, ainda permanecem com muitas desvantagens em relação à população branca, conforme mostra o Gráfico 2, a seguir.

**Gráfico 2** – Taxa de analfabetismo segundo a situação do domicílio (%)

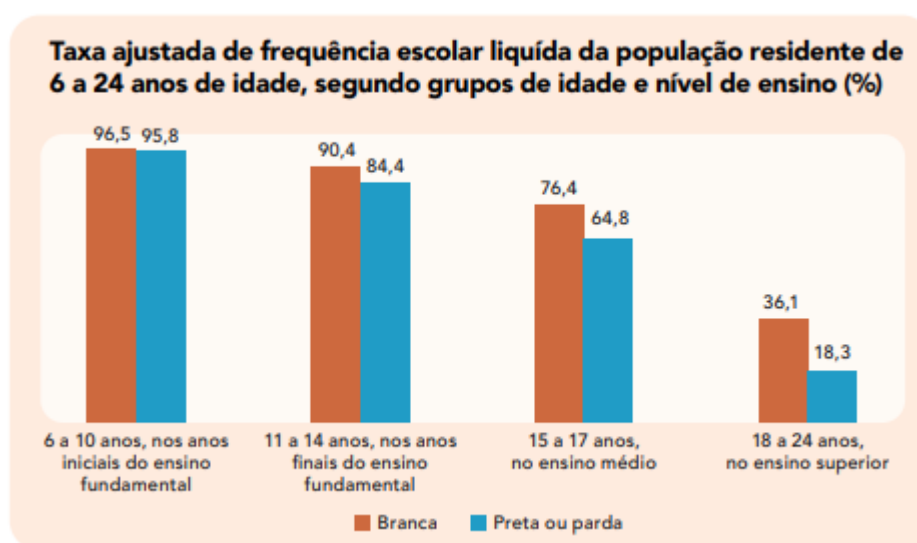


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Nota: Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Na análise por cor ou raça feita pelo PNAD, em 2018, a taxa de analfabetismo da população negra era de 9,1%, enquanto da população branca era 3,9%, ou seja, mais que o dobro dos brancos. A diferença de indicadores entre esses grupos se destaca no recorte da população mais velha em que a proporção de analfabetos é ainda maior. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca era 10,3%, já a de pessoas negras era 27,5%.

**Gráfico 3** – Taxa ajustada de frequência escolar líquida da população residente de 6 a 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino (%)



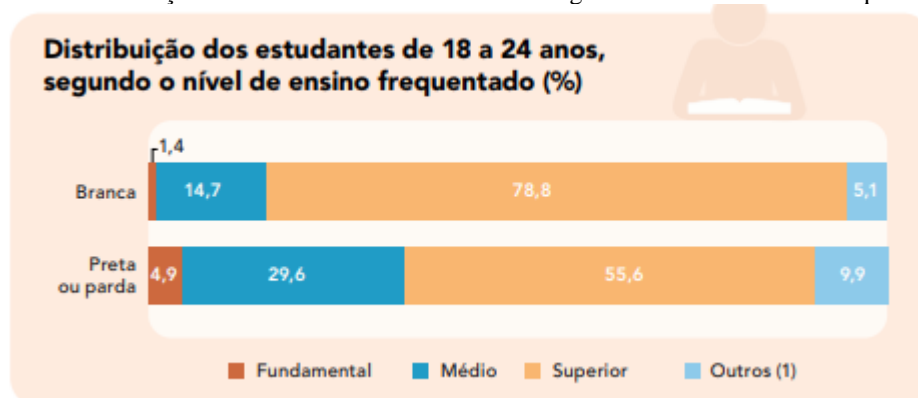
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).



No Gráfico 3, a taxa ajustada de frequência escolar líquida também aponta desigualdade em razão de cor ou raça, que se aprofunda e se acumula à medida que avançamos os níveis de ensino e situações motivadoras para evasão escolar. Em 2018, praticamente não havia diferença entre as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas ou pardas cursando os anos iniciais do ensino fundamental (96,5% e 95,8%, respectivamente). Para as pessoas de 15 a 17 anos (faixa etária ideal do Ensino Médio) o recorte por cor e raça mostra que essa taxa era 76,4% para as pessoas brancas, enquanto para as pessoas negras era 64,8%. Esse indicador mostra uma evasão significativa no Ensino Médio em relação ao Ensino Fundamental, porém, a diferença entre brancos e negros é expressiva, tendo em vista que a escolarização dos jovens brancos é superior em 11,6% em relação a dos jovens negros.

De acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca que frequentava ou já havia concluído o ensino superior era de 36,1%, quase o dobro da observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda, 18,3%. Nesse cenário, enquanto a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) já havia sido atingida na população branca, na população preta ou parda, os 33% de frequência líquida no ensino superior estabelecidos no Plano, até 2024, permaneciam distantes.

**Gráfico 4** – Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos segundo o nível de ensino frequentado (%)

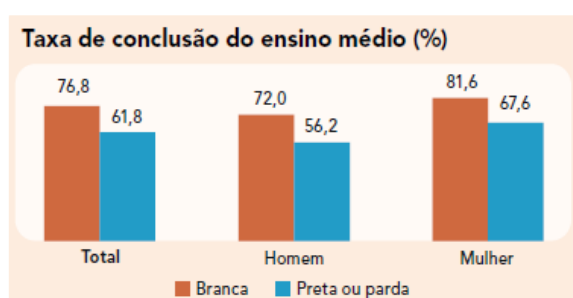


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018. (1) Inclui alfabetização de jovens e adultos e educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio.

Apesar do não alcance da Meta 12 do PNE, outro indicador que apresentou incremento na população preta ou parda, entre 2016 e 2018, foi a proporção de estudantes de 18 a 24 anos

de idade cursando ensino superior, que passou de 50,5% (2016)<sup>7</sup> para 55,6% (2018). Esse patamar, contudo, ainda ficou abaixo dos 78,8% de estudantes na população branca de mesma faixa etária neste nível de ensino. Vale lembrar que o Brasil é um país em que a escolaridade implica altos retornos salariais, em comparação a outros países, é o que mostra também uma pesquisa internacional sobre educação feita pela OCDE. Este panorama de indicadores educacionais, ao lado de outros fatores, contribui para a desigualdade observada entre os rendimentos das pessoas brancas e pretas ou pardas.

**Gráfico 5** – Taxa de conclusão do ensino médio (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Nota: Pessoas de 20 a 22 anos de idade.

Outro obstáculo é refletido pela taxa de conclusão do ensino médio (Gráfico 3) da população preta ou parda (61,8%) que, embora tenha aumentado desde 2016 (58,1%)<sup>8</sup>, continua menor que a taxa da população branca (76,8%). Esta taxa mede a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada de frequência no último ano do ensino médio (de 20 a 22 anos de idade) que concluíram esse nível. Em todas as grandes regiões do país observou-se uma proporção menor de pessoas pretas ou pardas de 20 a 22 anos aptas a cursarem o ensino superior. É importante destacar que, embora as mulheres apresentem melhores indicadores educacionais que os homens de mesma cor ou raça, a taxa de conclusão do ensino médio dos homens brancos (72,0%) era maior que a das mulheres pretas ou pardas (67,6%).

Este mesmo estudo do IBGE nos mostra que a média de anos de estudo no Brasil das pessoas de 25 anos ou mais de idade foi 9,3 anos. O recorte por cor ou raça mostra que mais uma vez a diferença foi destaque. As pessoas de cor branca tinham uma média de 10,3 anos de estudo, enquanto as pessoas negras uma média de 8,4 anos, ou seja, uma diferença de quase 2

<sup>7</sup> Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019c. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

<sup>8</sup> Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019c. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

anos entre estes grupos. Entendemos que, “Neste sentido a superação das desigualdades raciais, em suas variadas dimensões, permanece um desafio. Tal cenário demanda políticas públicas com foco na população jovem de cor ou raça preta ou parda.” (IBGE, 2019a).

As desigualdades raciais na educação brasileira expressas nos indicadores apresentados anteriormente estão presentes em todos os níveis de ensino, com a tendência de ampliação do abismo entre as pessoas brancas e negras à medida que o nível de ensino avança.

Essas desigualdades são estruturais em nossa sociedade, resultam de longo período de acúmulo de desvantagens em todas as áreas, com destaque para as desigualdades no mercado de trabalho, na educação, na saúde e habitação. Assim, para este enfrentamento, consideramos que é necessário compreender o seu processo histórico de construção ao longo dos poucos mais de cinco séculos de história do Brasil.

## **2.2. Uma síntese histórica das desigualdades raciais no Brasil**

A história dos negros no Brasil não tem sido de passividade e apatia diante das desigualdades, mas de lutas e resistências ao longo do período escravocrata, no pós-abolição e continua na atuação do movimento negro até o presente.

A situação atual da população negra brasileira é histórica e decorre do longo período de quase quatro séculos de escravidão, da abolição incompleta que largou o negro à margem da sociedade, da política de embranquecimento, do mito da “democracia racial” que tem encoberto o racismo, o preconceito e a discriminação que estão presente no nosso cotidiano. (NASCIMENTO, 2021, p. 97).

Após o longo período de mais de três séculos de escravidão no Brasil, a abolição em 1888, apesar de bastante festejada, deixou o sentimento de ter sido inconclusa, por não ter realizado a reforma agrária e estabelecido leis protetoras do trabalhador negro emancipado, tendo como consequência a manutenção da população negra numa situação de miséria e sem condições de integrar-se na sociedade brasileira. A abolição da escravidão não encerrou a tensão “racial” que existia entre senhores e escravos, pois os proprietários com o argumento de que os negros não se adaptariam a sociedade sem rei, feitor e senhor, mantiveram os preconceitos raciais, as práticas autoritárias e as relações de dependência que sustentaram por tanto tempo a sociedade escravista. Os que defendiam essas ideias apoiavam-se nas teorias raciais<sup>9</sup> como

---

<sup>9</sup> Sobre teorias raciais ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

justificativa do posicionamento de classe superior, dominante (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 203).

No pós-abolição, os ex-escravos e seus descendentes foram abandonados na periferia dos centros urbanos, sem qualquer política de inclusão na sociedade, sem atender suas reivindicações, como: acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos da população branca.

Após a abolição da escravidão, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos. Durante um bom tempo o Brasil ainda viveu o ranço escravagista e a relação entre os antigos senhores e os ex-escravizados continuou pautada pelas relações que se estabeleciam no regime de escravidão. A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 107).

Além do abandono nas periferias das cidades, a elite brasileira passou a utilizar argumentos baseados nas teorias raciais para não perder sua posição social de classe dominante. Muitos temiam que o fim da escravidão pudesse despertar nos negros sentimentos de ódio racial e pensamentos de contestação das desigualdades sociais e promover vinganças.

As teorias raciais surgiram para explicar as origens e características de grupos humanos, com base em argumentos biológicos, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual, gerando uma classificação da humanidade por estágios civilizatórios e considerando as nações europeias como o modelo de sociedades mais adiantadas e civilizadas e os povos africanos e indígenas como os mais atrasados e “bárbaros”.

O espírito positivista surgido no século XIX transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas, de tal sorte que de objeto filosófico, o homem passou a ser objeto científico. A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferenças de raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão Arthur Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser mais “degenerado”. Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, além das de Arthur Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues. (ALMEIDA, 2019, p. 29).

No Brasil, as teorias raciais foram introduzidas nos últimos anos da escravidão, quando surgiram os projetos emancipacionistas criando novas formas de dominação fundamentadas na noção de raça para manter as hierarquias raciais do período escravocrata na sociedade pós-abolição.

Aqui no Brasil, as doutrinas evolucionistas, positivistas e darwinistas, chegaram a partir de 1870. O “darwinismo social” ou “teoria das raças” eram contrários à miscigenação, uma peculiaridade brasileira. Essa nova perspectiva acreditava que não se transmitiam caracteres adquiridos, nem mesmo por um processo de evolução social. Dessa forma, enalteciam a existência de “tipos puros” e entendiam a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social. (PAULA, 2005, p. 189).

Essas teorias raciais tiveram a recepção de alguns grupos que conseguiram influenciar a direção tomada no pós-abolição. Porém, o Brasil por ser altamente miscigenado, com características próprias, encontrou grupos que defendiam que

[...] era justamente a miscigenação que garantiria a civilização no Brasil. A esperança era que, em médio e longo prazo, o país se tornasse predominantemente branco. E o caminho para o branqueamento era a miscigenação. Desse modo a “raça branca”, considerada mais evoluída, corrigiria as marcas deixadas na população brasileira por aquelas tidas como “raças inferiores”, negros e índios. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 205-206).

Neste contexto de fim da escravidão e de emergência do regime republicano, o governo instituiu o programa de financiamento da imigração de trabalhadores europeus com o papel de civilizar os costumes e embranquecer as peles, remediando, na lógica da época, os danos de séculos de escravidão de africanos. Corroborando com este intuito, o governo republicano proibiu a imigração de trabalhadores asiáticos e africanos, evitando assim, o aumento da população negra e a miscigenação com outras raças.

O ideal de embranquecimento continuou a fazer parte explícita dos projetos do governo brasileiro até a década de 1930. Com isso foi se estabelecendo no Brasil a ideia de raça como critério fundamental e perverso de classificação social, fazendo das características físicas e culturais das pessoas justificativas para desigualdade. Cor da pele, formato do nariz, textura de cabelo, assim como comportamentos, formas de vestir, de comer, festejar eram tidos, naquela época, como marcas de origem racial e, conseqüentemente, de nível cultural e civilizatório. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 208).

A sociedade republicana sem escravidão não significava uma sociedade de oportunidades iguais, isso porque, havia a preocupação em garantir que brancos e negros continuassem sendo não só diferentes, mas desiguais. Movidos pelo ideal de embranquecimento, estimavam que cem anos fossem suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros “branqueassem”.

A aceitação de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes de uma sociedade multirracial deram sustentação às políticas de promoção da imigração e a valorização da miscigenação. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, no Brasil, como forma de conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país. O ideal de branqueamento consolida-se

mesmo com o enfraquecimento das “teorias deterministas de raça”, observado durante as décadas de 1920 e 1930. (SILVA *et al.*, 2009, p. 21).

Após os anos 1930, as teorias racistas e o projeto de branqueamento foram progressivamente sendo substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. Para Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2001, p. 147), o argumento central da ideologia da democracia racial “[...] é de que ela foi usada por ativistas negros, políticos e intelectuais para designar um ideal de convivência inter-racial e um compromisso político de inclusão das massas negras à modernidade brasileira do pós-guerra.”

O enfraquecimento do discurso das hierarquias raciais e sua gradual substituição pelo mito da democracia racial permitiram a afirmação e a valorização do “povo brasileiro”. Todavia, cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura, não implica a integral negação da inferioridade dos negros. De fato, se por um lado o ideário da democracia racial busca deslegitimar a hierarquia social fundamentada na identificação racial, por outro reforça o ideal do branqueamento e promove a mestiçagem e seu produto, o mulato. Ao mesmo tempo, ao negar a influência do aspecto racial na conformação da desigualdade social brasileira, ela representou um obstáculo no desenvolvimento de instrumentos de combate aos estereótipos e preconceitos raciais que continuavam atuantes na sociedade, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades. (SILVA *et al.*, 2009, p. 22).

No pós-abolição e durante a Primeira República, a população negra foi abandonada às margens da sociedade, largados à própria sorte, sem qualquer programa de apoio do Estado.

Em que pese alguns episódios específicos, a base fundamental da campanha abolicionista movida por setores da elite econômica dos anos 1880 estava longe de ser um humanitarismo solidário aos negros, ou a busca de reformas sociais democratizantes. Isso se tornou evidente com o passar dos anos, apesar de um discurso contraditório de setores das classes dominantes, simpáticos à libertação. (MARINGONI, 2011, p. 10).

A população negra buscou então lutar por espaço e representatividade na sociedade brasileira. Assim,

A reação da população negra e pobre à efetivação desses projetos sociais e políticos que os excluía ganhou expressão já nos primeiros anos da Primeira República. A ação negra movimentou a cena política em todo o país. Promovendo revoltas urbanas e rurais, a população negra reivindicou as mudanças que o novo regime havia prometido e os ganhos sociais que a Abolição deveria ter-lhes assegurado. A guerra de Canudos, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, foi o momento mais crítico dessa saga brasileira. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 208).

Nesse período, parte da população negra organizou-se em associações sociais e recreativas, em que os ativistas desenvolviam ações de combate à discriminação racial e

formulavam suas propostas de inclusão social da população negra. As atividades desenvolvidas nestas associações afro-brasileiras deram origem a *Imprensa Negra*<sup>10</sup>, cuja função era ser porta-voz e promotora de discussões sobre temas de interesse da comunidade negra, denunciando o racismo que produzia a discriminação racial, bem como a promoção de ações para superar a exclusão do negro do mercado de trabalho, do sistema de ensino, da atividade política e da sociedade civil.

No início da década de 1930, passadas quatro longas décadas da abolição, a população negra iniciou a organização da resistência e da luta no Movimento Negro<sup>11</sup>, a partir das experiências com as associações sociais e recreativas e a imprensa negra.

Em 16 de setembro de 1931, os negros paulistas criaram a Frente Negra Brasileira (FNB), que rapidamente se espalhou pelo país. A FNB tinha como principal objetivo lutar pela integração do negro na sociedade, assimilando seus padrões de comportamento, acreditando que desta maneira conseguiriam superar as desigualdades sociais e a segregação que isolava o negro da população branca. A FNB atuou em várias frentes, em especial na luta por espaço no mercado de trabalho para o trabalhador negro e pela criação de vagas para a educação escolar das crianças negras.

[...] a FNB conjugou uma variedade de programas destinados a melhorar a vida do associado e uma mensagem geral de “ascensão moral e progresso material da raça negra”. Em virtude da sua capacidade de pressão, conquistou algumas vitórias no campo dos direitos civis. Conseguiu eliminar as políticas de “admissão de somente brancos nos riques de patinação da cidade e em outros locais de lazer público”, bem como levou ao conhecimento de Getúlio Vargas a existência de um veto tácito que impedia o ingresso de negros na Guarda Civil. Sensibilizado, o presidente teria ordenado à corporação que “alistasse imediatamente 200 recrutas negros”. (DOMINGUES, 2008, p. 522).

A FNB tornou-se partido político em 1936, com o propósito de abrir espaço e conquistar representatividade para os negros no meio político, porém, em 1937 com a instauração da ditadura do Estado Novo imposta por Getúlio Vargas, todos os partidos foram extintos, inclusive a FNB.

Nos anos 1940, foi criado no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo dramaturgo, artista plástico, poeta, escritor e militante político Abdias do Nascimento, com

---

<sup>10</sup>Após a abolição, “à medida que a comunidade negra se organizava, crescia a demanda por jornais que dessem conta das suas atividades e reivindicações. Assim, desde a década de 1910, surgiram alguns jornais escritos por negros e a estes destinados. O objetivo dos periódicos era noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra, mas que não encontravam espaço na grande imprensa” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 258).

<sup>11</sup> Organização da população negra na promoção da luta contra as desigualdades de cunho racial que a atingem. Empregado para se referir a luta organizada, através de associações e outros meios, que se dá no Brasil desde a década de 1930. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>

o objetivo de contestar a discriminação racial nas artes cênicas, formar atores e dramaturgos negros, além de promover as tradições culturais negras. O TEN também atuou nos campos político e social com iniciativas como a publicação do *Jornal Quilombo*, oferecendo cursos de alfabetização, de corte e costura.

Também organizou a Convenção Nacional do Negro (Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-46), que propôs à Assembleia Nacional Constituinte (1946) a inclusão de um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria e uma série de medidas afirmativas de combate à discriminação. Outros eventos importantes realizados pelo TEN foram a Conferência Nacional do Negro em 1949 e o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

A ditadura militar de 1964 impôs um novo período de lutas para a população negra. A situação dos negros na ditadura militar (de 1964 a 1985) não era diferente dos demais grupos dos movimentos sociais, tendo sofrido perseguição. O governo militar não reconhecia a existência da questão racial no Brasil, e considerava qualquer menção uma ameaça à segurança nacional. O discurso ideológico assumido foi de defesa da existência de uma democracia racial, explicitamente com o propósito de ignorar os conflitos sociais e raciais envolvendo a população negra. Como exemplo desta censura sobre a questão racial, no Censo Demográfico de 1970 a pergunta sobre a “cor” foi excluída.

No final dos anos 1970, as mobilizações de vários setores da sociedade civil pelo restabelecimento da democracia conseguiram promover o retorno da questão racial ao cenário político.

Havia, até então, enorme dificuldade de diálogo do movimento negro com outras organizações que defendiam a democracia e o fim do regime autoritário. [...] os de esquerda, e pelas organizações sindicais, para as quais a questão racial era secundária em relação a uma preconizada centralidade da luta de classes. Apesar de seu progressivo reconhecimento, as desigualdades raciais ainda eram largamente interpretadas pelo ângulo da pobreza e como resultado de um acúmulo de carências da população negra, que impactavam em seu suposto despreparo para participar do mercado de trabalho. (SILVA *et al.*, 2009, p. 23).

Apesar de o movimento negro ter participado ativamente da luta contra a ditadura militar, os parceiros de luta de outros movimentos sociais e políticos não apoiavam a formação de uma frente de luta antirracista, por compreender a questão das desigualdades raciais apenas pelo viés econômico.

Uma nova fase do movimento negro iniciou em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, em evento com a presença de mais de duas mil pessoas. Um dos principais objetivos era o de contestar o “mito da democracia racial” e enfrentar o



racismo. Nesse sentido, o MNU contribuiu para uma maior organização da militância e convencimento dos grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira. O Programa de Ação do MNU, elaborado em 1982, enfatizava a necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens negros no sistema de ensino.

Nos anos seguintes o movimento negro se expandiu com o surgimento de inúmeras entidades e a criação de núcleos nos Estados pelo MNU. Começou a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneiras diferentes negros e brancos e que a superação do racismo e da discriminação racial não será alcançada simplesmente com a mudança da situação de classe. Neste sentido, é importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial (MUNANGA; GOMES, 2006).

[...] o movimento negro que surge no fim da década de 1970 não apenas denuncia a imagem negativa do negro na sociedade brasileira – desde os livros escolares à mídia em geral –, como assume e enaltece a história de seus ancestrais, resgatando uma nova base da qual deve emergir uma identidade do negro, sujeito de sua história e de sua cultura. (SILVA *et al.*, 2009, p. 25).

Com o fim da ditadura militar em 1985, deu-se início ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, com o debate sobre a assembleia constituinte para a produção de uma nova Constituição Federal Brasileira.

O Movimento Negro teve participação ativa nos debates da assembleia constituinte com a apresentação de propostas para a elaboração da nova Constituição Federal Brasileira. Na fase preparatória para a Assembleia Constituinte, realizada em Brasília-DF, em 1986, na “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte” foi produzido um documento com uma lista extensa de reivindicações do Movimento Negro. O documento foi entregue aos constituintes e tinha como principais reivindicações: ações de valorização da população negra, tornando obrigatória a inclusão nos currículos escolares do ensino da História e Cultura da África e da História do Negro no Brasil; a criminalização do racismo e o direito das comunidades quilombolas à posse de suas terras.

A participação ativa da população negra na constituinte resultou em conquistas significativas como a inclusão na Constituição cidadã de um artigo definindo que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 tratou com destaque os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos da população remanescente

de quilombos. O texto constitucional reconheceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Reconheceu ainda os territórios quilombolas como bem cultural nacional, ao mesmo tempo em que admitiu o direito à posse de suas terras aos remanescentes daquelas comunidades. Afirmou a diversidade cultural como patrimônio comum a ser valorizado e preservado. (SILVA *et al.*, 2009, p. 27).

O ano de 1988, além do marco histórico da aprovação da nova Constituição Federal do Brasil, também foi o ano das comemorações do Centenário da Abolição. Foi quando se evidenciou a questão racial que, em razão da mobilização do movimento negro, foi marcada pela intensificação dos debates sobre identidade racial e pelos protestos contra a marginalização dos negros na sociedade brasileira.

No dia 11 de maio, no Rio de Janeiro, o Movimento Negro realizou a Marcha contra a Farsa da Abolição com a participação de cerca de cinco mil pessoas, enfrentando a repressão do Exército.

Após o centenário da Abolição, o Movimento Negro incorporou a data de 13 de maio como o “Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo” e o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi de Palmares, como o “Dia da Consciência Negra”.

Em 1989 foi promulgada a Lei 7.716, conhecida como a “Lei Caó” ou a “Lei Antirracismo”, proposta pelo Deputado negro Carlos Alberto de Oliveira ou Caó. Esta lei define as práticas de crime de racismo no Brasil, das quais os negros são as maiores vítimas.

Após intensa atuação do Movimento Negro no pós-constituição, as entidades negras realizaram a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi e com os objetivos de reafirmar a luta dos negros contra o racismo, as desigualdades raciais e exigir políticas públicas para a população negra. A Marcha Zumbi dos Palmares, simbolizada pelo herói negro Zumbi dos Palmares, contou com a presença de mais de trinta mil participantes.

Os líderes da marcha entregaram ao Governo Brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, com propostas de políticas de combate ao racismo. No mesmo dia o Governo Brasileiro respondeu às reivindicações do movimento negro criando o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Com este ato o Governo Brasileiro inscrevia em definitivo a questão racial na agenda nacional, concedendo assim a importância que historicamente tem sido negada. No ano seguinte o Governo Brasileiro criou, por meio de decreto, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). (NASCIMENTO, 2015, p. 53).

O Estado Brasileiro reconhecia, desta maneira, a existência de desigualdades raciais resultantes do racismo e da discriminação contra a população negra. Assim, iniciava uma

atuação sem precedentes na história brasileira pela promoção da igualdade racial. As pressões do Movimento Negro brasileiro produziram não somente mudanças nos discursos oficiais sobre a questão racial, mas também nos marcos normativos, que foram materializados nos anos iniciais do século XXI.

Em 1996, o Governo Federal realizou o “Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania, que se tornou um marco no debate sobre as ações afirmativas e sua aplicabilidade. No mesmo ano, o Decreto N°. 1.904 instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) que, em seu subitem “População negra” – integrante do item “Proteção do direito e tratamento igualitário perante a lei” –, traz propostas de ações afirmativas em conformidade com as apresentadas pelo movimento negro no ano anterior (SILVA *et al.*, 2009, p. 34).

Na passagem do século XX para o XXI, a questão racial foi colocada em definitivo na agenda pública brasileira, a partir da mobilização em eventos preparatórios para a participação do Brasil na “Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” realizada na cidade sul-africana de Durban, no período de 30 de agosto a 7 de setembro de 2001, bem como, pelos compromissos assumidos. As demandas da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e as pressões do Movimento Negro fortaleceram a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para a população negra.

A Declaração final da Conferência de Durban, assinado pelo Brasil, tornou-se norteadora para as políticas públicas contra o racismo. O Artigo 108 da Declaração de Durban afirma:

Reconhecemos a necessidade de ser adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições. (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001).

A partir da conferência mundial de Durban, as ações afirmativas tornaram-se um instrumento para a redução da desigualdade racial no Brasil, com o governo brasileiro reconhecendo a existência de um problema racial no país e o compromisso com seu enfrentamento.

Em seguida, o Governo Federal iniciou algumas ações para concretizar o combate ao racismo e às desigualdades. Com a criação, em 2001, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCD), os programas de ações afirmativas foram adotados no Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Cultura e da Justiça e no Ministério das Relações Exteriores. Em 2002, no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas na Administração Pública Federal.

Em 2003, já no governo Lula, foram implementadas a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), com a presença de intelectuais negros (as) como Nilma Lino Gomes, Edson Santos de Souza e Luiz Helena de Bairros, elaborando e executando as políticas públicas no governo. Com essas iniciativas, o enfrentamento das desigualdades e da discriminação avançou timidamente. Concomitante à criação dessas instituições, o governo federal aprovou a Lei 10.639/2003 que estabeleceu a obrigatoriedade do “ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio”, posteriormente alterada pela Lei 11.645/ 2008, que incorporou também a história e a cultura dos povos indígenas.

No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas”. Em 2009 foi publicado o “Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

Em 2010, a Lei Nº 12.288 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que em seu 1º artigo informa o propósito de tentar garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Em 29 de agosto de 2012 foi promulgada a Lei Federal 12.711, que estabeleceu reserva de vagas nas Universidades Federais. Nesta lei foi incluído um recorte de renda nas vagas reservadas, ou seja, além da reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública há, também, reservas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) *per capita*, assim como para estudantes egressos da escola pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola instituída em 2012 define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à

especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, deve observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira. Também institui que essa Educação deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

Na Educação Indígena, o Parecer CNE N° 14/99 – CEB –, Aprovado em 14 de setembro de 1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, definiu os seguintes pontos: fundamentos e conceituações da educação indígena, a criação da categoria escola indígena, a definição da esfera administrativa, a formação do professor indígena, o currículo e sua flexibilização, a flexibilização das exigências e das formas de contratação de professores indígenas.

Essa síntese da trajetória histórica dos negros no Brasil buscou contextualizar o surgimento das políticas de ações afirmativas como estratégia de combate ao racismo e à discriminação como produtores das desigualdades raciais. Nas seções seguintes serão abordadas as ações afirmativas específicas para promoção do acesso da população negra ao Ensino Superior e, em especial, o acesso na UFSCar.

### **2.3. As políticas de ações afirmativas para acesso ao Ensino Superior**

A exclusão histórica de pobres e negros no país criou condições para sustentar o racismo que, por sua vez, tem reforçado os padrões de exclusão em um círculo vicioso que se justifica mutuamente. Nesse sentido, as ações afirmativas visam romper este círculo, descontinuar a herança de exclusão e racismo que se perpetua na sociedade brasileira e, assim, reduzir as diferenças de oportunidades, alterando os indicadores de composição, participação e representação racial da sociedade brasileira.

A ação afirmativa pode ser definida como

[...] todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 13).

As ações afirmativas buscam atender as demandas, reivindicações e propostas de grupos postos à margem pela sociedade, mormente as propostas e pressões dos movimentos sociais

que defendem a igualdade de direito, buscando a garantia e equidade nas oportunidades de realização das pessoas.

A defesa das políticas de ações afirmativas se baseia em três argumentos principais: “reparação, justiça distributiva e diversidade. Historicamente, esses três argumentos têm sido os pilares sobre os quais se assenta a justificção de tais políticas, seja no Brasil ou em outros países onde elas são empregadas” (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 28).

As políticas de ações afirmativas foram implementadas em vários países desde meados do século XX, com destaque para as desenvolvidas na Índia, nos Estados Unidos e na África do Sul. A Índia foi pioneira na implantação de programas de ação afirmativa, adotando o princípio das “políticas de reserva” na Constituição de 1950, com medidas para a proteção e promoção de membros de grupos historicamente discriminados, com cotas nas legislaturas, no emprego público e no ensino superior.

Nos Estados Unidos, as políticas de ações afirmativas foram utilizadas pela primeira vez em 1965 para o atendimento de reivindicações de minorias socialmente inferiorizadas, a partir da mobilização política e social, o “*Civil Rights Movement*” (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

Na África do Sul, após o longo período do regime do *apartheid*<sup>12</sup>, de 1948 até 1990, quando este sistema começou a desmoronar, Nelson Mandela levantou a questão da ação afirmativa, em 1991, defendendo as políticas de ações afirmativas com estratégias para corrigir os desequilíbrios criados por este regime de separação. Em 1994, Mandela foi eleito presidente e, em seguida, o *African National Congress* adotou a ação afirmativa (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

No Brasil, a ação afirmativa foi adotada inicialmente com a Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida como “lei do boi”, que estipula no artigo 1º:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. (BRASIL, 1968).

Em 1985, a “Lei do Boi” foi revogada pela Lei nº 7.423, de 1985 (BRASIL, 1985).

Na Constituição de 1988, a ação afirmativa foi adotada ao instituir a reserva de cargos públicos para pessoas com deficiências físicas e mentais (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 68).

---

<sup>12</sup> O *Apartheid* foi um regime político que ocorreu entre 1948 e 1994 de profunda e violenta segregação racial mantido na África do Sul. Esse sistema foi condenado internacionalmente.

Em 1995, a Lei 9.100/95 instituiu que no mínimo 20% da lista de candidatos de cada partido ou coligação deveria ser preenchida por candidatas mulheres, com validade apenas para as câmaras municipais. Dois anos depois, a Lei 9.504/97 expandiu a abrangência dessas ações afirmativas passando a valer também para as assembleias estaduais e para a Câmara dos Deputados, menos para o Senado Federal. O percentual da cota mínima para mulheres nas candidaturas a cargos proporcionais também foi aumentado para de 30%. Em 2009, a Lei 12.034/2009 tornou obrigatório o preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas.

A existência no serviço público de diferença grande na quantidade de servidores brancos e negros, semelhante ao que ocorre no setor privado, levou a aprovação e implementação da Lei n. 12.990, de 2014, que objetivava promover ações afirmativas que ampliassem o ingresso de negros em cargos e empregos públicos na esfera federal. Essa lei estipulou a cota de 1/5 das vagas em disputa nos concursos públicos para negros.

Na área da educação, as ações afirmativas raciais tiveram uma efetiva implementação pelo Estado brasileiro a partir do início dos anos 2000, quando as políticas de ações afirmativas passaram a ser adotadas com o objetivo de combater as desigualdades raciais na educação brasileira.

As políticas de ações afirmativas têm melhorado os indicadores dos estudantes negros, que passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do país, conseguindo atingir 50,3%, em 2018. Entretanto, seguem sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população (IBGE, 2018).

Resultantes das pressões das agências internacionais, da academia, do Movimento Negro e do próprio governo, as políticas de ações afirmativas no ensino superior desenvolveram-se em dois momentos históricos:

- A partir de 2001, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotaram este sistema por força de lei estadual (Lei nº 3.708/2001), seguidas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 2002. A primeira instituição federal a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas foi a Universidade de Brasília (UnB), em seu vestibular de 2004. A partir disso, outras universidades públicas federais e estaduais passaram a criar mecanismos de reserva de vagas a determinados segmentos da população, como: indígenas, negros, quilombolas, portadores de deficiência, refugiados, beneficiários ou dependentes da reforma agrária, entre outros. Cada instituição votou nos seus conselhos universitários a melhor forma de implementar esta política: UNEB (2003); UFMS (2003); UFBA (2005); UFSCar (2008).

- E, em 2012, a aprovação da Lei Federal 12.711, a Lei de Cotas, que padronizou e regulamentou a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior.

Os principais programas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro implementados pelo governo federal são:

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (1999). Consiste em empréstimo ao estudante para fazer o ensino superior, com início do pagamento dois anos depois de formado.

PROUNI - Programa Universidade Para Todos: bolsas de estudo para estudantes com baixa renda poderem estudar nas faculdades particulares. Essas bolsas podem cobrir todo o valor da mensalidade ou serem parciais, dependendo da necessidade do estudante, conforme a Lei Nº 11.096/2005.

REUNI - plano de reestruturação das universidades federais: conjunto de ações do Governo Federal com o objetivo de oferecer as instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior (Decreto 6.096/2007).

A Lei 12.711/2012 instituiu a reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes de escola pública, com subcotas para estudantes pretos e pardos, indígenas, deficientes e de renda familiar baixa. Em 28 de dezembro de 2016, a Lei 13.409 altera a Lei nº 12.711 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, e no Artigo 7º estabelece o prazo de dez anos a contar da data de sua publicação a revisão do programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior.

Em 2012, após um longo tempo de tramitação, foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal as ações de inconstitucionalidade contra as cotas (ADI nº 3.197), contra o programa PROUNI (ADI nº 3.330) e ADPF nº 186, que questionava o sistema de cotas adotado pela Universidade de Brasília (UnB) e outras universidades.

As três ações tiveram a maioria dos votos do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável pela constitucionalidade das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior. Por unanimidade, o STF validou a adoção de políticas de reserva de vagas para garantir o acesso de negros e indígenas nas instituições de ensino superior públicas em todo o país.

Em 29 de agosto de 2012, a Lei nº 12.711 foi sancionada, ficando conhecida como a “Lei das Cotas”, que estabelece uma reserva de 50% das vagas nos processos seletivos de universidades e institutos federais para alunos que cursaram todo o ensino médio na escola pública.

- 25% para renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo;



- 25% para renda familiar bruta *per capita* superior a 1,5 salário mínimo.

Em cada grupo é reservada aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas a proporção de vagas igual a soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local da instituição, segundo o Censo Demográfico/IBGE de 2010.

A Lei 13.409/2016 alterou a Lei 12.711/2012 para incluir as pessoas com deficiência entre os beneficiários de reserva de vagas nas universidades federais e nas escolas federais de ensino médio técnico.

Por meio da Portaria nº 389/2013 foi instituído o Programa de Bolsa Permanência, um auxílio-financeiro, com a finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica<sup>13</sup>.

Apesar de muitos críticos terem argumentado que as políticas de acesso ao ensino superior para negros e pobres baixariam a qualidade do ensino universitário, as pesquisas têm mostrado que:

- Estudantes cotistas possuem rendimento acadêmico semelhante ou até superior aos não cotistas.
- A taxa de abandono do ensino superior de estudantes cotistas é inferior ao de não cotistas.
- Os estudantes cotistas desistem menos do ensino superior e demoram mais tempo para se formar.

As ações afirmativas modificaram e diversificaram o perfil dos estudantes universitário, com o aumento da presença de negros e pessoas de baixa renda em um ambiente que era reservado a grupos da elite.

O ensino superior brasileiro ainda é privilégio de poucos, pois:

- Apenas 15,3% da população brasileira possui ensino superior completo.
- Em 2019, na faixa de 18 a 24 anos de idade, 35,7% dos jovens brancos e 18,9% dos jovens negros frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior.

---

<sup>13</sup> A perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, com a adoção de políticas públicas, tem condições de alterar. Dessa forma, o IVS aqui apresentado tem a pretensão de sinalizar a ausência ou a insuficiência de alguns ativos em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, em princípio, estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado. Assim, a definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (IPEA, 2018).

➤ Em 2017, 22,9% de pessoas brancas com mais de 25 anos tinham curso superior completo, enquanto 9,3% dos negros tinham mesma escolaridade.

Ações necessárias:

- Os programas de permanência precisam ser revistos e reforçados.
- A Lei de Cotas das instituições de ensino federal (Lei 12.711/2012) ainda não cumpriu seu objetivo e precisa ser renovada em 2022.

#### **2.4. A promoção do acesso ao ensino superior na UFSCar**

Em meados de 2004, a UFSCar iniciou as discussões sobre a proposta de uma política de reserva de vagas para alunos que cursaram o ensino médio em escola pública, e dentre estes, a reserva de vagas para negros e indígenas. Os debates sobre Ações Afirmativas na UFSCar foram marcados por uma intensa discussão e, em 2006, foi formada uma comissão para elaboração de proposições para a política o programa de Ações Afirmativas da UFSCar, aprovado no final de 2007, regulamentado pela Portaria GR 695/2007. Assim, a reserva de vagas tornou-se parte integrante de seu processo seletivo de alunos e foi implementada em 2008.

O princípio da reserva de vagas, sem ainda estabelecer seus critérios, foi aprovado com votação praticamente unânime - 34 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção -, porém quando da aprovação dos critérios étnico-raciais para inclusão da população negra e indígena a votação foi bastante acirrada - 18 votos favoráveis, 15 contrários e duas abstenções. (GIL, 2015, p. 11).

No período de 2008 a 2012, a UFSCar desenvolveu seu programa de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e para estudantes negros de acordo com o percentual de negros no Estado de São Paulo. Em 2012, com a Lei 12.711, o Governo Federal padronizou os programas de reserva de vagas existentes em muitas universidades federais.

Em 2008, foi implantado o Programa de Ações Afirmativas com foco no ingresso de estudantes indígenas na UFSCar, com a oferta de uma vaga em cada uma das opções dos cursos de graduação, cuja seleção seria realizada por meio de processo seletivo específico anual. Esta vaga é caracterizada como cota, porque só poderia ser preenchida por indígenas e não poderia ser transferida para outros grupos de candidatos.

O programa de reserva de vagas da UFSCar tinha o seguinte cronograma de implantação, que foi interrompido a partir de 2013, quando passou a vigorar a Lei 12.711/2012.

**Tabela 1** - Cronograma de implantação da reserva de vagas na UFSCar (antes da Lei nº 12.711)

<b>Períodos</b>	<b>Percentual das vagas de cada curso de graduação para os egressos do Ensino Médio público</b>	<b>Deste percentual serão ocupados por candidatos negros/as</b>
<b>De 2008 a 2010</b>	20%	35%
<b>De 2011 a 2013</b>	40%	35%
<b>De 2014 a 2016</b>	50%	35%

Fonte: site UFSCar<sup>14</sup> - Dados organizados pela pesquisadora.

A partir de 2013, a UFSCar adaptou o processo seletivo de acordo com as normas da Lei nº 12.711/2012, que estabelecia a reserva de vagas nos processos seletivos para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com critérios étnico-raciais e renda associados. Do total das vagas reservadas, 25% são destinadas aos de renda mensal familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, sendo os demais percentuais da cota destinados proporcionalmente à distribuição étnica de pretos, pardos e indígenas verificada pelo IBGE em cada Estado, os quais disputarão vagas entre si.

Assim, as modalidades para reserva de vagas em conformidade à Lei Federal de nº 12.711/2012 foram divididas da seguinte maneira:

**Quadro 1** – Modalidade de Reserva de Vagas: Lei Federal nº 12.711/2012

<b>Grupo</b>	<b>CURSADO INTEGRALMENTE</b>	<b>RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA</b>	<b>AUTODECLARADOS</b>
<b>1</b>	Ensino Médio em escolas públicas	igual ou inferior a 1,5 salário mínimo	pretos, pardos ou indígenas (PPI)
<b>2</b>	Ensino Médio em escolas públicas	igual ou inferior a 1,5 salário mínimo	
<b>3</b>	Ensino Médio em escolas públicas	superior a 1,5 salário mínimo	pretos, pardos ou indígenas (PPI)
<b>4</b>	Ensino Médio em escolas públicas	superior a 1,5 salário mínimo	
<b>5</b>	Ampla concorrência		

Fonte: site ProGrad/UFSCar<sup>15</sup>.

Dados organizados pela pesquisadora.

Em 2016, a Lei nº 12.711/2012 foi alterada pela Lei nº 13.409/2016, que introduziu as pessoas com deficiência como um dos critérios de reserva de vagas, passando a considerar como critério principal ter estudado o ensino médio na rede pública e, entre estes, as reservas

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/reserva-de-vagas.html>

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/ingresso-na-graduacao/duvidas-frequentes-sobre-a-matricula-2021-sisu>

específicas para candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Assim, a partir de 2016, as vagas reservadas ficaram distribuídas da seguinte maneira:

Grupo 1D = PPI com renda  $\leq$  1,5 SM (ingressantes deficientes, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas);

Grupo 2D = Não PPI com renda  $\leq$  1,5 SM (ingressantes deficientes de baixa renda que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas);

Grupo 3D = PPI com renda  $>$  1,5 SM (ingressantes deficientes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas);

Grupo 4D = Não PPI com renda  $>$  1,5 SM (ingressantes deficientes que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas);

Neste trabalho, que tem como objetivo o estudo sobre acesso e a permanência dos estudantes negros que ingressaram na UFSCar, pela modalidade de reserva de vagas, a análise será delimitada ao período de 2013 a 2022, no *campus* São Carlos, considerando a implantação da Lei nº 12.711/ 2012.

Os dados apresentados a seguir foram obtidos na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, a Fala.BR/ProGrad, enviado em 20 junho de 2022 e referem-se ao tipo de ingresso, sistema de cotas ou ampla concorrência, do estudante pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada) em cursos presenciais e apresentados considerando os quatro *campi* da UFSCar - Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba.

Importante informar a publicação em maio de 2022 do Edital Complementar de Vagas Restantes e Cadastro Reserva 2022. No período de 15 a 17 de junho de 2022, foi realizada a convocação e requerimento de matrícula dos estudantes que foram aprovados por este edital. Esta última convocação não consta nos dados recebidos pela pesquisadora em 20 de junho de 2022, o que pode resultar em uma pequena diferença do número de ingressantes apresentados neste trabalho e os dados dos ingressantes após a convocação para vagas restantes e cadastro reserva no ano de 2022.

#### **2.4.1 Ingresso nas diferentes modalidades na UFSCar de 2008 a 2022: uma breve análise comparativa**

O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudo e formulação de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, as por cor ou raça ocupam espaço central neste debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro que produziu importantes segregações ao longo da história do país.

Neste sentido, este estudo apresenta uma análise com foco nas desigualdades de acesso e de permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pelo sistema de reservas de vagas pelo critério étnico-racial, ou seja, ingressantes de escola pública autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com e sem critério de renda associado (Grupo 1 e 3), além dos ingressantes na reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD<sup>16</sup>) deste mesmo grupo (1D e 3D).

Dessa forma, no trabalho, as categorias de ingresso serão agrupadas da seguinte maneira:

G1 + G3 = Grupos 1, 3, 1D e 3D - ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com e sem critério de renda associados.

Os grupos PcD: 1D, 2D, 3D e 4D, serão incorporados nos grupos 1, 2, 3 e 4.

G2 + G4 = Grupos 2, 4, 2D e 4D - ingressos de escola pública com e sem critério de renda associados.

G5= ingressantes pela ampla concorrência.

Os números referentes ao Grupo 6 são vagas destinadas a estudantes cujo Ensino Médio foi cursado integralmente em escola pública, sistema próprio de cotas da UFSCar – 2008 a 2012 (Portaria GR 695/2007) antes da Lei nº 12.711/ 2012, e que serão inseridos no G2 + G4.

O Grupo 7 são vagas destinadas a estudantes pretos ou pardos com Ensino Médio cursado integralmente em escola pública, sistema próprio de cotas da UFSCar – 2008 a 2012 (Portaria GR 695/2007) e que serão inseridos no G1+G3.

---

<sup>16</sup> PcD é a abreviação de Pessoa com Deficiência. Usado desde 2006 quando a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas foi publicada pela ONU (Organização das Nações Unidas), o termo se refere a pessoa que tenha alguma deficiência, seja ela adquirida ao longo da vida ou de nascimento.

No período de 2008 a 2022 houve 40.048 matrículas<sup>17</sup> na UFSCar distribuídas como consta na Tabela 2, considerando os ingressantes via SiSU. Lembrando que, neste período, houve duas regulamentações em vigor, a Portaria GR 695/2007 e Lei Federal nº 12.711/2012.

**Tabela 2** - Distribuição dos estudantes pela Modalidade de Ingresso – Total de 2008 a 2022 – *Campus*: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba.

<b>Modalidade de Ingresso</b>	<b>Número de Estudantes</b>	<b>Percentual</b>
<b>(G1) Egresso de Escola Pública e Preto, Pardo ou Indígena com renda inferior ou igual à 1,5 sm</b>	2.221	6%
<b>(G1D) Egresso de Escola Pública e Preto, Pardo ou Indígena com renda inferior ou igual à 1,5 sm - PcD</b>	11	0%
<b>(G2) Egresso de Escola Pública com renda inferior ou igual à 1,5sm</b>	3.975	10%
<b>(G2D) Egresso de Escola Pública com renda inferior ou igual à 1,5sm - PcD</b>	43	0%
<b>(G3) Egresso de Escola Pública e Preto, Pardo ou Indígena com renda superior à 1,5 sm</b>	2.454	6%
<b>(G3D) Egresso de Escola Pública e Preto, Pardo ou Indígena - PcD</b>	12	0%
<b>(G4) Egresso de Escola Pública com renda superior à 1,5 sm</b>	4.352	11%
<b>(G4D) Egresso de Escola Pública com renda superior à 1,5 sm - PcD</b>	75	0%
<b>(G6)* - Egressos de escola pública</b>	3.060	8%
<b>(G7)* - Egressos de escola pública, Preto, Pardo ou Indígena</b>	1.216	3%
<b>(G5) Ampla Concorrência</b>	22.629	56%
<b>Total</b>	40.048	100%

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / 20 de junho 2022.

\*As modalidades (G6) e (G7) referem-se aos ingressantes apenas de 2008 a 2012.

Dados organizados pela pesquisadora.

<sup>17</sup> Os dados do ano de 2022 apresentados neste trabalho não constam os estudantes ingressos pelo Edital Complementar -Vagas Restantes e Cadastro Reserva 2022, realizado em junho, o que pode resultar em uma pequena diferença do número de ingressantes neste ano.

A Tabela 2 informa sobre o total de ingressantes por modalidade de ingresso no período de 2008 a 2022, considerando os quatro *campi* da UFSCar: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba. Ingressantes da ampla concorrência (G5) representam 56% dos ingressantes neste período. Estudantes egressos de escola pública com e sem critério de renda associados (G2+G4+G6) representam 29%, enquanto estudantes egressos de escola pública preto, pardo ou indígena, com ou sem critério de renda associado (G1+G3+G7) representam 15%.

**Tabela 3-** Números absolutos – ingressantes de 2008 a 2022 – total UFSCar (Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba)

	<b>G1 + G3 + G7</b>	<b>G2 + G4 + G6</b>	<b>G5</b>	<b>Total</b>
<b>2008</b>	152	261	1.439	1.852
<b>2009</b>	244	598	2.093	2.935
<b>2010</b>	221	708	1.983	2.912
<b>2011</b>	329	785	1.668	2.782
<b>2012</b>	270	708	1.655	2.633
<b>2013</b>	380	648	1.459	2.487
<b>2014</b>	472	861	1.262	2.595
<b>2015</b>	485	874	1.351	2.710
<b>2016</b>	540	924	1.447	2.911
<b>2017</b>	578	931	1.468	2.977
<b>2018</b>	517	815	1.475	2.807
<b>2019</b>	498	907	1.375	2.780
<b>2020</b>	438	926	1.403	2.767
<b>2021</b>	513	913	1.392	2.818
<b>2022</b>	277	646	1.159	2.082
<b>total</b>	5.914	11.505	22.629	40.048

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad 20 junho/2022

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

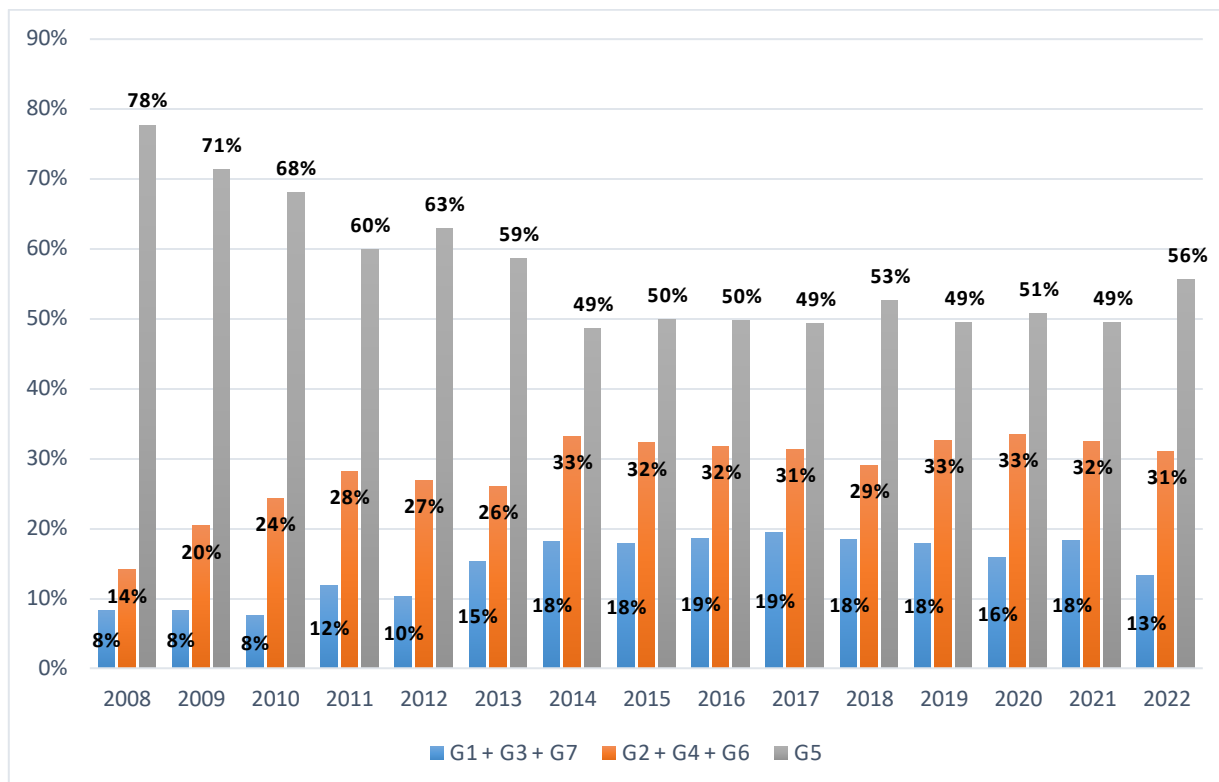
G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora

Observa-se na Tabela 3 que de 2008 a 2022 tivemos 5.914 ingressantes pela modalidade de reserva de vagas, considerando o critério étnico-racial. Observa-se um aumento significativo a partir da Lei nº 12.711/12, ou seja, a partir de 2013, com ressalva no ano de 2020, em que se registra uma diminuição no número de estudantes ingressantes pelo G1+G3+G7: estudantes de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Apesar do aumento significativo de ingressos pela modalidade de reserva de vagas, ingressantes pela ampla concorrência ainda representam a maioria de alunos na UFSCar.

**Gráfico 6** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 (Total UFSCar - Campus Araras, Lagoa do Sino, São Carlos, e Sorocaba)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) 20 de junho de 2022

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

Os dados da Tabela 3 e do Gráfico 6 são apresentados a partir de 2008 para evidenciar o aumento no ingresso dos alunos cotistas, acompanhando o cronograma de implantação do Sistema de Reserva de vagas, ocorrida entre os anos de 2008 a 2022 na UFSCar. Neste período, o percentual de estudantes egressos de escola pública dobrou, passou de 22% em 2008 para 44% em 2022. No entanto, este número é menor que o número de estudantes que ingressaram pelo acesso universal, via de regra, brancos, que foi de 56%.

Apesar do significativo aumento observado a partir de 2013, ano de implementação da Lei nº 12.711, e no ano seguinte, 2014, o percentual se manteve até 2018, diminuindo em 2020, e voltando a aumentar em 2021. Já em 2022, observa-se a redução significativa em todas as modalidades de ingresso em 2022.

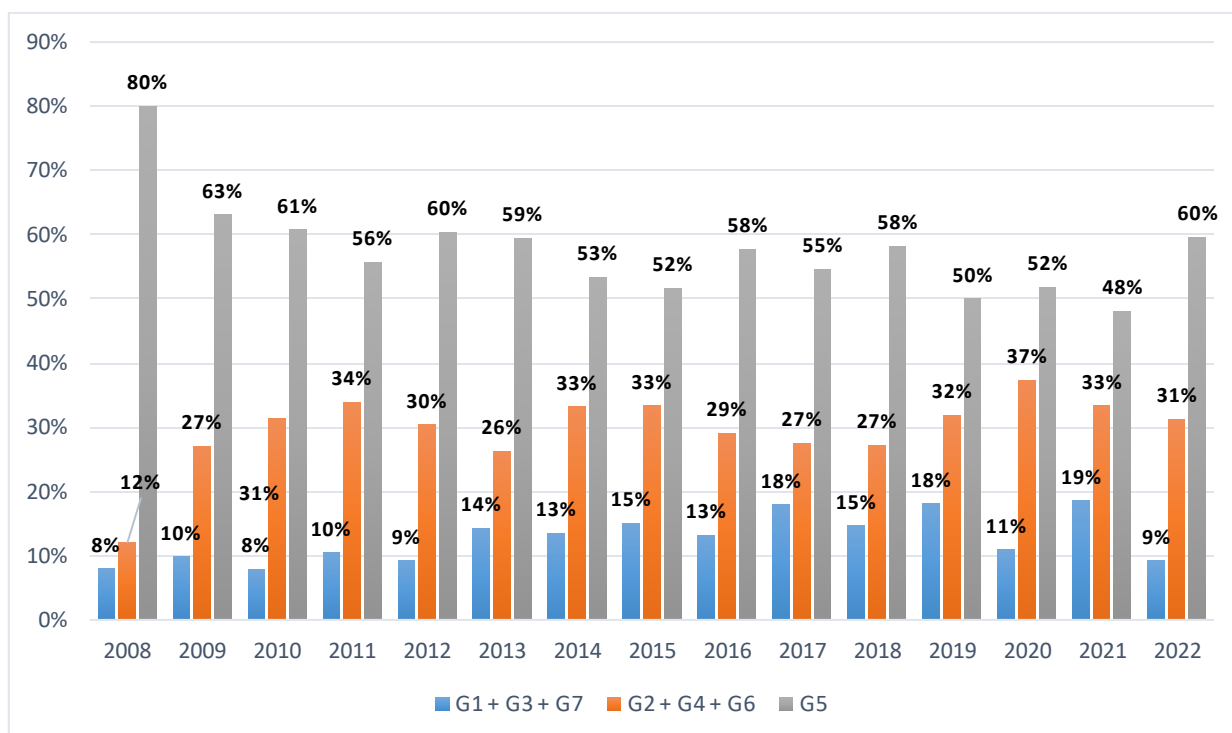
No Gráfico 6 chamamos a atenção para o percentual de ingressantes pelos Grupos (G1+G3), composto por estudantes egressos de escola pública e negros em 2022, que foi de 13%, o menor índice desde a regulamentação e adoção da Lei nº 12.711 pela UFSCar. Observa-



se ainda que, em 2022, estudantes ingressos por reserva de vagas, sendo egressos de escola pública, representam 44% dos estudantes ingressantes neste ano.

A seguir, apresentamos os gráficos com os percentuais de ingressos de 2008 a 2022, em cada um dos *campi* da UFSCar.

**Gráfico 7** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 - UFSCar (*campus* Araras).



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad/20 junho de 2022.

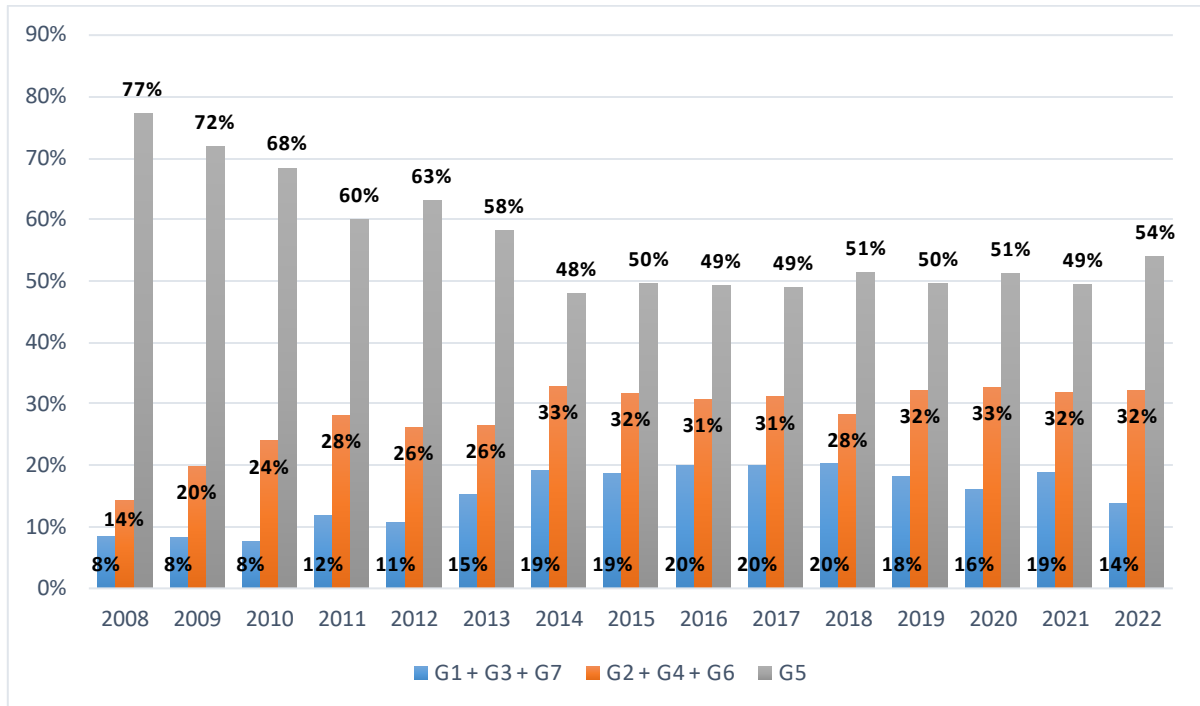
G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

**Gráfico 8** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 - UFSCar (*campus* São Carlos)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / 20 de junho/2022

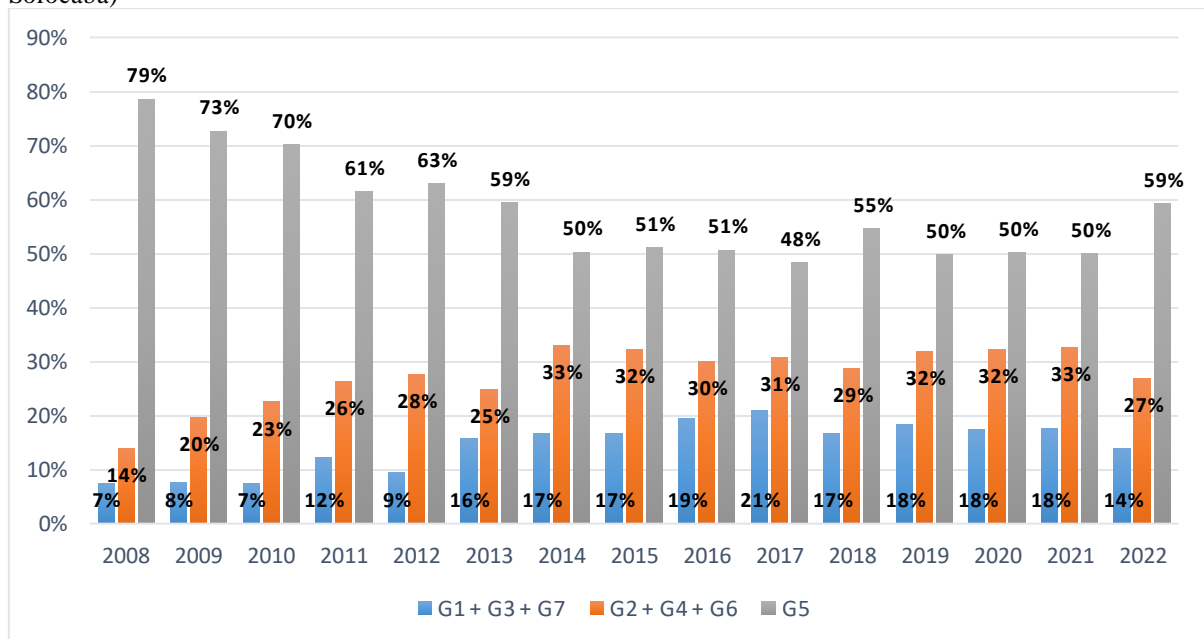
G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública de baixa renda ou não)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

**Gráfico 9** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 - UFSCar (*campus* Sorocaba)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / 20 de junho 2022

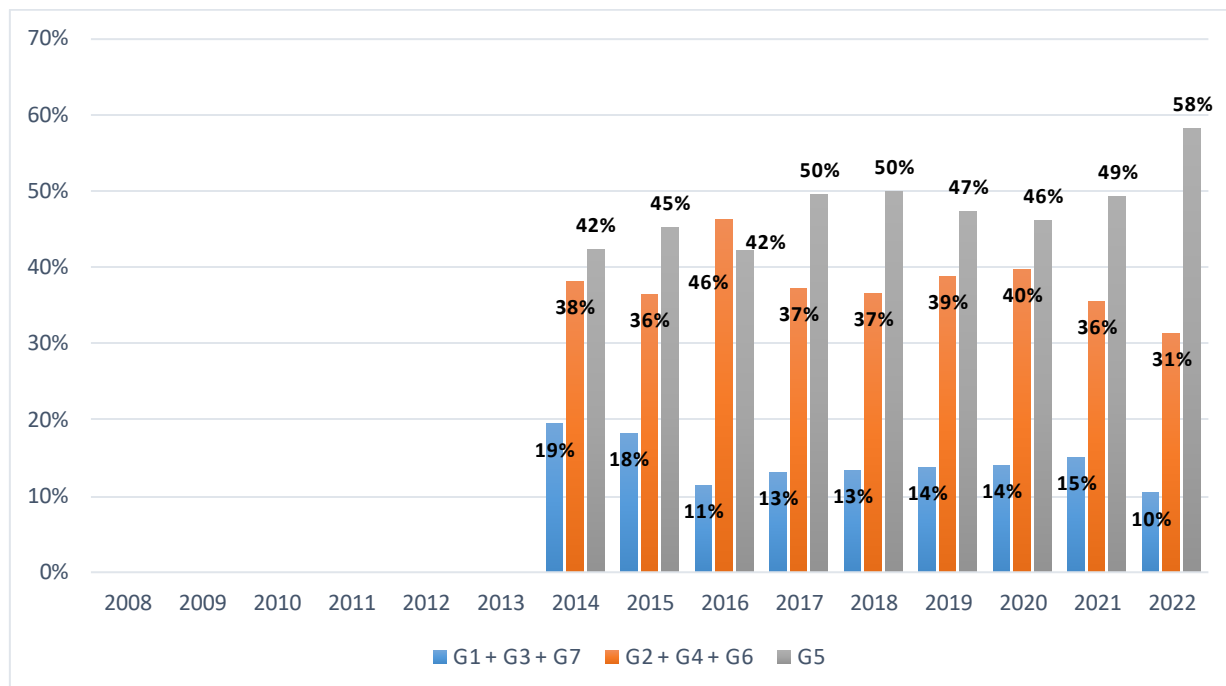
G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

**Gráfico 10** – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 - UFSCar (*campus* Lagoa do Sino)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / 20 junho/2022

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

No ano de 2014 foram iniciadas as atividades dos três primeiros cursos de graduação do *Campus* Lagoa do Sino. Dados organizados pela pesquisadora.

No ano de 2022, verifica-se em todos os *campi* da UFSCar (Gráficos 7, 8, 9 e 10) o menor percentual de ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, desde a adoção da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação para alunos oriundos integralmente do ensino médio público.

Ao analisar os egressos de escola pública e negros, o percentual é ainda mais alarmante no *campus* de Araras da UFSCar, sendo o percentual de ingresso em 2022 a metade do percentual alcançado no ano de 2021.

Os baixos índices de ingresso observados em 2022 podem ser indicativos das dificuldades impostas pela pandemia e por suas consequências diretas, como a instabilidade econômica, política e sanitária. Além disso, a evasão no ensino médio mais que dobrou em 2021. Segundo o INEP, o percentual de estudantes que abandonaram instituições em 2020 foi de 2,3%, enquanto em 2021, a taxa foi de 5,6%.

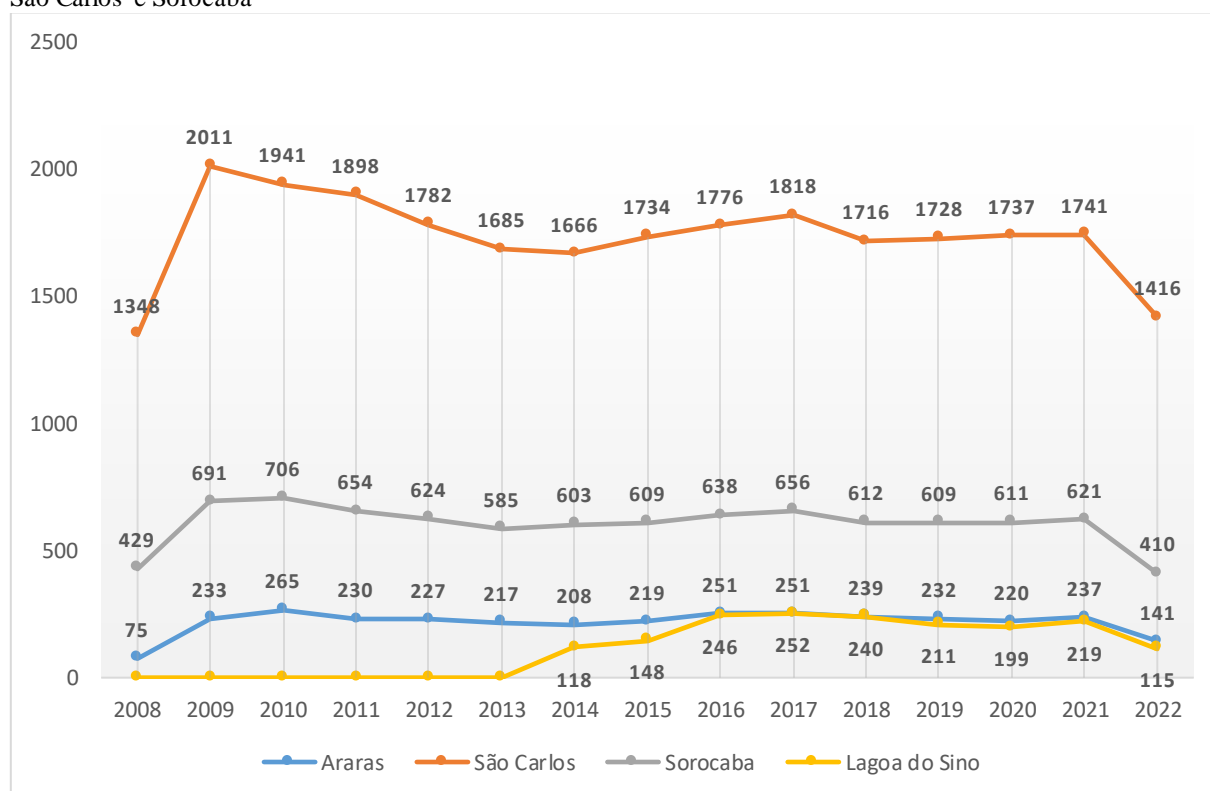
Com o desemprego atingindo muitas famílias, há a tendência de que parte dos jovens seja obrigada a buscar trabalho em vez de seguir com os estudos. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego hoje no país é de 9,8%. Outro dado é que dos quase 12 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2022, 64,2% eram pretos ou pardos, enquanto os brancos representavam 34,8% (PNAD, 2022).

Segundo pesquisa do INEP, a edição de 2021 do Enem recebeu o menor número de inscrições dos últimos catorze anos, cerca de 3,1 milhões de estudantes, uma redução de 40% quando comparado a 2020.

Todos esses fatores, somado à diminuição dos níveis de investimento na educação e a retirada de recursos em setores importantes da universidade como da assistência estudantil, resultam em um aprofundamento da desigualdade no acesso e dificuldade de permanência de estudantes, principalmente o de classes sociais mais pobres.

A seguir, apresentamos em números absolutos o total de ingressantes por *campus* da UFSCar, de 2008 a 2022.

**Gráfico 11** – Total de alunos ingressantes nos *campi* da UFSCar de 2008 a 2022 - *campus* Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/20 junho/2022. Dados organizados pela pesquisadora.

Na Tabela 4 estão os percentuais relativos ao ingresso por *campus* da UFSCar entre os anos de 2008 a 2022 nas modalidades: ingresso de escola pública com e sem critério de renda associado (G2+G4+G6), ingressos de escola pública autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com e sem critério de renda associado (G1+G3+G7) e ampla concorrência (G5). São percentuais relativos aos quatro *campi*: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos, e Sorocaba.

**Tabela 4** – Percentual de ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 em cada *campus* da UFSCar

	G1 + G3 + G7	G2 + G4 + G6	G5	Total
<b>Araras</b>	7%	9%	8%	8%
<b>Lagoa do Sino</b>	4%	6%	4%	4%
<b>São Carlos</b>	66%	64%	65%	65%
<b>Sorocaba</b>	22%	22%	23%	23%

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/20 de junho/2022.

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

Observa-se, na Tabela 4 e no Gráfico 11 que o *campus* São Carlos representa 65% do total de ingressantes na UFSCar. Assim, para os dados de ingresso nos cursos de graduação, utilizaremos os cursos ofertados pela UFSCar – *campus* São Carlos.

**Tabela 5** – Números absolutos de ingressantes nos cursos nas modalidades de ingresso no SiSU – Total de 2013 a 2022 – UFSCar *campus* São Carlos

Curso / Grupo de ingresso	G1+G3	G2+G4	G5	Total
<b>1</b> Pedagogia	179	277	425	881
<b>2</b> Engenharia de Produção	172	305	509	986
<b>3</b> Química	157	273	464	894
<b>4</b> Ciências Sociais	151	284	445	880
<b>5</b> Engenharia de Materiais	140	258	401	799
<b>6</b> Engenharia Civil	124	240	417	781
<b>7</b> Ciência da Computação	123	173	303	599
<b>8</b> Física	119	197	318	634
<b>9</b> Engenharia Química	116	244	418	778
<b>10</b> Ciências Biológicas	110	191	300	601
<b>11</b> Engenharia Mecânica	102	149	295	546
<b>12</b> Engenharia Elétrica	101	166	292	559
<b>13</b> Educação Física	100	162	280	542
<b>14</b> Matemática	100	217	354	671
<b>15</b> Biblioteconomia e Ciência da Informação	98	149	229	476
<b>16</b> Imagem e Som	93	129	220	442
<b>17</b> Estatística	84	149	226	459

<b>18</b>	Medicina	81	119	204	404
<b>19</b>	Educação Especial	79	127	199	405
<b>20</b>	Biotecnologia	76	121	203	400
<b>21</b>	Gestão e Análise Ambiental	76	123	199	398
<b>22</b>	Terapia Ocupacional	76	122	203	401
<b>23</b>	Gerontologia	74	140	186	400
<b>24</b>	Fisioterapia	73	117	206	396
<b>25</b>	Psicologia	71	118	206	395
<b>26</b>	Engenharia Física	69	124	209	402
<b>27</b>	Linguística	63	139	194	396
<b>28</b>	Engenharia de Computação	58	83	161	302
<b>29</b>	Enfermagem	54	76	161	291
<b>30</b>	Filosofia	54	89	125	268
<b>31</b>	Letras - Espanhol	39	68	93	200
<b>32</b>	Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais-Libras/Língua Portuguesa	37	81	115	233
<b>33</b>	Letras - Inglês	33	68	97	198
<b>Total</b>		<b>3082</b>	<b>5278</b>	<b>8657</b>	<b>17017</b>

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022.

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

1- Licenciatura em Pedagogia estão os dados do Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertada no período vespertino e noturno.

Dados organizados pela pesquisadora.

Na Tabela 5, em números absolutos, estão as informações de ingresso nos cursos da graduação na UFSCar do *campus* São Carlos. A tabela está composta pelos 33 cursos presenciais (ingresso via SiSU) classificados do maior para o menor pelo número de ingressantes da modalidade de reserva de vagas cota racial (G1+G3), considerando o recorte a partir de 2013, primeiro ano de ingresso após a implantação da Lei nº 12.711 na UFSCar.

Apresentamos a seguir os dados relativos ao ingresso de 2013 a 2022 por Centros Acadêmicos da UFSCar – *campus* São Carlos. Os Centros Acadêmicos são constituídos por Departamentos, Coordenações de Cursos de Graduação, Coordenações de Programas de Pós-Graduação, Unidades Multidisciplinares e unidades especiais de apoio acadêmico. O *campus* São Carlos possui mais de trinta Departamentos Acadêmicos que oferecem cerca de quarenta cursos de graduação.

**Tabela 6** – Ingressantes em números absolutos por Centro e modalidade de ingresso – Total de 2013 a 2022

	<b>G1 + G3</b>	<b>G2 + G4</b>	<b>G5</b>	<b>Total</b>
<b>CECH</b>	897	1.529	2.348	<b>4.774</b>
<b>CCET</b>	1.465	2.578	4.367	<b>8.410</b>
<b>CCBS</b>	720	1.171	1.942	<b>3.833</b>
<b>Total</b>	<b>3.082</b>	<b>5.278</b>	<b>8.657</b>	<b>17.017</b>

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / Junho/2022.

G1+G3: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas);

G2+G4: (ingressos de escola pública); G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

O Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) abriga os departamentos das áreas de Ciências Exatas e Engenharias do *campus* de São Carlos. Possui em suas unidades ou departamentos 17 cursos de graduação presenciais<sup>18</sup>.

Já o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) é constituído pelos departamentos das áreas das Ciências das Humanidades, oferecendo em suas unidades 11 cursos de graduação presenciais<sup>19</sup>.

O Centro de Ciências Biológicas e da Saúde<sup>20</sup> (CCBS) abriga os departamentos acadêmicos do *campus* de São Carlos, da área de Ciências Biológicas e da área de saúde. Os departamentos do CCBS são responsáveis pelo oferecimento de 11 cursos de graduação.

Observa-se na Tabela 6 os ingressantes por Centro Acadêmico em cada modalidade de ingresso. Verifica-se em que os cursos do CCET representam a maior parte, 57% dos ingressantes na UFSCar, seguido pelo CECH com 28% e, por último, o CCBS com 23%.

No CCET, 49% dos ingressantes são de escola pública, destes, 17% é ingressante pelas cotas raciais, o menor percentual observado entre os Centros.

Nos cursos do CCBS os alunos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas de escola pública representam 49%, dos quais 19% por cotas raciais, enquanto nos cursos do CECH os estudantes ingressantes de escola pública representam 51%, sendo 19% cotas raciais.

Observa-se no Centro de Educação e Ciências Humanas que a maior parte dos alunos é composta por estudantes oriundos de escola pública (2.426). No CCET e CCBS a maior parte

<sup>18</sup> Cursos da graduação CCET: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Física, Estatística, Física – Bacharelado, Física - Licenciatura Integral, Física – Licenciatura Noturno, Química – Licenciatura, Química – Bacharelado, Matemática – Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Ambiental.

<sup>19</sup> Cursos da graduação CECH: Biblioteconomia e Ciência da Informação, Ciências Sociais, Educação Especial, Filosofia, Imagem e Som, Letras, Linguística, Música, Pedagogia, Psicologia, Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)/Língua Portuguesa.

<sup>20</sup> Cursos da graduação CCBS: Biotecnologia, Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Gerontologia, Gestão e Análise Ambiental, Medicina, Terapia Ocupacional.

Fonte: <https://www.prograd.ufscar.br/cursos>

é composta por ingressantes pela modalidade ampla concorrência. O CECH é o único Centro onde a maioria dos ingressantes é de escola pública e, entre os ingressantes, a de maior representatividade de alunos e alunas negros(as).

No *campus* São Carlos são ofertados cerca de quarenta cursos de graduação, destes, oito são com oferta integralmente no período noturno; cinco cursos são do Centro de Ciências Humanas (169 vagas) e três cursos do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (110 vagas). Nenhum curso do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde oferta cursos na graduação integralmente no período noturno.

Dos cursos ofertados integralmente no período noturno pelo *campus* São Carlos, seis possibilitam ao estudante a graduação em Licenciatura: Filosofia, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Pedagogia, Física, Matemática e Química. O Curso de Filosofia possibilita a formação em Bacharelado ou Licenciatura. O Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação oferta a formação em Bacharelado.

Ao analisar a modalidade de ingresso dos estudantes dos cursos ofertados no período noturno, observa-se que 51% são alunos (as) são de escola pública, sendo 19% ingressantes pelas cotas raciais; 49% são ingressantes pela modalidade ampla concorrência.

#### **2.4.2 Status/trajetória do estudante**

No sistema on-line integrado de gestão acadêmica da UFSCar, o SIGA, está registrado o “*status*” dos estudantes. Os dados apresentados a seguir são referentes às opções de “*status*” dos estudantes da UFSCar, conforme dados solicitados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) em junho de 2022.

Para definição do “*status*” da matrícula do estudante, utilizaremos a definição conforme Relatório Avaliação dos dez anos do programa de Ações Afirmativas e do ingresso por reserva de vagas (2007-2017), elaborado pela Comissão de Avaliação do Ingresso por Reserva de Vagas e do Programa de Ações Afirmativas, responsável pela avaliação decenal (2007-2017).

a) Cancelado: se o estudante solicitou o cancelamento da matrícula, transcorreu o tempo máximo para o curso, solicitou transferência para outra instituição ou solicitou mudança de curso na própria UFSCar;

b) Cursando: o estudante está frequentando o curso que ingressou;

c) Perda de Vaga Rematrícula: não renovou a matrícula ou porque abandonou o curso ou porque reingressou.



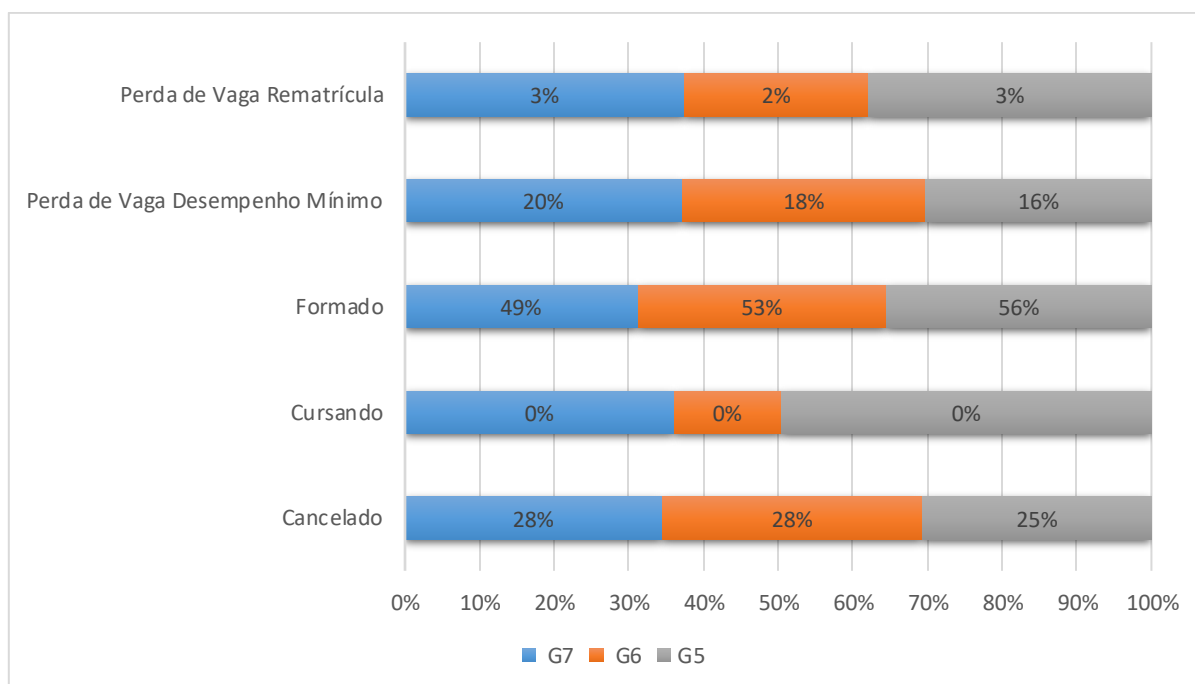
d) Desempenho Mínimo: o estudante não atingiu a aprovação em oito créditos em dois semestres consecutivos ou não foi aprovado em quatro créditos no primeiro semestre do curso, conforme estabelecido no Capítulo VI do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar;

e) Formado: o estudante concluiu o curso.

O estudante que solicitou transferência interna tem um novo registro que contabiliza o tempo também na primeira matrícula, desta forma é considerado como evasão para a primeira matrícula (UFSCar, 2017).

Os gráficos a seguir permitem estabelecer uma visão sobre o *status* dos alunos e alunas nas diferentes modalidades de ingresso, considerando os dois momentos de aplicação das políticas de Ações Afirmativas na UFSCar – 2008 a 2012 (Portaria GR697/2007) e de 2013 a 2022 (Lei nº 12.711/2012). São percentuais referentes aos quatro *campi* da UFSCar: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos, e Sorocaba.

**Gráfico 12** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – Ingressantes de 2008 a 2012 (Portaria GR697/2007)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022.

Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007.

G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

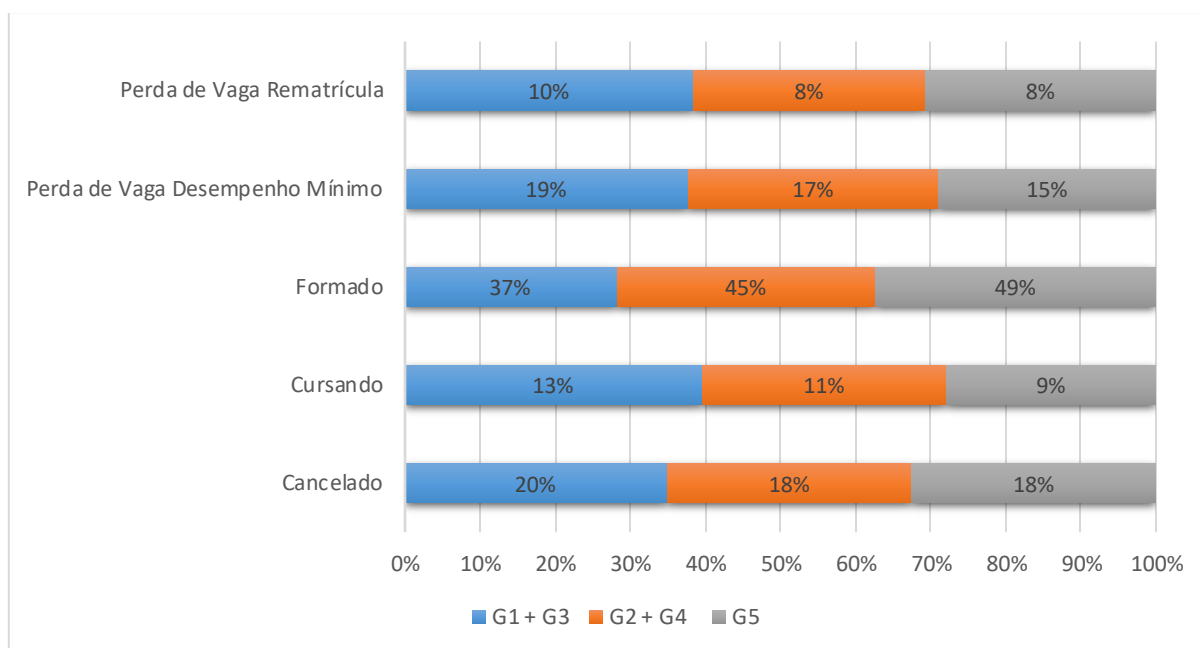
Dados organizados pela pesquisadora.

O Gráfico 11 nos dá uma visão da situação do *status* dos estudantes ingressantes de 2008 a 2012, ou seja, período em que a UFSCar utilizava critérios próprios para reserva de

vagas de acordo com a Portaria GR697/2007. Observa-se que ingressantes por ampla concorrência teve percentual de formandos de 56%. Os ingressantes pela modalidade de escola pública foram de 53%, e o percentual de formados dentre os ingressantes de escola pública e de autodeclarados negros foi de 49%.

Observa-se que a proporção de estudantes com matrícula cancelada é muito próxima entre as modalidades de ingresso, assim como a proporção de estudantes com *status* rematrícula.

**Gráfico 13** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2013 a 2017.



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022

Fonte: ProGrad/UFSCar

Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007, ou seja:

G1+G3: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda ou não)

G2+G4: (ingressos de escola pública de baixa renda ou não)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

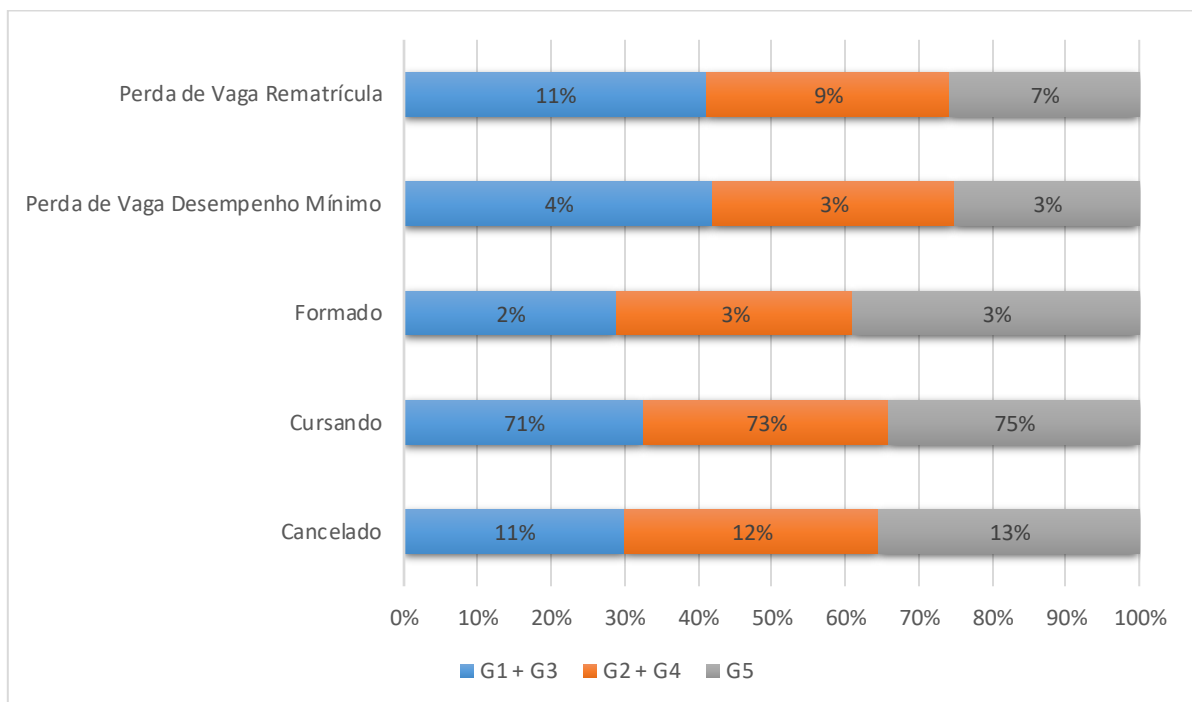
Observa-se no Gráfico 12 que nos cinco primeiros anos da implantação da reserva de vagas na UFSCar que o grupo de estudantes ingressantes por ampla concorrência teve percentual com *status* de formado de 49%. Já os ingressantes pela modalidade de escola pública o percentual foi de 45%, e estudantes ingressantes de escola pública e autodeclarados negros um percentual de 37%. Por outro lado, há proporcionalmente mais estudantes ativos de escola pública e autodeclarados negros.

É importante destacar que houve uma significativa redução do percentual de estudantes com *status* da matrícula “Cancelado”. Conforme indicado anteriormente, as possibilidades de

cancelamento são: a) o estudante solicitou o cancelamento da matrícula; b) o estudante ficou matriculado o tempo máximo para o curso e não o integralizou; c) o estudante solicitou transferência para outra instituição ou, d) solicitou mudança de curso na própria UFSCar. Essa redução nos percentuais, quando comparado ao período de 2008 a 2012, sugere uma redução da evasão<sup>21</sup> dos estudantes em todas as modalidades de ingresso.

A significativa diminuição no percentual de estudantes com *status* “cancelado” no período de ingresso de 2013 a 2016, quando comparado ao período de 2008 a 2012, coincide com o período em que a UFSCar aprovou a Política de Ações Afirmativas e implementou ações voltadas à política de permanência destes alunos. Uma delas foi a criação de uma Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar (SAADE), aprovada pelo ConsUni, por meio da Resolução nº. 809, criada em 29 de maio de 2015.

**Gráfico 14** – *Status* do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2018 a 2022



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022

Fonte: ProGrad / UFSCar

Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007, ou seja:

G1+G3: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda ou não)

G2+G4: (ingressos de escola pública de baixa renda ou não)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pela pesquisadora.

<sup>21</sup> Consideramos aqui o que o Ministério da Educação (MEC) define como evasão escolar: “[...] a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, 1997, p. 19).

Nos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, observamos que os percentuais estão bem próximos e que não há diferença relevante entre as modalidades de ingresso.

A proporção de estudantes formados é de 4% para os ingressantes por ampla concorrência e ingressantes pela modalidade de escola pública, já o percentual de formados dentre os ingressantes de escola pública e de autodeclarados negros é de 3%.

Apesar das condições de permanência serem amplas, ações e medidas institucionais são fundamentais para garantir que os estudantes em situação de vulnerabilidade<sup>22</sup> econômica concluam com sucesso sua trajetória na universidade.

Em 2020, a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 afetou toda a sociedade e no ensino superior não foi diferente. Com a suspensão das aulas presenciais e adoção do ensino no formato remoto, uma política de permanência pensada nos aspectos psicológicos e econômicos é essencial.

Com a retomada as aulas no formato presencial e o retorno dos estudantes à universidade, políticas e ações voltadas à permanência tornam-se ainda mais importantes. Deve-se pensar em políticas de permanência que contribuam para a manutenção do aluno na universidade, como auxílios-financeiros, cuidados com a saúde física e mental, acompanhamento social e pedagógico, entre outros.

A universidade deve ser um espaço democrático, composto por pessoas de baixa renda, negras, indígenas e com deficiência, grupos que sempre estiveram sub-representados no ambiente universitário.

Para estudantes em situação de vulnerabilidade social, concluir os estudos pode ser ainda mais difícil, por isso as políticas de permanência estudantil podem ajudar a melhorar os índices de conclusão no ensino superior.

---

<sup>22</sup> A perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar. Dessa forma, o índice de vulnerabilidade social (IVS) aqui apresentado tem a pretensão de sinalizar a ausência ou a insuficiência de alguns ativos em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, em princípio, estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado. Assim, a definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (IPEA, 2018).

### **3. POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO**

Esta seção tem o objetivo central de discutir a permanência de estudantes cotistas negros na Universidade Federal de São Carlos, com a abordagem dos temas: permanência material, permanência simbólica, os programas do governo federal com o objetivo de promover a permanência da população negra na universidade pública e os programas de assistência estudantil da UFSCar que visam viabilizar a permanência dos estudantes negros.

#### **3.1. Conceituando a permanência estudantil**

A permanência dos estudantes no ensino superior envolve tanto aspectos materiais quanto aspectos simbólicos, os quais contribuem para o processo de afiliação institucional ao ensino superior (COULON, 2008). Coulon afirma que o percurso acadêmico bem-sucedido é aquele em que o estudante compreende os aspectos próprios à vida universitária, aspectos referentes à apropriação de conteúdos intelectuais, construção de saberes e conhecimentos, apropriação dos códigos e rotinas próprios do ensino superior.

A permanência material envolve elementos mais evidentes como o transporte, a alimentação, moradia, aquisição de livros. Já a permanência simbólica, os elementos decorrem por meios mais subjetivos que contemplam os sentidos, as interações, a apropriação do espaço universitário e a afiliação estudantil. Para Coulon (2008), tornar-se um estudante universitário é aprender um ofício, mesmo que temporário, para não fracassar no percurso acadêmico. Usando a linguagem etnometodológica, ser estudante universitário é tornar-se membro, afiliar-se institucionalmente e intelectualmente à vida universitária (CARNEIRO; SAMPAIO, 2015).

Com o processo de expansão do sistema de ensino superior nas instituições federais brasileiras, observado desde 2002 com a instituição da Lei nº 10.558 - Programa Diversidade na Universidade, seguido pela implementação do REUNI e complementado pela alteração dos mecanismos de ingresso Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, o perfil da comunidade universitária foi modificado. Essas ações contribuíram para que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis – raça, gênero e etnias distintas – fossem incorporados a um nível de ensino que, até bem pouco tempo atrás, eram concedidas a uma parte de indivíduos socialmente privilegiados.

É importante e necessário discutir que a garantia do acesso não é suficiente para a inserção ao ensino superior. A permanência com qualidade precisa ser pensada como estratégia no âmbito das políticas públicas para que, de fato, o direito à Educação Superior seja garantido e a democratização do acesso seja de fato assegurada.

Ao se referir a urgência de se lutar pela concretização da igualdade dos coletivos diversos, tratados historicamente como desiguais, Gomes afirma:

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação dessas políticas, a urgência de programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação. (GOMES, 2011, p. 115).

Diante disso, podemos afirmar que estamos presenciando um processo de democratização do acesso ao ensino superior em que as universidades federais aproximam-se, como nunca, do perfil plural e desigual da sociedade brasileira, com aumento da presença de alunos pretos e pardos, indígenas, provenientes das periferias, de origem rural e quilombola, de egressos de escola pública e com baixos níveis de renda familiar *per capita*.

Dessa forma, torna-se imprescindível a discussão sobre a permanência estudantil, pois, construir mecanismos para o ingresso é fundamental. No entanto, para que essa democratização se torne eficaz, é necessário discutir a respeito das ações para o acolhimento destes estudantes, de maneira que seja garantida a sua permanência nos seus aspectos material, simbólico e de impacto social, dentro e fora da Universidade, bem como implementação de políticas institucionais de combate ao racismo e a discriminação.

No âmbito da educação, a política de assistência estudantil deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência e que possibilite uma assistência aos estudantes que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas. É necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência destes estudantes na universidade, a fim de que eles tenham condições de prosseguir sua vida acadêmica com sucesso.

Pacheco (2011) destaca que os direitos sociais, como o direito à educação, são mais que o direito de não ser excluído da escola, mas, acima de tudo, o direito de fato de conseguir uma vaga e as condições para estudar. A educação é uma importante ferramenta de desenvolvimento

social e por meio dela é possível uma mobilidade e mudança social. Por essa razão, é importante que o governo designe recursos e incentive a formação dos estudantes.

As ações que devem abranger a assistência estudantil, de maneira que assegurem a permanência, são desde o acompanhamento às necessidades educacionais até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros – *permanência material*. Além de ações voltadas à qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão – *permanência simbólica* (SANTOS, 2009).

A permanência estudantil é um direito que consta no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Sua finalidade é que o estudante cumpra com sucesso sua trajetória na universidade e para isso é preciso que ele tenha condições de permanecer neste ambiente. Nesse sentido, políticas de acesso, permanência e ações afirmativas andam juntas e são muito importantes para trazer equidade àqueles que sempre foram excluídos do ensino superior.

### **3.1.1. Permanência material**

Em um nível de ensino no qual se pretende promover uma ampla democratização do acesso, conforme se observa pelo que foi disposto na meta nº 12 do PNE 2014-2023, a assistência estudantil assume um caráter fundamental. Ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis torna-se essencial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência para apoiar o sucesso acadêmico desses estudantes.

O Plano Nacional de Educação de 2014–2023 traz, em seu texto novamente, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 33% para a população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Traz também como uma das estratégias a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigida aos alunos de instituições públicas na educação superior. Essas ações têm como objetivo a redução das desigualdades étnico-raciais e a ampliação das taxas de acesso e permanência na educação superior para apoiar o sucesso acadêmico de estudantes egressos da escola pública e afrodescendentes.

Dados da PNAD-C (2018) mostram que 60,6% da população brasileira é negra, enquanto o percentual de negros nas IFES é 50,2%, demonstrando uma desproporcionalidade da população negra fora e dentro da universidade. Por conseguinte, para que estes estudantes tenham acesso e permanência às universidades é preciso que se construam políticas públicas

específicas. Estas políticas podem se materializar de diversas formas, inclusive como auxílio-financeiro quando se trata de dificuldades materiais.

A chamada Lei de Cotas, a Lei nº 12.711/2012, consiste em marco legal que cristaliza e uniformiza iniciativas individualmente desenvolvidas por muitas universidades federais na última década. Trata-se de uma norma que definiu, desde 2012, a obrigatoriedade da reserva da metade das vagas oferecidas por essas instituições a grupos historicamente sub-representados na educação superior (INEP, 2014).

A democratização do acesso, como exposto anteriormente, contribuiu para a incorporação de alunos de camadas populares e com diferentes trajetórias educacionais. No entanto, sabemos que para permanecer neste espaço é necessário que o estudante tenha condições mínimas de subsistência. E, embora a política de assistência estudantil não soluciona o conjunto de desigualdades e explorações, mas surge como uma possibilidade para minimizá-la por meio da garantia da permanência dos alunos e alunas ingressos na universidade pela política de cotas. Nessa direção, a Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir a permanência destes estudantes.

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as universidades que mantêm programas de assistência e realizam acompanhamento do desempenho acadêmicos destes estudantes constataam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, aos dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e na qualidade de vidas dos estudantes carentes enquanto universitários. (FONAPRACE, 2000).

Nessa perspectiva, a assistência estudantil diz respeito ao conjunto de ações e programas públicos e estatais que tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes das universidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Levando-se ainda em consideração a política federal do Sistema de Seleção Unificada, o SiSU<sup>23</sup>, tem-se um universo de estudantes cotistas com dificuldades relacionadas à moradia, alimentação e à manutenção de gastos. Em 2018, 70% dos alunos matriculados vinham de famílias que recebiam entre um e meio e meio salário mínimo (Andifês). Considerando que

---

<sup>23</sup> O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes. Fonte: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br).



esses são muito baixos valores para a sobrevivência, para o estudante cotista os desafios são ainda maiores para conseguirem assegurar a sua permanência e uma formação de qualidade.

As ações de assistência estudantil têm por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades e agir, preventivamente, nas situações que podem interferir na permanência dos estudantes no ambiente universitário, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (SOUSA, 2020).

Ao observar o perfil socioeconômico dos negros, nota-se que eles estão inseridos em um contexto de exclusão social e econômica que é histórico e longo no Brasil. Enquanto 16,4% da população branca estavam entre os 10% com maiores rendimentos, apenas 4,7% da população preta ou parda encontrava-se nesta mesma classe de rendimentos, em 2017. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcava 13,6% da população preta ou parda e apenas 5,5% da população branca<sup>24</sup> (IBGE, 2018). De forma particular, serão encontradas facilmente essas diferenciações também dentro do contexto universitário. Nesse sentido, as ações afirmativas de cotas possibilitaram o acesso do estudante negro às instituições de educação de ensino superior, porém, é evidente que para permanecer é necessário o mínimo de condições de subsistência.

O estudo "Raça, gênero e saúde mental", realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, 2020) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostra que 37% dos homens pretos e pardos e 36% das mulheres pretas e pardas indicaram dificuldade financeira como a principal motivação para abandonar o curso.

É importante considerar que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, podendo causar inclusive abandono escolar. Deve-se pautar que o desempenho acadêmico não é somente uma questão de capacidade x oportunidade ou de meritocracia, mas inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica do estudante, expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Dessa maneira, podemos falar da Política de Assistência Estudantil dentro das ações e políticas de permanência para os alunos ingressos nas universidades é uma forma de garantir a permanência dos estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis no ensino superior, objetivando, minimamente, a diminuição da injustiça social.

---

<sup>24</sup> Fonte: IBGE, por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

### 3.1.2. Permanência simbólica

Para além da análise das questões materiais, econômicas e financeiras que envolvem as dificuldades de permanência dos estudantes na universidade, é necessário pensar na perspectiva simbólica que abrange aspectos psicossociais, culturais e pedagógicos relacionados às interações, ao sentimento de pertencimento, à apropriação do espaço universitário e à afiliação estudantil.

Na perspectiva do sociólogo francês Alain Coulon, o conceito de afiliação estudantil constitui em uma das categorias encontradas na obra do pesquisador como a de maior destaque. A ideia de que o estudante, ao ingressar no ensino superior, é desafiado a apropriar-se dos códigos de uma nova cultura, sendo ela bem mais complexa, sofisticada e difícil decodificação, representa um pensamento instigante no contexto da universidade pública contemporânea, contribuindo para o processo de afiliação institucional (COULON, 2008).

A obra de Coulon sobre afiliação estudantil destaca-se por privilegiar aspectos subjetivos e simbólicos da vida social. Nesse sentido, contribui para a compreensão e entendimento de alguns temas atuais, que surgem com o processo de democratização da Educação Superior, em especial pelas políticas de ações afirmativas que proporcionaram a abertura da universidade a públicos bem mais heterogêneos.

Para Coulon (2008), a tarefa inicial de um estudante, ao ingressar na universidade, é aprender o ofício de estudante, que consiste em se tornar um deles para não ser eliminado ou se autoeliminar, pelo fato de continuar sendo um estrangeiro. Nessa perspectiva, o aluno cotista, para se tornar um afiliado, precisa passar pelo processo de assimilação dos novos códigos e regras institucionais, sociais e simbólicos.

Ser estudante, no sentido dado por Coulon, é incorporar as práticas e os funcionamentos universitários, forjando um *habitus* de estudante. Além de frequentar aulas, realizar tarefas intelectuais, implica se vincular, dialogar, realizar atividades com os outros estudantes. Isso exige aprendizagem, domínio das ferramentas e das regras, e é claro, tempo, variável imprescindível para aquisição do capital cultural.

Segundo o estudo "Raça, gênero e saúde mental" (GEMAA, 2020), 22% das mulheres pretas e pardas afirmam que, logo após a dificuldade financeira, o fator emocional é preponderante para abandono do curso. Entre as brancas, o índice é de 29%, o que faz deste o maior motivo de desistência entre as estudantes.

Este mesmo estudo nos mostra que ao todo, 83,5% dos (as) estudantes relatam que alguma dificuldade emocional afeta sua vida acadêmica.

A saúde mental tem ganhado crescente espaço no debate público nos últimos anos. Ele é fundamental para a discussão sobre a permanência qualificada no Ensino Superior, intervindo diretamente no sucesso acadêmico dos estudantes beneficiados pela lei de cotas.

As situações de não adaptação, de exclusão, de discriminação são elementos que podem dificultar ou impedir a permanência. Por isso, torna-se de fundamental importância o desenvolvimento de ações voltadas para a permanência, que visem possibilitar ao estudante o desenvolvimento do sentido de pertencimento.

É indispensável para análise das condições de permanência do estudante negro na universidade, a percepção das condições simbólicas que o cercam, visando a identificação dos principais obstáculos para que se alcance o sucesso e a continuidade dos estudos. Dessa maneira, a vivência acadêmica precisará buscar consolidar a afirmação da identidade negra para construção e solidificação de uma autoestima positiva (GOMES, 2004).

A democratização do ingresso no Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas trouxe para a universidade um grande contingente de pessoas oriundas de famílias nas quais a educação superior nunca havia sido uma possibilidade. Tal situação pode gerar sentimentos de inadequação em relação ao novo espaço, discriminação real por parte de outros membros da comunidade universitária e mesmo pressão por bom desempenho acadêmico (GEMAA, 2020).

A permanência estudantil deve ser pensada para além da perspectiva material no que diz respeito à sobrevivência do indivíduo. Deve-se possibilitar que espaços como a universidade sejam inclusivos e plurais, fundamentais para o sucesso acadêmico deste novo público universitário que se faz presente com mais força no espaço acadêmico na última década e que, historicamente, esteve à margem do ensino superior.

### **3.2. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**

Com a expansão do ensino superior brasileiro, no período de 2003 a 2014, proporcionado pelo REUNI, com a viabilização do acesso a estudantes de camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis ao ensino superior, fez-se necessário o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência de forma que apoiem o sucesso acadêmico desses estudantes. A criação de mecanismos e auxílios financeiros do PNAES é essencial para a permanência e o êxito dos alunos de graduação de uma universidade federal.

Instituído em 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política pública da educação de nível superior executada no âmbito do Ministério da Educação

(MEC), estruturada com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O dinheiro é repassado para as universidades, que têm autonomia para selecionar quais alunos serão contemplados e quais os valores do benefício. O PNAES tem por objetivo garantir a permanência e conclusão dos estudantes no ensino superior, contribuindo para uma universidade inclusiva e democrática.

O Decreto 7.234/2010 indica que o PNAES deve ser articulado com as atividades de ensino, extensão e pesquisa, com a assistência desenvolvida nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Até o ano de 2012, parte dos recursos do REUNI (BRASIL, 2007) era destinado exclusivamente para a assistência estudantil. Assim, as instituições contavam com um suplemento significativo em seu orçamento para o desenvolvimento de políticas de permanência. Tratava-se claramente da percepção de que o processo de expansão exigiria o auxílio aos estudantes que, por sua própria situação, não teriam condições de se manter na universidade. A partir de 2013, as Universidades, os Institutos Federais e os CEFETs financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se do PNAES. O PNAES dedicou, até 2016, valores sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 178 milhões em 2008 para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo queda para R\$ 992 milhões em 2017 e R\$ 961 milhões em 2018.

**Tabela 7:** Recursos PNAES 2008 – 2018 / Brasil

<b>Ano</b>	<b>PNAES Nacional</b>	<b>%</b>
<b>2008</b>	178.100.000,00	
<b>2009</b>	220.700.000,00	24%
<b>2010</b>	320.200.000,00	45%
<b>2011</b>	415.500.000,00	30%
<b>2012</b>	579.800.000,00	40%
<b>2013</b>	682.900.000,00	18%
<b>2014</b>	802.200.000,00	17%
<b>2015</b>	959.500.000,00	20%
<b>2016</b>	1.006.000.700,00	5%
<b>2017</b>	992.394.617,00	-1%
<b>2018</b>	961.604.278,00	-3%

Fonte: 2008 a 2016 Siafi gerencial – dotação atualizada. Valores em milhões. 2017 - 2018: Diretoria de Orçamento (UFT, 2018) / Elaboração própria

Em seu Art. 1º, o Decreto 7.234/2010 trata da importância de aumentar as condições de permanência dos estudantes nas IFES, assegurando, assim, em alguns dos seus muitos objetivos:

- Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- Viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico, promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- Desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (BRASIL, 2007).

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAAPRACE, a política de Assistência Estudantil foi definida não só sob o ponto de vista do conjunto de princípios e diretrizes que orientam a implantação de ações e programas para garantir o acesso dos estudantes das IFES, mas, também, da permanência e conclusão de curso de graduação “na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAAPRACE, 2012).

O Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento. (ARAÚJO, 2003, p. 99).

Nesse sentido, as políticas sociais devem ser desenvolvidas de maneira que os estudantes em situação de vulnerabilidade social tenham condições não somente de permanecer na universidade, mas também de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso, até a conclusão do curso.

### 3.2.1. Programas e ações para permanência dos estudantes nas IFES

A política de assistência estudantil apresenta-se como instrumento que visa contribuir com a criação e ampliação de projetos e ações que propiciem a permanência dos estudantes na universidade. Assim, tais políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo possa realizar as atividades cotidianas na instituição, mas também de ordem pedagógica e psicológica, imprescindíveis para que o aluno conclua seus estudos de modo eficaz.

Nesse contexto de políticas voltadas ao ensino superior público, nota-se, desde então, uma preocupação acentuada com a permanência dos estudantes por parte do governo federal. Esta é quase exclusivamente vinculada ao aspecto financeiro, ora representada pela destinação de bolsas aos estudantes e renúncia fiscal às instituições de ensino superior privadas, ora pela descentralização orçamentária para concessão de bolsas aos estudantes matriculados nas IFES, via Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES (BRASIL, 2010).

Os recursos alocados pelo PNAES têm sido de fundamental importância para a implementação dos programas de assistência estudantil, no entanto, ainda são insuficientes em decorrência do aumento de demandas ao longo dos últimos anos, principalmente com a inclusão de diversos segmentos sociais na universidade.

Na educação superior é possível destacar ações que visam o acesso e, acima de tudo, a permanência nas universidades. São eles: o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).

O FIES financia os cursos de graduação no Ensino Superior privado para estudantes que estejam regularmente matriculados e não possuem condições financeiras de arcar com os custos de sua formação. Para tanto, a instituição deve estar cadastrada no Programa e ter uma avaliação positiva no MEC.

O Programa foi criado, em 1999, por meio da Medida Provisória nº. 1.827 para substituir o Programa de Crédito Educativo, sendo modificado em 2007. Com as novas regras possibilitou-se a fiança solidária, de modo que os alunos são fiadores uns dos outros em pequenos grupos. Outro fator foi o prazo para quitar a dívida, que passou a ser de duas vezes a duração do curso, com prazo de seis meses para o início do pagamento do empréstimo.

A partir do ano de 2005 passou-se a conceder financiamento para bolsistas parciais, beneficiados com a bolsa de 50% do PROUNI. Atualmente, também se concede financiamento

para alunos que se encontram na situação de bolsistas complementares, isto é, alunos do PROUNI que têm benefício de 25% na mensalidade. A Caixa Econômica Federal é o órgão financiador do FIES.

O PROUNI foi criado em 2004 e concede bolsas para estudos parciais e integrais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior. O programa oferece isenção de tributos para as instituições privadas que aderirem ao programa. O processo de seleção se dá por meio da nota obtida no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – e é destinado aos egressos da rede pública. Há também um incentivo à permanência dos estudantes nas instituições por meio da Bolsa Permanência. Além do mais, o estudante pode financiar pela Caixa Econômica Federal o FIES e a mensalidade que não for coberta pela bolsa do programa.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem como objetivo dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior. O plano tem previsão de duração de cinco anos e pretende distribuir dois bilhões de reais para as universidades melhorarem os cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos. O programa também enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica.

Juntamente com o REUNI foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, em 2007. Este programa se destina a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior. Um dos objetivos é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação com intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização na educação superior. Segundo o Plano, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico. Esse plano pretende incorporar as demais propostas do Ministério da Educação (MEC), visando a expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, inclusão social e redução da repetência e da evasão. Ele foi elaborado pelo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que entendeu a importância da assistência estudantil como um fator de incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade.

**Tabela 8** - Serviços, ações ou programas mais utilizados no universo da Assistência Estudantil de acordo com pesquisa realizada pelo FONAPRACE.

<b>Participantes dos programas de</b>	<b>IV Pesquisa</b>	<b>V Pesquisa em</b>
	<b>2014</b>	<b>2018</b>
<b>alimentação</b>	44,2%	17,3%
<b>transporte</b>	18,4%	8,2%,
<b>moradia</b>	11,7%	7,5%
<b>bolsa permanência institucional</b>	11,4%	7,6%

Fonte: Fonaprace (2018).  
Dados organizados pela pesquisadora.

Os percentuais de 2018 relativamente à IV Pesquisa de Perfil de 2014 mostram que todos os programas e ações no campo da assistência estudantil apresentaram queda da cobertura, isto é, em todos os programas os percentuais de estudantes atendidos em 2018 são inferiores aos de 2014. Em 2014, 44,2% participavam dos programas de alimentação, 18,4% de transporte, 11,7% de moradia e 11,4% de bolsa permanência institucional, enquanto em 2018 são 17,3%, 8,2%, 7,5% e 7,6%, respectivamente.

Os recursos destinados ao PNAES foram crescentes até o orçamento de 2016. Em 2017 e 2018 foram observadas reduções nos valores nominais. Conseqüentemente, com a redução do financiamento seria natural que os indicadores de cobertura fossem atingidos.

### **3.2.2 - Assistência estudantil na UFSCar**

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) é o setor responsável pela gestão de ações e de estratégias que visem a promoção da qualidade de vida e a permanência de todas as pessoas que compõem a comunidade universitária da UFSCar. A ProACE foi criada pela Portaria GR n.203, de 20 de julho de 2009, atendendo a Resolução ConsUni n. 647, de 02 de julho de 2009, em substituição à Secretaria Geral de Assuntos Comunitários (SAC), e é responsável por cuidar da política de assistência estudantil que visa garantir equidade nas oportunidades em relação ao exercício das atividades acadêmicas.

O agravamento das desigualdades no Brasil durante a pandemia é apontado por diversas pesquisas e estudos recentes. O índice Gini<sup>25</sup> do país, que mede a concentração de renda, subiu

<sup>25</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos



de 0,642 para 0,674 entre 2020 e 2021. Neste índice, quanto mais alto o indicador, maior é a desigualdade e concentração.

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)<sup>26</sup>, indica que, nos últimos meses de 2021, 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar. Outrossim, o estudo aponta que, além do aumento das desigualdades, aumentaram também os níveis de estresse e de tristeza entre os brasileiros.

A assistência estudantil na UFSCar tem sofrido as transformações nas políticas sociais determinadas pelo governo federal, com consequências nos cortes dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em 2020, com o agravamento das condições, em razão da pandemia do Covid-19 e a crise econômica, a situação tem se deteriorado com a progressiva redução dos repasses de recursos para os programas sociais, inclusive para o PNAES, tendo como consequência o pagamento irregular das bolsas e outros auxílios aos estudantes, de forma que a permanência de vários estudantes corre risco de ser inviabilizada. Em dois anos, a UFSCar deixou de receber do Governo Federal mais de R\$ 2,2 milhões do orçamento anual do PNAES.

O orçamento da UFSCar para 2022, previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como o de todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), segue deficitário. Dados divulgados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (ForPIAd) indicam uma queda de 25,84% no orçamento das IFES de 2019 para 2022.

Para a UFSCar, o orçamento de custeio (destinado ao pagamento de energia elétrica, água e esgoto, serviços terceirizados, aquisições de materiais, pagamento de bolsas, etc.) e para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), previsto em fevereiro de 2022, estava na ordem de R\$ 51 milhões, sendo R\$ 41 milhões para o custeio e R\$ 10 milhões para o PNAES. Com o corte de 7,2% no orçamento de 2022 da UFSCar, anunciado em junho, a Universidade perdeu R\$ 4.638.021,02 para 2022, com o orçamento para o funcionamento das atividades de manutenção da instituição caindo de R\$ 41.303.882,00 para R\$36.665.881,79.

Para este ano, as despesas de custeio da Universidade são da ordem de R\$ 55 milhões, o que representa um *déficit* de R\$ 14 milhões no orçamento. Também ficou demonstrado que o

---

mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). Fonte: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)

<sup>26</sup> Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>. Acesso em 19/10/2021

valor de R\$10 milhões para o PNAES é insuficiente para as despesas de assistência estudantil. Por exemplo, somente em bolsas assistenciais há uma despesa fixa de cerca de R\$11 milhões. Além das bolsas de assistência, há os custos com moradias, água, energia e com a Unidade de Atendimento à Criança (UAC), e outras ações assistenciais que são da ordem de mais de R\$ 1 milhão (UFSCar, 2022).

**Tabela 9** - Recursos PNAES repassados para a UFSCar

<b>2009</b>	R\$2.283.080,00
<b>2010</b>	R\$4.170.339,00
<b>2011</b>	R\$6.544.667,00
<b>2012</b>	R\$7.723.539,00
<b>2013</b>	R\$7.936.977,00
<b>2014</b>	R\$7.914.747,00
<b>2015</b>	R\$8.640.277,00
<b>2016</b>	R\$10.017.834,00
<b>2017</b>	R\$9.611.704,00
<b>2018</b>	R\$8.938.402,00
<b>2019</b>	R\$10.597.112,00
<b>2020</b>	R\$9.553.694,00
<b>2021</b>	R\$8.402.247,00
<b>2022</b>	R\$10.115.972,00

Fonte – ProACE – Apresentação CoAd Fev/2022.

A redução de investimentos e o empobrecimento da sociedade provocado pela pandemia do Covid-19 refletem em um número maior de pessoas em situação de vulnerabilidade. Este é o momento em que a defesa da assistência estudantil nas universidades se mostra ainda mais necessária para a garantia de permanência e a formação dos estudantes. Se antes a assistência estudantil já era de grande necessidade para a maior parte dos estudantes das IFES, hoje ela se torna ainda mais indispensável. O PNAES necessita de um financiamento que seja condizente com a realidade da comunidade discente da universidade, uma vez que tem sido necessário que as universidades destinem parte dos recursos do seu orçamento próprio para apoiar políticas de permanência dos estudantes.

A Assistência Estudantil na UFSCar é regulamentada pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) disposto na Resolução CoACE n.03, de 02 de abril de 2012. Nos últimos anos, o ingresso no PAE conta com um processo de indicadores de risco de vulnerabilidade:

- 1) Renda *per capita* na família;
- 2) Situação habitacional;
- 3) Condição ocupacional do/a mantenedor/a principal da família;

- 4) Condições de saúde e pessoa com deficiência;
- 5) Participação em programa de distribuição de renda, conforme os riscos de vulnerabilidade, os/as estudantes são classificados em níveis: I (alto risco); II (risco); III (baixo risco).

Na UFSCar não há o recorte racial ou relação com grupo de ingresso, como indicadores no processo para ingresso ao Programa de Assistência Estudantil. A tabela a seguir mostra o total de alunos atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil na UFSCar desde 2016.

**Tabela 10** – Alunos (as) atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil na UFSCar: total de 2016 a maio de 2022.

<b>G1 + G3</b>	593
<b>G2 + G4</b>	689
<b>G5</b>	156
<b>Outros<sup>27</sup></b>	495
<b>Total</b>	<b>1.933</b>

Fonte: ProACE/UFSCar.

Bolsistas do PAE (maio/2022). Não estão relacionados aqueles que deixaram de ser bolsistas neste período.

O PAE estabelece uma série de bolsas e auxílios que são regulamentados por meio de editais específicos. O financiamento da Assistência Estudantil na UFSCar se dá pelas verbas oriundas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (ação 4002)<sup>28</sup> e de verbas destinadas ao Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (ação 20RK)<sup>29</sup>. São benefícios do PAE na UFSCar:

<sup>27</sup> Estudantes de outras formas de ingresso: vestibular indígena, refugiados, PEC-G, transferências, etc.

<sup>28</sup> PNAES- ação 4002 - Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 - Institui a política nacional de assistência estudantil, voltada para os estudantes de cursos de graduação presencial na rede federal de educação superior.

<sup>29</sup> Ação 20RK = Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Apoio financeiro as IES - Descrição Apoio a gestão administrativa, financeira e técnica, ao desenvolvimento de ações para o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das Instituições Federais de Educação Superior, bem como definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional nas modalidades presencial e a distância. Também apoia ações tais como: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

## 1) Moradia:

- Bolsa Moradia Vaga - Alocação em equipamento físico da Universidade em vagas nos edifícios internos do *campus* ou casas alugadas pela UFSCar para essa finalidade.
- Bolsa Moradia em Espécie - Repasse financeiro (R\$ 350,00) ao próprio estudante para custeio de aluguel.
- Bolsa Mãe/Pai - Consiste no repasse financeiro (R\$ 550,00) ao próprio estudante para custeio de aluguel. Destinado a bolsistas que tenham filhos (até seis anos incompletos ou com deficiência) sob a sua guarda.

## 2) Alimentação:

Consiste no fornecimento gratuito de refeições no Restaurante Universitário com acesso por meio de créditos custeados integralmente pela ProACE.

De maneira provisória, até que seja viável a oferta de café da manhã e todas as refeições aos finais de semana, foi constituído um benefício denominado Auxílio Alimentação Emergencial no valor de R\$ 110,00 pagos aos bolsistas-alimentação.

## 3) Transporte:

- Consiste no repasse financeiro para o custeio de transporte coletivo. É modalidade de apoio vinculada à Bolsa Moradia Vaga, ou seja, destina-se a estudantes que residam nas moradias estudantis externas e que ficam distantes do *campus*.

## 4) Bolsa-Atividade:

- Destinada prioritariamente aos estudantes do primeiro ano de graduação. Consiste no repasse de valor (R\$ 180,00) em contrapartida ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas pelos bolsistas em projetos selecionados.

## 5) Vagas reservadas na Unidade de Atendimento a Criança – UFSCar (Unidade de Educação Infantil):

- Consiste na reserva de 25% do total de vagas da Unidade a dependentes legais de bolsistas do PAE. Em 2017 havia 18 crianças estão inseridas na UAC por meio desta modalidade.

Além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil (PAE), a UFSCar faz a seleção e o acompanhamento dos bolsistas de apoio de Programas Federais.

6) Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE):

- O PIAPE tem como proposta dar suporte à realização de atividades que propiciem melhor inserção do/a estudante no ambiente universitário, a promoção, prevenção e atenção à saúde, o enfrentamento da violência institucional, o acompanhamento de seu desempenho durante o curso e a preparação de sua passagem para a vida profissional. Para atingir estes objetivos, o PIAPE fomenta a proposição de projetos que se articulem com as unidades vinculadas à ProACE e que tenham como foco a qualidade de vida e a permanência. Os projetos, quando aprovados, recebem a possibilidade de ter um/a bolsista para colaborar com o andamento das atividades. A bolsa PIAPE é no valor de R\$ 300,00.

Além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil (PAE), a UFSCar realiza a gestão de outros Programas do Governo Federal com foco na assistência e permanência estudantil.

7) Bolsa Permanência:

- O Programa de Bolsa Permanência é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro pago diretamente a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. Consiste no benefício de R\$ 900,00 mensais repassados diretamente pelo MEC.

Cabe a UFSCar realizar a avaliação socioeconômica e o acompanhamento mensal das condições para o recebimento do benefício.

8) Promisae:

- O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae) tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições

federais de educação superior. O auxílio mensal, no valor de R\$ 622,00, visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres.

A UFSCar é responsável pelo edital anual para seleção dos bolsistas. Também realiza o acompanhamento social e acadêmico visando dar suporte à permanência, bem como observar as contrapartidas dos bolsistas.

Além de cuidar da política de assistência estudantil na UFSCar, a ProACE também se responsabiliza por outros serviços voltados à gestão da permanência estudantil:

- **Assistência à Saúde**
- **Esportes e Atividades físicas**
- **Saúde Mental**
- **Educação Infantil**

Salienta-se que as ações desenvolvidas no âmbito da UFSCar acontecem de maneira complementar aos serviços de saúde, esportes, cultura e assistência social que são ofertados pelos municípios onde os *campi* estão instalados.

### **Programa de fomento à Permanência Estudantil**

Resolução ConsUni n. 44, de 01 de abril de 2021 – Dispõe sobre a criação do Programa de Fomento à Permanência Estudantil juntamente com a FAI/UFSCar – é referente à criação de uma estrutura de governança criada pelo CoACE – que abre possibilidades de entrada de recursos financeiros por meio de doações de pessoas físicas, jurídicas, de projetos, de eventos, etc., e a utilização dos recursos por meio de editais em complementação às ações do Programa de Assistência Estudantil e a ampliação para a inclusão de estudantes de pós-graduação em situação de vulnerabilidade.

Como medida emergencial, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade (FAI-UFSCar) estruturou, em parceria com a UFSCar, o CRIE – sigla para Captação de Recursos para Investimento em Equidade. A iniciativa permite que qualquer pessoa ou empresa faça doações a partir de R\$ 10,00 para ajudar no custeio da moradia, alimentação, transporte e outras necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade.

## **Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar - (SAADE)**

A Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) é um órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da Universidade Federal de São Carlos, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a UFSCar, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados alcançados.

A SAADE possui, em sua estrutura organizacional, as Coordenadorias de Relações Étnico-Raciais, de Diversidade e Gênero e de Inclusão e Direitos Humanos. Além das Coordenadorias, a SAADE também conta com um Conselho consultivo e com um Comitê Gestor que incorpora as funções do Grupo Gestor e se institui como uma instância de trabalho composta pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, de Assuntos Comunitários e Estudantis e de Gestão de Pessoas, além da própria equipe da SAADE. Institucionalmente, a SAADE é um órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de Ações Afirmativas, diversidade e equidade para a UFSCar, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados alcançados.

### **Programa de Acolhimento Estudantil - UFSCar**

Pensando em como acolher os estudantes ingressos, e em aproximá-los da UFSCar, em 2021, foi construído o *site* “Cheganças UFSCar<sup>30</sup>”. A página tem como objetivo apresentar as principais informações que um ou uma ingressante precisará para se inserir nas aulas e na comunidade UFSCar. No *site*, os alunos(as) encontram informações sobre como entrar numa sala de aula *on-line*; em como concorrer a uma bolsa de assistência estudantil, como acessar os materiais de estudos e os livros da biblioteca, o que é o que são as siglas que os veteranos e as veteranas usam. Estas e outras dúvidas podem ser respondidas por meio das informações contidas no sítio “Cheganças UFSCar”.

---

<sup>30</sup> Site “Cheganças UFSCar”: <https://www.cheguei.ufscar.br/>

### **UFSCar participa de projeto piloto que utiliza inteligência artificial para reduzir a evasão no Ensino Superior**

A UFSCar, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), é uma das seis Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que participam de um projeto-piloto que utiliza inteligência artificial como ferramenta para reduzir a evasão no Ensino Superior, o “Inteligência Artificial para Auxílio de Ações que Visam à Redução da Evasão no Ensino Superior”.

O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC). A ação inclui também as Universidades Federais de Itajubá (UNIFEI), do Pampa (UNIPAMPA), do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

Além desta nova ferramenta, a Secretaria de Informática, a SIn/UFSCar, já disponibilizou às Coordenações dos Cursos da UFSCar e Chefias de Departamento relatórios sobre evasão de alunos da graduação, em que é possível verificar com detalhes o desempenho dos alunos de forma individual, bem como as disciplinas com mais reprovações (nos últimos cinco períodos letivos). Uma ferramenta muito importante que poderá auxiliar nas ações e estratégias para reduzir a evasão dos estudantes.

#### **3.2.3. Grupos de estudos e redes de apoio aos estudantes negros na UFSCar**

Em um país como o Brasil, onde 56% das pessoas se declaram negras (IBGE, 2019), racismo é um assunto que deve ser discutido no ambiente familiar e escolar, mas infelizmente falar sobre este tema não é uma prática comum. Muitos jovens vieram de estruturas familiares nas quais este assunto não costumava ser abordado, ou por ser quase como uma espécie de tabu, ou por entenderem que o preconceito é uma questão superada, que já não existe mais no Brasil. Entretanto, sabemos que não falar sobre determinados problemas pode fazer com que eles fiquem ainda maiores.

Nesse sentido, surge a importância da criação de ambientes, grupos ou redes de apoio na promoção de diálogos que ajudem os jovens a entender e interagir com a realidade em que estão inseridos, com a finalidade de abordar temas e assuntos até então pouco discutidos em outros ambientes e também no acolhimento em situações de racismo.

A partir do momento em que trazemos esta discussão à tona e a aproximamos do cotidiano dos estudantes, estamos contribuindo para que eles fiquem mais atentos à questão e



se esforcem para não perpetuarem o preconceito e também saibam como agir em situações em que são vítimas de racismo.

A UFSCar conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB) e o Grupo de Pesquisa Educação, Territórios Negros e Saúde (ETNS), formados por professores e estudantes e atuam no campo das políticas de ações afirmativas e na de promoção da equidade racial.

### **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB)**

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos foi criado em 1991 por iniciativa de professores, estudantes, servidores e de militantes do Movimento Negro da cidade de São Carlos/SP. Desde sua criação, o NEAB tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão. Nestes anos o NEAB/UFSCar tem atuado nas seguintes áreas: negros e pesquisa; formação de educadores e memória social e intelectual dos afro-brasileiros.

O NEAB/UFSCar tem como objetivo realizar estudos cujos resultados possam ser aplicados na formulação e execução de políticas públicas de promoção da equidade racial. Para isso, tem como objetivos específicos estudar e divulgar a realidade dos descendentes de africanos na sociedade brasileira; analisar as relações interpessoais, culturais, sociais, econômicas mantidas pelos descendentes de africanos com outros grupos étnico-culturais com quem convivem, com o objetivo de criar mecanismos de combate ao racismo e as discriminações; registrar a memória social afro-brasileira. Além disso, promove a formação de professores, agentes comunitários e outros educadores para que possibilitem atitudes de respeito às culturas dos grupos de diferentes etnias e classes sociais presentes na escola, bem como organizar programas e materiais de ensino que visem o diálogo entre estas culturas e que a escola tem por meta transmitir.

### **Grupo de Pesquisa Educação, Territórios Negros e Saúde (ETNS)**

O grupo se constitui por pesquisadores, docentes, pós-graduandos e estudantes da UFSCar e de instituições fora do âmbito universitário do movimento negro da região de Sorocaba. Atua no campo das políticas de ações afirmativas, formação de educadores para as relações étnico-raciais, educação quilombola, infância quilombola, currículo, práticas educativas e resultados efetivos nos processos formativos no campo das relações étnico-raciais, ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira em espaços escolares, nos diferentes

níveis e modalidades e, em espaços não escolares. Também atua com o movimento negro em processos educativos e saúde da população negra.

Ao observar os programas e ações da UFSCar com os estudantes que ingressaram por meio da reserva de vagas para estudantes negros observamos que não há uma política específica de assistência estudantil que faça o recorte racial no auxílio aos estudantes negros. Encontram-se, ainda em andamento, estudos para estabelecer possíveis cruzamentos de dados da vida acadêmica dos estudantes participantes das ações afirmativas com informações acerca de auxílios advindos da inserção destes estudantes negros no Programa de Assistência Estudantil da UFSCar.

#### 4. O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA UFSCar: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES

Nesta seção apresentamos a análise dos dados obtidos na pesquisa Avanços e Desafios nas Políticas de Promoção de Acesso e Permanência de Estudantes realizada com os estudantes do *campus* São Carlos da UFSCar, por meio do envio de *e-mail* com convite para responder um questionário formatado no *Google Forms*. A realização da pesquisa com estudantes teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos.

A pesquisa foi realizada com os estudantes entre os meses de agosto a outubro de 2020, período da na pandemia do Covid-19, em que as aulas presenciais estavam suspensas e foram realizadas no formato remoto. O contexto das aulas remotas teve impacto na pesquisa, uma vez que toda a divulgação e a captação das respostas foram feitas *on-line*. Também teve repercussão nas respostas dos estudantes, uma vez que muitos não haviam vivenciado a universidade presencialmente e não souberam opinar sobre algumas questões abordadas. Além disso, no questionário foram apontadas novas questões e dificuldades relacionadas à vivência no ensino remoto.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: na primeira o questionário foi enviado para os cursos que juntos correspondiam a mais de 50% dos alunos ingressantes na UFSCar - *campus* São Carlos, pelo sistema de reserva de vagas considerando o critério étnico-racial e renda associados e considerando os dados de 2012 a 2018<sup>31</sup>. Os cursos foram os seguintes: Pedagogia, Engenharia de Produção, Química, Engenharia de Materiais, Ciências Sociais, Física, Engenharia Civil, Matemática, Engenharia Química, Ciência da Computação e Ciências Biológicas, conforme Tabela 8.

Para o envio do questionário aos estudantes foi solicitado à Coordenação desses cursos que divulgassem aos alunos o *e-mail* convite (Apêndice A) com informações do *link* para o formulário *Google*, bem como as orientações para preenchimento do questionário. Esta etapa foi realizada no período de 20 a 25 de agosto de 2020.

---

<sup>31</sup> Nesta fase da pesquisa os dados disponíveis eram de 2013 a 2018.

**Tabela 11** – Número de estudantes ingressos por modalidade ingresso (SiSU) no período de 2013 a 2018.

<b>Grupo de acesso</b>	<b>Ingressantes</b>	<b>%</b>
<b>G1+G3<sup>32</sup></b>	1.877	18%
<b>G2+G4<sup>33</sup></b>	3.307	31%
<b>G5<sup>34</sup></b>	5.519	52%
<b>Total</b>	<b>10.703</b>	

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad /nov.2019.  
Dados organizados pela pesquisadora.

**Tabela 12** – Percentual dos Cursos que correspondem a 50% dos alunos ingressantes na UFSCar pelo sistema de reserva de vagas (G1+G3), selecionados na 1ª Fase da pesquisa, considerando os dados de 2013 a 2018 do SiSU.

<b>Curso</b>	<b>Centro</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
<b>Pedagogia</b>	CECH	6%	6%
<b>Engenharia de Produção</b>	CCET	6%	12%
<b>Química</b>	CCET	5%	16%
<b>Engenharia de Materiais</b>	CCET	5%	21%
<b>Ciências Sociais</b>	CECH	5%	26%
<b>Física</b>	CCET	4%	30%
<b>Engenharia Civil</b>	CCET	4%	35%
<b>Matemática</b>	CCET	4%	38%
<b>Engenharia Química</b>	CCET	4%	42%
<b>Ciência da Computação</b>	CCET	4%	46%
<b>Ciências Biológicas</b>	CCBS	3%	50%

Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) / ProGrad / nov./2019.  
Dados organizados pela pesquisadora.

Na segunda etapa da pesquisa, em razão do baixo percentual de questionários respondidos na etapa anterior, a pesquisa foi ampliada aos estudantes de todos os cursos da UFSCar do *campus* São Carlos, solicitando às coordenações dos cursos que não participaram da Etapa 1, o envio do *e-mail* convite aos estudantes. Nesta etapa participaram os cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Educação Física, Biblioteconomia e Ciência da

<sup>32</sup> G1+G3: Pretos ou Pardos Egressos de Escola Pública com critério de renda associado.

<sup>33</sup> G2+G4-Egresso de Escola Pública com critério de renda associado.

<sup>34</sup> G5 Ampla Concorrência.

Informação, Imagem e Som, Educação Especial, Estatística, Medicina, Letras, Gerontologia, Biotecnologia, Gestão e Análise Ambiental, Terapia Ocupacional, Engenharia Física, Psicologia, Fisioterapia, Engenharia de Computação, Linguística, Enfermagem, Filosofia, Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais-Libras/Língua Portuguesa, Música. Além da divulgação da pesquisa pelas Coordenações de Curso, solicitamos a divulgação da pesquisa no grupo do *WhatsApp* do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos) e grupos dos próprios estudantes. Esta etapa foi realizada no período de 16 a 23 de setembro de 2020.

A terceira etapa da pesquisa foi realizada com o objetivo de ampliar o percentual de respostas. Para tanto, a pesquisa foi divulgada pela Inforede da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) para os estudantes da graduação da UFSCar. A CCS enviou o *e-mail* convite da pesquisa para os estudantes da graduação do *campus* São Carlos nos dias 30/09/2020, 07/10/2020 e 14/10/2020, conforme Apêndice C.

Após a realização da pesquisa, em três etapas com os estudantes do *campus* São Carlos, tivemos como resultados setenta questionários respondidos. Destes, trinta eram correspondentes de estudantes que ingressaram na UFSCar pelo Grupo 1 (G1), egresso de escola pública com autodeclaração de ser preto, pardo ou indígena e com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (sm) e Grupo 3 (G3), egresso de escola pública com autodeclaração de ser preto, pardo ou indígena com renda superior a 1,5sm.

O questionário da pesquisa foi elaborado com o objetivo de traçar o perfil do aluno cotista negro e saber como ele se comporta, como interage no ambiente acadêmico e também quais as dificuldades encontradas para a permanência na Universidade.

O questionário foi composto com 26 questões fechadas e 5 questões abertas para que os estudantes expressassem suas opiniões de forma livre. As questões foram organizadas em três grupos: o primeiro com questões gerais com o objetivo de obter o perfil dos participantes, o segundo grupo contém questões sobre o ingresso na universidade e o terceiro com questões sobre a permanência na universidade.

A análise a seguir apresenta os dados da pesquisa considerando os três grupos de questões que compõem o questionário da pesquisa.

#### 4.1. Perfil dos estudantes pesquisados

Considerando que a pesquisa tem como foco os estudantes que ingressaram na UFSCar pelo sistema de reserva de vagas direcionado aos estudantes negros, ou seja, Grupos 1 e 3, para a análise dos dados foi realizado um filtro destes grupos.

Dos estudantes participantes da pesquisa, 20 são do sexo feminino, 9 do sexo masculino e 1 estudante identificou-se como não binário. Do total, 93% dos estudantes não possuem filhos.

Quando questionamos: *No período de ensino presencial onde você mora?* A maioria, 43%, indicou morar com familiares, 27% indicou a moradia estudantil na UFSCar ou república, 17% indicou morar em *kitnet*, mas não com a configuração de república, e 13% dos estudantes não chegaram a cursar presencialmente por causa da pandemia e as aulas estarem sendo realizadas de forma remota.

**Tabela 13** – Ano de ingresso na UFSCar

<b>Ano de ingresso</b>	<b>%</b>
<b>Anterior a 2016</b>	10%
<b>2016</b>	3%
<b>2017</b>	7%
<b>2018</b>	23%
<b>2019</b>	23%
<b>2020</b>	27%
<b>Sem resposta</b>	7%

Fonte: pesquisa de campo.

Dos participantes da pesquisa, 27% são ingressantes do ano de 2020, seguidos pelo ano de 2019 e 2018, representando 23% cada. Em números absolutos, 8 estudantes são ingressantes do ano de 2020, o que dificultou, segundo depoimento dos próprios alunos (as), a participação na pesquisa, uma vez que não tiveram a oportunidade de vivenciar as experiências na universidade. Os relatos, a seguir, evidenciam isso:

*Não terminarei as demais respostas, pois acho que para responder acho necessário ter vivido a universidade para além do ENPE, o que eu não fiz.  
(Estudante do Curso de Letras)*

*Entrei para a faculdade no início da quarentena e todas as interações no meu curso foram digitais.  
(Estudante do Curso de Engenharia Química)*

Os cursos de graduação do *campus* de São Carlos da UFSCar estão organizados em três Centros Acadêmicos: Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Na Tabela 14, a seguir, é possível visualizar que a participação na pesquisa se deu de maneira diversificada, com representação de todos os Centros da Universidade.

**Tabela 14** – Cursos da graduação dos participantes da pesquisa.

<b>Curso</b>	<b>Quant.</b>
Ciência da Computação	2
Biblioteconomia e Ciência da Informação	4
Ciências Sociais	2
Engenharia de Produção	3
Imagem e Som	2
Letras	3
Pedagogia	3
Terapia Ocupacional	3
Outros Cursos	5
Outras Engenharias	3
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: pesquisa de campo.

**Tabela 15** – Participantes por Centro Acadêmico.

<b>Participantes da Pesquisa por Centro</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
CCET	9	30%
CECH	15	50%
CCBS	6	20%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: pesquisa de campo.

Cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas representam 50% dos respondentes, seguido pelo Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, com o percentual de 30%, e pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde com 20%.

Todos os estudantes cursaram o ensino médio em escola pública, uma vez que este requisito já é o critério para concorrer pelo sistema de reserva de vagas, de acordo com a Lei nº 12.711.

Quando olhamos para o nível de escolarização dos pais, verificamos que o percentual de escolaridade de mães com ensino superior completo é de 13%, enquanto os pais atingem 10%.

**Tabela 16** – Qual o nível de escolaridade do seu pai e da sua mãe.

	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>
Sem escolaridade	30%	37%
Ensino Fundamental Completo	10%	13%
Ensino Médio Completo	40%	37%
Superior Completo	10%	13%
Mestrado ou Doutorado	0%	0%
Não sei informar	10%	0%

Fonte: pesquisa de campo.

Analisando o quadro, percebe-se que 37% dos estudantes são de famílias cujas mães possuem o ensino médio completo, 13% possuem apenas o ensino fundamental completo e que se somados aos 37% de mães não alfabetizadas totaliza o percentual de 50% de mães que não possuem educação básica completa.

A educação formal do pai não é muito diferente. Nota-se que 40% dos pais possuem ensino médio completo, 10% possuem apenas o ensino fundamental completo e que se somados aos 30% de não alfabetizados totaliza o percentual de 40% de pais que não possuem o ensino médio completo.

Este quadro de escolaridade representa que a maioria das mães e pais desses estudantes não possui formação superior, mas, mais ainda, aponta para outro fator, o de um percentual significativo de pai e mãe sem escolaridade.

Dados da pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) sinalizam que no recorte por escolaridade a taxa de desocupação durante a pandemia foi maior para os trabalhadores com ensino médio incompleto e completo: 18,5% e 12,2% para 23,7%, e 16,1%,



respectivamente, na comparação entre o mesmo período de 2019 e 2020. Em contrapartida, a ocupação dos que têm ensino superior continuou crescendo e houve alta de 4,7% nos respectivos trimestres de 2019 e 2020 (PNAD Contínua/IBGE, 2021).

É o que mostra também uma pesquisa internacional sobre educação feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com esta pesquisa, no Brasil, quem possui um curso superior ganha 141% a mais que as pessoas têm apenas o ensino médio. Já os salários de quem faz um mestrado, MBA ou doutorado são 350% maiores que os de profissionais de nível médio.

Outra pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas revela o quanto a educação impacta no aumento da renda: cada ano completado na escola pode acrescentar, em média, 15% na remuneração de um profissional, revela a FGV. Ou seja, quanto maior o tempo dedicado aos estudos, maior o salário (OCDE, 2020).

Dessa maneira, destaca-se a importância que estes alunos, ingressantes na Universidade pela Política de Cotas, permaneçam e concluam com sucesso seus estudos. O sistema de reserva de vagas tem sido importante instrumento para promover as ações afirmativas e proporcionar oportunidade de ingresso a quem mais precisa. Muitas vezes, estes estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade e esta é uma oportunidade de romper com essa lógica excludente que permeia, historicamente, a nossa sociedade.

Observa-se que os estudantes participantes da pesquisa são, em sua maioria, do sexo feminino, não possuem filhos e são ingressantes de cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). São de famílias cujas mães e pais, 40% e 50% respectivamente, não possuem o ensino médio completo.

#### **4.2. Permanência na UFSCar**

A inclusão de estudantes das camadas mais populares e com menos recursos financeiros, promovida pelas políticas de ações afirmativas desde o início deste século e com maior intensidade a partir de 2013 com a implementação da Lei nº 12711/2012, tem mudado o perfil das universidades.

Na busca de atender as necessidades destes estudantes é fundamental a manutenção de políticas que assegurem a permanência, como auxílios tanto no aspecto material, quanto no aspecto simbólico, já apresentados anteriormente. No entanto, algumas vezes, e por vários motivos, esses auxílios não são suficientes.

Os dados coletados nos mostram que 60% dos estudantes que responderam ao questionário se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, e 33% indicou que se mantêm com Bolsa Assistência Estudantil.

**Tabela 17** - Como você se mantém na UFSCar?

<b>Ajuda da família e parentes</b>	<b>40%</b>
<b>Bolsa Assistência Estudantil UFSCar</b>	33%
<b>Trabalho</b>	20%
<b>Bolsa alimentação emergencial e extensão</b>	3%
<b>Sem reposta</b>	3%

Fonte: pesquisa de campo.

Para estudantes de famílias com dificuldades e carentes de recursos financeiros, a Assistência Estudantil é fundamental, uma vez que a desigualdade social observada na sociedade capitalista a qual estamos inseridos afeta de maneira mais direta essa parcela da população e, conseqüentemente, aumentando os obstáculos para a permanência no ensino superior.

Nesse sentido, os programas que fazem parte da Assistência Estudantil podem contribuir com a diminuição da evasão de estudantes que muitas vezes trancam a matrícula ou desistem de seus cursos por falta de condições materiais e/ou psicológicas necessárias à permanência na Universidade. Estes programas estão apoiados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes universitários e contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico e diminuir a desigualdade social.

Segundo dados, os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) destinados à UFSCar, em 2021, foram de R\$ 8 milhões, diante de uma necessidade de R\$ 10 milhões, mesmo *déficit* observado em 2020.

Atualmente, dois mil estudantes dos cursos de graduação da UFSCar recebem bolsas ou outros tipos de auxílio à permanência. Outros 300 graduandos moram em edifícios próprios da UFSCar ou casas alugadas pela Instituição. Esses números representam 14% do total de estudantes dos quatro *campi* da universidade.

Em razão da pandemia do Covid-19, de julho de 2020 a abril de 2022, a UFSCar desenvolveu suas atividades na modalidade “Ensino Não Presencial Emergencial”, o ENPE, que foi aprovado pelo ConsUni e regulamentado pela Resolução CoG n.371/21, dispendo sobre

a regulamentação da oferta de atividades curriculares em meios digitais em situação excepcional provocada pela suspensão das aulas presenciais.

Com objetivo de auxiliar no acompanhamento das aulas remotas, o ENPE, os estudantes da UFSCar puderam se inscrever no Edital para Inclusão Digital. Destinado aos alunos de graduação inscritos em disciplinas do ENPE, os interessados com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos puderam solicitar auxílio para acesso à internet e para a compra de computadores. Estes requisitos foram estipulados pela Procuradoria Federal (PF) da UFSCar.

**Tabela 18** – No início do período ENPE, a UFSCar ofereceu apoio para inclusão digital dos estudantes. Indique abaixo se você recebeu:

<b>Recurso financeiro para compra de notebook + Chip</b>	<b>17%</b>
<b>Chip com acesso a pacote de dados de internet</b>	7%
<b>Recurso Financeiro</b>	7%
<b>Não recebi apoio</b>	67%
<b>Não tive conhecimento compra de notebook</b>	3%

Fonte: pesquisa de campo.

Verifica-se que 31% dos estudantes que responderam ao questionário receberam algum tipo de apoio para acompanhamento das aulas do período ENPE, a maioria, 67%, não recebeu apoio deste Edital para Inclusão Digital.

*Não tive acesso a nenhum auxílio estudantil por já ter feito um tecnólogo anos atrás, mesmo sendo qualificada para os requisitos de bolsa. Sinto que estudantes tardios são invisibilidades por ações sociais*  
(Estudante do Curso de Engenharia Química).

#### **4.3 - Dificuldades de permanência na UFSCar**

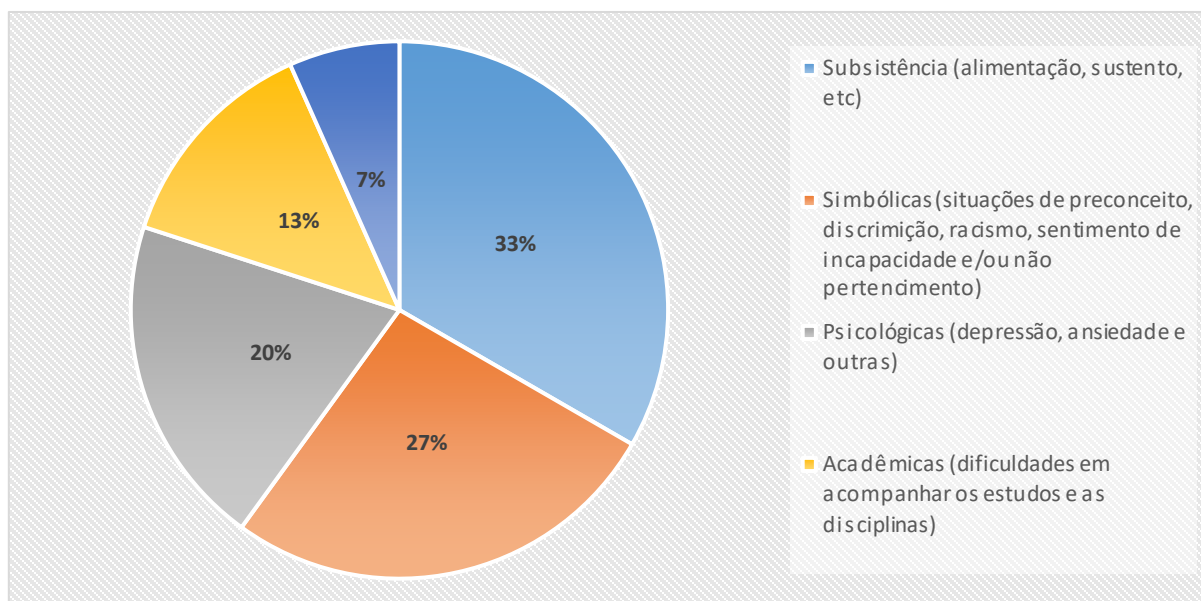
Embora as políticas para promoção do acesso do estudante negro na universidade tenham alcançado resultados significativos, elas não têm sido suficientes para garantir a permanência bem-sucedida destes alunos no ensino superior.

As políticas institucionais de apoio financeiro, acadêmico, social e psicológico oferecidas aos estudantes que ingressam na universidade por qualquer programa de ação afirmativa são decisivas para garantir a permanência e o bom desempenho. Por isso, torna-se

imprescindível a adoção de políticas públicas com foco na permanência dos estudantes negros nas instituições de ensino. Sem elas, fica mais difícil obter o diploma.

Para entender sobre as dificuldades de permanência na UFSCar, solicitamos aos estudantes que classificassem por ordem de importância, de 1 a 6, onde o número 1 (um) indica a maior dificuldade para permanência, 2 (dois) a segunda maior dificuldade, e assim por diante.

**Gráfico 15** – Principais dificuldades que os estudantes enfrentam para se manter na Universidade



Fonte: pesquisa de campo.

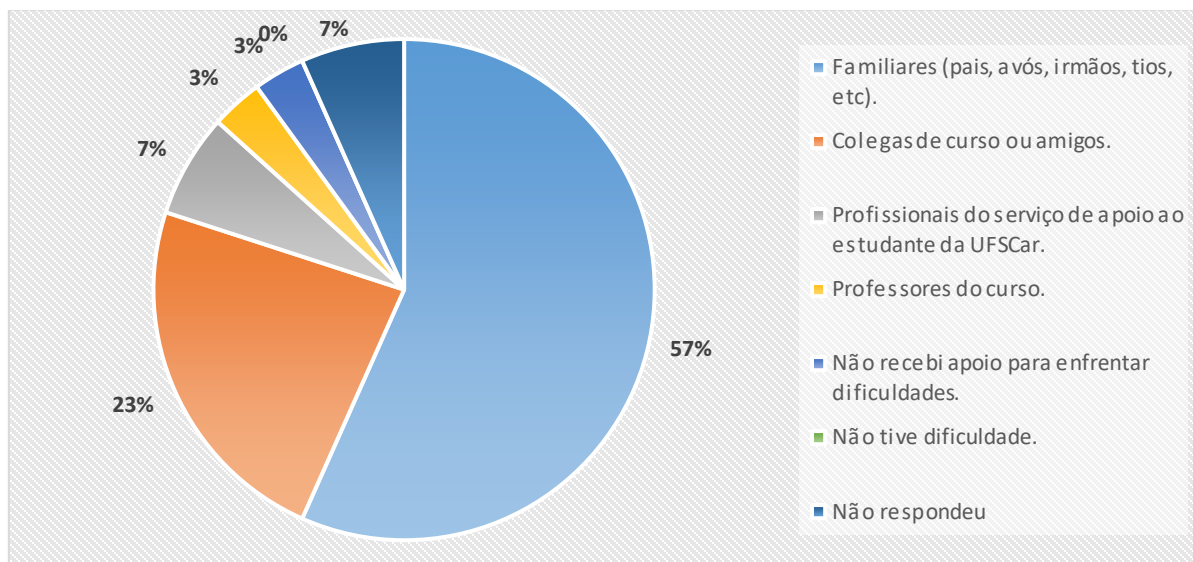
A dificuldade de subsistência foi indicada por 33% dos estudantes como a principal dificuldade enfrentada para se manter na Universidade, pois sem condições econômicas para possibilitar o sustento, eles se veem obrigados a procurar emprego ou ajuda da família. Ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma das grandes dificuldades para os estudantes. Isso porque, a concomitância dessas atividades pode resultar em um tempo maior para se formar ou mesmo na evasão da faculdade para permanecerem no mercado de trabalho.

A segunda questão está relacionada ao preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e não pertencimento, indicada por 27% dos estudantes como a segunda maior dificuldade. O racismo que volta e meia se manifesta nas declarações dos docentes e até mesmo entre os estudantes é outro fator explicativo para a evasão de alunos negros. É difícil conviver em ambientes onde as pessoas insistem em fazer comentários e ter atitudes racistas.

Ainda de acordo com o questionário, 20% dos alunos indicaram as dificuldades psicológicas, depressão e ansiedade; seguida pelas questões acadêmicas (dificuldades em

acompanhar os estudos e as disciplinas) 20%; aquisição de materiais didáticos e dificuldades com as metodologias de ensino com 10%.

**Gráfico 16** – Estratégias para superar as dificuldades de permanência na Universidade



Fonte: pesquisa de campo.

Como estratégia para superar as dificuldades, 57% dos estudantes respondeu que procuraram a ajuda de familiares, 23% relatam recorrer a colegas de curso ou amigos, e apenas 7% buscam ajuda de profissionais do serviço de apoio ao estudante da UFSCar. Nenhum aluno apontou não ter passado por dificuldade. A ideia é identificar o ponto de apoio ao estudante alvo de atitudes ou falas discriminatórias no ambiente institucional.

Além das bolsas, a UFSCar também oferece suporte socioassistencial, de saúde física e mental, e acompanhamento pedagógico para estudantes que enfrentam diferentes tipos de situação que podem impactar negativamente seu desempenho e conclusão de curso. No entanto, 70% dos estudantes que responderam ao questionário revelaram que não conhecem ou participam de grupos e/ou redes de apoio aos alunos na UFSCar.

Grupos e redes de apoio citados pelos estudantes na pesquisa foram: Centro Acadêmico de Engenharia Química (CAEQ UFSCar), Departamento de Atenção à Saúde – DeAS, Coletivo Café das Pretas, Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB).

Ao enfrentar situações de dificuldade os estudantes precisam ser acolhidos, por isso foi perguntado a eles quais as atitudes tomadas se estivessem em situação de dificuldade relacionadas à permanência na universidade. As questões consideradas na tabela a seguir foram

formuladas de forma fechada, podendo o estudante assinalar mais de uma opção e ainda descrever alguma opção não descrita nas anteriores.

**Tabela 19** - Quando você tem dificuldade referente à permanência na universidade, quais são suas atitudes?

<b>Dificuldades</b>	<b>Num. Absoluto</b>
Busca agir de modo a ser o mais invisível possível	14
Estuda bastante para ter um excelente desempenho	13
Buscar ficar somente com aqueles iguais a você (em termos de cor, condição econômica, ser cotistas, etc.)	10
Enfrenta todos os problemas e preconceitos vindos dos colegas ou professores	10
Busca ajuda e cooperação dos colegas e professores	5
Não pensa ou não se importa com esse assunto	2
Nunca pensei por esse ponto ou lembro de ter passado por situações que exigiam alternativas como essas	1
Busca mudar sua aparência para ficar mais parecido com a maioria	1

Fonte: pesquisa de campo.

Para enfrentar as dificuldades referentes à permanência na universidade a maioria dos estudantes indicou *buscar agir de modo a ser o mais invisível possível* e *estudar bastante para ter um excelente desempenho*. O *enfrentamento* é a estratégia indicada por 10 estudantes.

Quando perguntamos sobre a evasão, 23 alunos declararam ter colegas que abandonaram o curso. Para 39% destes alunos o principal motivo está relacionado a dificuldade para acompanhar o curso em razão da falta de recursos financeiros para se manterem na universidade. Outros 39% indicaram dificuldade para acompanhamento do conteúdo ministrado pelos professores (notas não eram suficientes para ser aprovado).

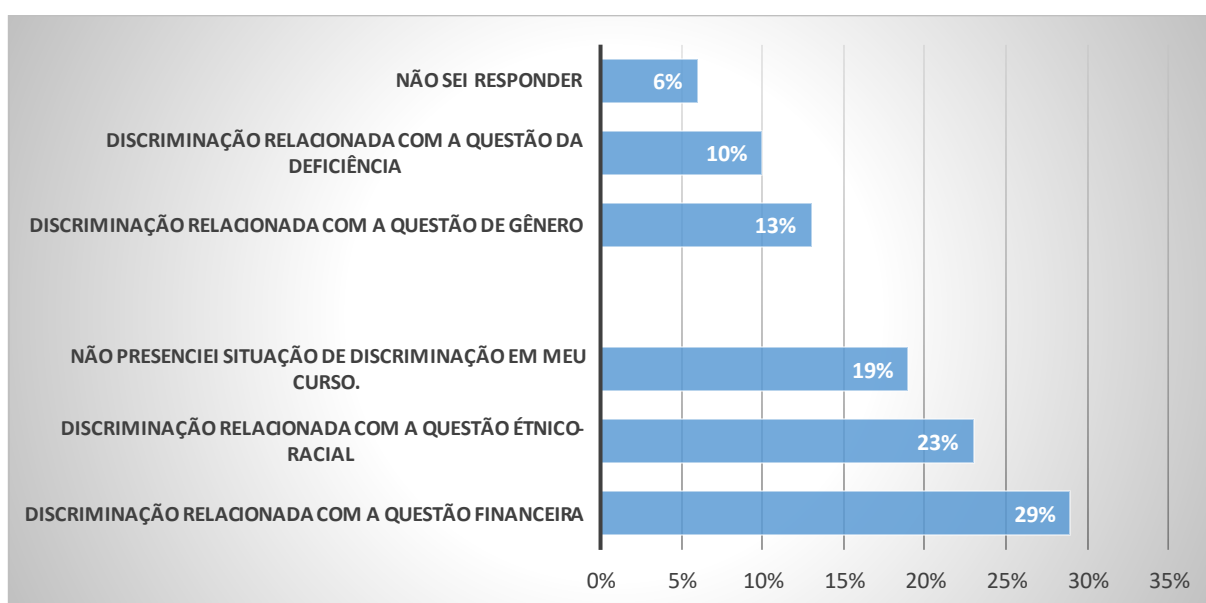
Destaca-se o relato de um aluno que falou de um colega que passou por uma situação de constrangimento, não conseguiu apoio para adaptação ao ambiente universitário e abandonou o curso.

*Meu colega abandonou, pois passou por alguma situação de constrangimento ou discriminação. A instituição não ofereceu apoio para adaptação ao ambiente universitário.*  
(Estudante do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação).

#### 4.4 - Discriminação na UFSCar

A pesquisa encontrou os seguintes resultados quando questionamos a respeito do principal motivo de discriminação que os estudantes observam em seus cursos.

**Gráfico 17** - Em sua opinião, qual é o principal motivo de discriminação com os alunos e alunas em seu curso?

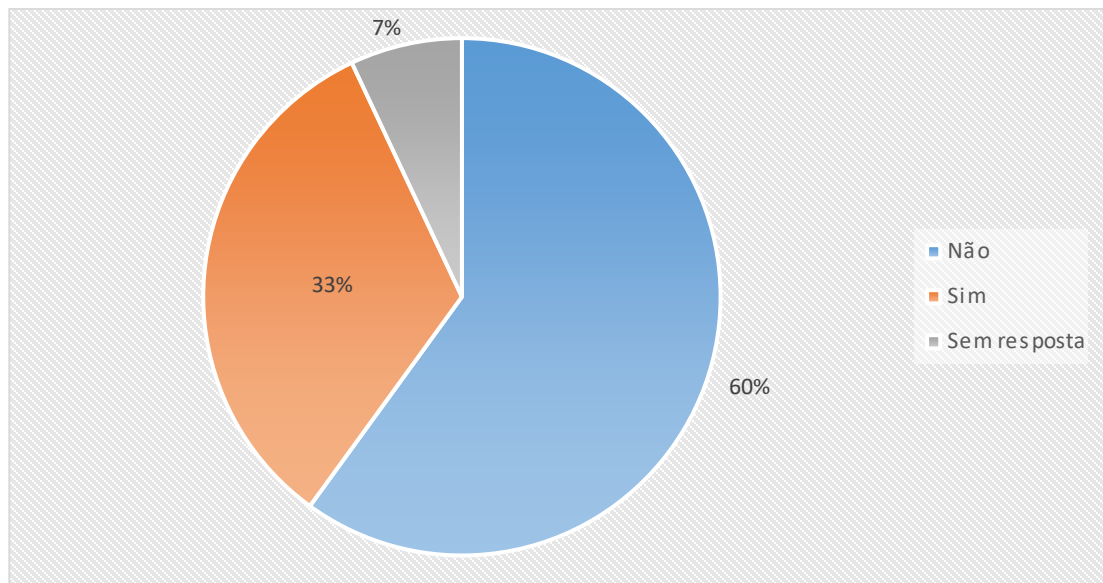


Fonte: pesquisa de campo.

O principal motivo de discriminação está relacionado com a questão financeira para 29% dos estudantes que responderam ao questionário. Para 23% o principal motivo tem a ver com as questões étnico-raciais, seguido pelas questões de gênero, 13%. Um percentual de 10% indicou questões de discriminação ligadas à deficiência como principal motivo, outros 19% não presenciaram situações de discriminação e 6% não souberam responder.

Para 55% dos alunos a discriminação, na maioria dos casos, parte dos próprios alunos, já para 39% por parte dos professores, e 6% não respondeu.

Quando a pergunta é direcionada ao próprio estudante, ou seja, quando perguntamos se ele já foi discriminado na universidade, os resultados que obtivemos são observados no Gráfico 16.

**Gráfico 18** - Você já foi discriminado na universidade?

Fonte: pesquisa de campo.

Vale destacar que ao questionarmos a respeito da discriminação no curso (Gráfico 16), 75% relatou ocorrer situações de discriminação e apenas 19% respondeu não ter presenciado nenhuma situação deste tipo no Curso. Quando direcionamos a pergunta ao próprio estudante, observa-se uma inversão dos percentuais, em que 60% admite não ter sido discriminado na universidade e 33% admite ter sofrido algum tipo de discriminação.

No que diz respeito aos estudantes que responderam ter sofrido algum tipo de discriminação na universidade, uma estudante relatou dificuldades para acompanhamento das aulas durante a pandemia, pois precisava trabalhar para se manter na cidade, e quando solicitou ao professor que a aula fosse gravada e disponibilizada ele se recusou alegando que se os alunos não tinham esse tempo deveriam trancar o curso. Postura também mantida por alguns de seus colegas no grupo de *WhatsApp*. Neste caso relatado pela estudante, ela ainda contou que um de seus amigos acabou trancando a matrícula.

*Durante uma aula do ENPE um professor se recusou a gravar a aula mesmo um grupo de alunos (eu me incluo) pedindo, pois tínhamos que trabalhar/fazer bicos para conseguir se manter na cidade e no curso durante a pandemia. O professor alegou que se não tínhamos esse tempo deveríamos trancar o curso, pois ele seguiria os horários e a didática como se fosse presencial (ignorando o período pandêmico). Depois, no grupo da sala um grupo de alunos – brancos - repetiram o mesmo discurso incentivando o trancamento da matrícula para nós que somos pobres e precisamos de meios para conseguir permanecer na universidade. No fim, um aluno amigo meu não conseguiu*



*acompanhar as aulas e trabalhar e decidiu trancar a matrícula. Esse foi um dos casos.*  
(Estudante do Curso de Educação Física).

#### 4.5 – Relacionamento e Desempenho

Quando solicitado para avaliar o relacionamento, mais de 50% dos alunos indicaram em todas as categorias manter um relacionamento de *ótimo* a *bom* com colegas, professores, técnicos e coordenação.

**Tabela 20** - Como você avalia seu relacionamento?

	<b>Colegas</b>	<b>Professores</b>	<b>Técnicos</b>	<b>Coordenação</b>
Ótimo	27%	13%	20%	27%
Bom	30%	43%	33%	33%
Regular	37%	40%	33%	33%
Ruim	3%	0%	10%	3%
Em branco	3%	3%	3%	3%

Fonte: pesquisa de campo.

**Tabela 21** - Como você avalia o seu próprio desempenho nas disciplinas ?

Ótimo	3%
Bom	50%
Regular	37%
Ruim	7%
Sem resposta	3%

Fonte: pesquisa de campo.

Ao avaliarem seu próprio desempenho, 50% dos estudantes classificaram seu desempenho nas disciplinas como bom, 37% como regular e 7% como ruim. No entanto, 83% afirmaram sentirem dificuldade para cursar as disciplinas na universidade. E quando sentem dificuldade no desempenho muitos utilizam como estratégia procurar ajuda com os próprios colegas, como mostra o relato dos estudantes:

*Procuro algum amigo ou pessoa que eu tenha confiança que possa me explicar o conteúdo da disciplina e me ajudar com as atividades solicitadas.*

*Costumo conversar com colegas do curso ou da faculdade para tentar superar os desafios, ou, às vezes, recorro à coordenação para me orientar.*

(Estudante do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação).

*Peço ajuda aos colegas que possuem um nível acadêmico melhor que o meu.*

(Estudante do Curso de Imagem e Som).

*Tenho ajuda dos meus amigos.*

(Estudante do Curso de Letras).

Contribuindo para o entendimento destas questões, trazemos os números de um amplo estudo elaborado pela ANDIFES em 2018 e publicado em 2019, do qual participaram 424.128 graduandos, correspondentes a 35,34% do total de matrículas no primeiro semestre nas instituições. Dentre as informações levantadas e analisadas, os estudantes identificaram as principais dificuldades que interferem no desempenho acadêmico: as cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico na V Pesquisa, por ordem decrescente, apontadas foram: falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%), e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%) (ANDIFES, 2019).

Neste sentido, destacamos o seguinte depoimento de um estudante em nossa pesquisa na UFSCar:

*Muitas vezes não supero, tenho que associar o ENPE com trabalho e muitas vezes não compreendo a matéria e tudo fica mil vezes mais difícil devido ao cansaço do serviço.*

(Estudante do Curso de Engenharia de Produção).

A inserção dos jovens no trabalho está frequentemente associada a uma necessidade para o estudante se manter na universidade. Como síntese, estes trabalhos chamam a atenção para os impasses por ele vivenciado na sua condição de trabalhador-estudante. O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites tanto no tempo investido nos estudos quanto na participação em atividades sociais e culturais. Consequentemente, o estudante precisa mobilizar um grande investimento material e persistência pessoal para garantir a continuidade dos estudos e sua permanência na universidade (BROCO; ZAGO, 2016).

Nestes casos, a dificuldade em conciliar trabalho e estudo pode incidir na redução das taxas de conclusão do ensino superior.

**Tabela 22** - Como você avalia o impacto das situações indicadas abaixo no rendimento nas disciplinas ?

%	ESTADO EMOCIONAL	SITUAÇÃO DE SUA SAÚDE	RELAÇÃO SOCIAL COM FAMILIARES E/OU AMIGOS	SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA (FINANCEIRA)
Muito importante	69%	76%	41%	55%
Importante	21%	17%	21%	21%
Indiferente	10%	7%	17%	24%
Pouca importância	0%	0%	21%	0%
Nenhuma importância	0%	0%	0%	0%

Fonte: pesquisa de campo.

A análise em escalas, como na Tabela 22, oferece como opção de resposta uma escala de pontos com descrições verbais que contemplam extremos como “nenhuma importância” e “muito importante” ao invés de uma resposta mais fechada de “sim” ou “não.

De forma geral, verifica-se de maneira bastante significativa que as questões levantadas: estado emocional, situação da saúde, relação social com familiares e situação financeira, foram classificadas como extremamente importantes no impacto do rendimento nas disciplinas pelos estudantes.

Essas questões têm destaque também na fala dos estudantes. Em perguntas abertas eles relatam dificuldades relacionadas às questões psicológicas, alguns alegam necessidade de acompanhamento médico para tentar superar os obstáculos relacionados ao desempenho nas disciplinas.

*Faço acompanhamento médico, mas mesmo assim tive muitas dificuldades e atualmente não consigo concluir a única disciplina que falta para a conclusão.*

(Estudante do Curso de Pedagogia).

*No momento, passo por um problema de transtorno de ansiedade. Por esse motivo, o ENPE se tornou algo complicado de lidar. Assim, para superar meus próprios problemas, faço atendimento com o grupo de saúde mental da UFSCar.*

(Estudante do Curso de Ciências Biológicas).

*Faço Acompanhamento com o DeAs psicológico e consegui outras redes de apoio.*

(Estudante do Curso de Terapia Ocupacional).

*Além de que como o racismo ou qualquer outro tipo de discriminação devem ser levados mais a sério pelos órgãos da universidade.*

(Estudante do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação)

Destaca-se, portanto, a importância de mecanismos e espaços institucionais para implantação de uma política de permanência para o atendimento aos estudantes que ingressam na universidade pela Política de Cotas. Esses estudantes precisam de um olhar diferenciado, considerando que os espaços aos quais estão inseridos são marcados por discriminação, onde o estudante negro ainda é visto muitas vezes ocupando o espaço “que não é seu”. É necessário que a universidade trabalhe essas questões para receber esses estudantes dentro das suas particularidades e demandas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida a questão central da pesquisa: as ações do Governo Federal, das Universidades Federais e da UFSCar têm alcançado os objetivos de ampliar a presença e garantir o acesso e a permanência dos estudantes negros, reduzindo as desigualdades raciais no Ensino Superior? Na busca de respostas foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica e documental sobre as desigualdades raciais no Brasil, sobre as políticas de ações afirmativas, em especial, na área da educação e os programas de implementação dessas políticas.

Para entender a implementação desses programas na UFSCar, além da análise descritiva dos dados dos estudantes ingressos no período de 2008 a 2022, foi realizada uma pesquisa com os estudantes da graduação da UFSCar – *campus* São Carlos, ingressantes por meio do sistema de reserva de vagas com critério étnico-racial, ou seja, estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas com e sem critério de renda associados (Lei nº 12.711/2012).

No Brasil, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas são a maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade verificadas nos setores como a educação mostram evidente desequilíbrio em prejuízo para a população negra. Neste processo, os movimentos negros têm uma trajetória de reivindicações, em especial no que se refere à educação.

Os movimentos negros se fizeram ouvir em demandas que há muito tempo reivindicavam, como propostas de combate ao racismo e desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros a cursos profissionalizantes e às universidades. Ao longo das duas últimas décadas, a partir das iniciativas de algumas instituições públicas de educação superior e posteriormente da Lei Federal nº 12.711/2012, a universidade pública deixou de ser um espaço ocupado prioritariamente pela população branca e socioeconomicamente privilegiada, e passou a promover a inclusão de um significativo contingente de estudantes vindos das camadas populares, ao mesmo tempo em que promoveu uma diversificação do público estudantil, com políticas de inclusão racial, de gênero e de pessoas com deficiência.

Em 2007, a UFSCar aprovou a criação de um sistema de reserva de vagas no Programa de Ações Afirmativas para estudantes oriundos do ensino médio público e para estudantes negros de acordo com o percentual de negros na população de Estado de São Paulo. O ingresso por reserva de vagas para acesso nos cursos de graduação da UFSCar foi implantado a partir de

2008, quando a universidade recebeu os primeiros calouros com o perfil do sistema de reserva. A partir de 2013, a UFSCar apenas adaptou o processo seletivo de acordo com as normas da Lei nº 12.711/2012, que estabeleceu a reserva de vagas nos processos seletivos para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com critérios étnico-raciais e renda associados.

Com o acesso de estudantes pelo sistema de reserva de vagas implantado, tornaram-se necessárias outras políticas para que fosse garantida a permanência desses alunos. A Assistência Estudantil na UFSCar foi regulamentada pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) no ano 2012. Nos últimos anos, o acesso dos estudantes ao PAE ocorre pelos indicadores de risco de vulnerabilidade, e não é considerado o recorte racial do estudante e/ou o grupo de ingresso, como indicadores no processo para ingresso ao Programa de Assistência Estudantil.

Ao fazer o levantamento da quantidade de alunos cotistas negros que ingressaram na UFSCar no período de 2013 a 2022, observa-se a quantidade de 4.698, porém não foi possível avaliar a participação desses estudantes cotistas negros no Programa de Assistência Estudantil na UFSCar, pois os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) da UFSCar não estavam completos em algumas lacunas, não sendo possível realizar um mapeamento e nem a comparação dos dados.

Nas respostas do questionário, 60% dos estudantes indicaram que se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, 33% indicou que se mantêm com Bolsa Assistência Estudantil.

A assistência estudantil deve abranger ações para assegurar a permanência, desde o acompanhamento às necessidades educacionais até a garantia dos recursos mínimos para a sobrevivência, denominada de *permanência material*. Além disso, é importante a promoção de ações voltadas à qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento, que chamamos de *permanência simbólica*.

Ao analisar o *status* do estudante, observa-se uma significativa redução do percentual de alunos com *status* da matrícula “Cancelado”. Essa redução, quando comparada ao período de 2008 a 2012, sugere uma queda da evasão dos estudantes em todas as modalidades de ingresso, coincidindo com o período em que a UFSCar aprovou a Política de Ações Afirmativas e implementou ações voltadas à política de permanência desses estudantes.

Considerando a permanência simbólica (não material) como fator importante de análise, buscou-se identificar o ponto de apoio ao estudante alvo de atitudes ou falas discriminatórias no ambiente institucional. Como estratégia para superar as dificuldades, a maioria dos estudantes indicou que procura a ajuda de familiares, poucos disseram buscar ajuda de

profissionais do serviço de apoio ao estudante da UFSCar. Os alunos ainda relataram que para enfrentar as dificuldades referentes à permanência na universidade, eles buscam agir de modo que seja o mais invisível possível.

Os cortes de recursos repassados para as universidades federais nos últimos anos têm dificultado o funcionamento de setores importantes da universidade e têm reduzido os recursos destinados à assistência estudantil e o atendimento às solicitações dos estudantes de ajuda para a permanência. A falta de recursos básicos como alimentação, transporte e moradia, além das dificuldades enfrentadas na pandemia durante no ensino remoto e até mesmo a dificuldade de poder se manter apenas estudando, tem resultado no crescimento da evasão dos estudantes mais pobres, em sua maioria negros.

Duas reportagens publicadas recentemente retratam bem o cenário de dificuldades enfrentadas pelos estudantes de famílias com baixo poder aquisitivo que conseguiram ingressar na universidade pública, mas que não têm conseguido as condições básicas para se manterem estudando. A primeira reportagem da BBC News Brasil de 19 de julho 2022<sup>35</sup> aborda a situação de um estudante pobre que cursou a educação básica em escola pública e conseguiu uma vaga para cursar Medicina na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA). Apesar de ter sido de muito comemorado o seu ingresso, tendo aparecido até em *outdoor* do governo do Estado da Bahia, atualmente ele luta para se manter no curso, dependendo de doações.

A segunda reportagem publicada no portal UOL em 03 de agosto de 2022<sup>36</sup> com o expressivo título: “Estudar ou comer? Com crise e sem bolsa, jovens desistem de fazer faculdade” e o subtítulo: “o sonho acabou” aborda a situação de estudantes que conseguiram ingressar na universidade pública, porém estão desistindo dos estudos, trancando matrícula e adiando a ideia de se graduar, literalmente, atropelados pela crise econômica e pelos contínuos bloqueios de recursos para as universidades públicas.

Antes da queda de 45% no número de inscritos no Enem em 2021 em relação a 2020, o Brasil registrava uma crescente participação de estudantes negros no ensino superior. A pesquisa realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE – mostrou que pela primeira vez o número de estudantes negros nas universidades federais ultrapassava o de estudantes brancos, com os jovens negros representando 51,2% da população universitária federal.

---

<sup>35</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62222214>

<sup>36</sup> <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/03/o-sonho-acabou-cada-vez-mais-jovens-desistem-das-universidades-federais.htm>

Os desafios dos jovens não pararam na aprovação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média dos brasileiros entre os anos de 2020 e 2021 é a menor em dez anos, com consequências mais significativas sobre as famílias mais pobres, sobretudo os negros. A tendência, nesse cenário, é que mais jovens desistam do ensino superior.

Quando perguntamos aos estudantes sobre a evasão, para 39% destes alunos o principal motivo está relacionado à dificuldade para acompanhar o curso devido à falta de recursos financeiros para se manterem na universidade, outros 39% indicaram a dificuldade para acompanhamento do conteúdo ministrado pelos professores.

As políticas públicas de assistência estudantil devem contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência do estudante na universidade, permitindo que cheguem com sucesso ao término de sua trajetória acadêmica. No entanto, observa-se que as políticas de assistência estudantil têm o caráter de abrangência universal, sem recortes pelos grupos de ingresso na universidade, não focam no combate às desigualdades raciais presentes entre os estudantes. As políticas universais que têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais são importantes, porém, não são suficientes para reduzir a desigualdade que separa negros e brancos.

A pandemia do Covid-19 afetou mais os estudantes negros por diversos motivos, principalmente no que diz respeito às dificuldades financeiras, impactando diretamente na permanência dos estudantes mais pobres no Ensino Superior, sobretudo os negros.

No Ensino Superior, as desvantagens econômicas e de aprendizagem acompanham os estudantes negros e interferem, novamente, na sua permanência na universidade. Sem conseguir acompanhar as disciplinas do curso ou se manter financeiramente, milhares de estudantes negros evadem do Ensino Superior.

De forma geral, verifica-se de maneira bastante significativa que as questões levantadas: estado emocional, situação da saúde, relação social com familiares e situação financeira, foram classificadas como extremamente importantes no impacto do rendimento nas disciplinas pelos estudantes.

Essas questões têm destaque também na fala dos estudantes. Em perguntas abertas eles relatam dificuldades relacionadas aos aspectos psicológicos, alguns relatam necessidade de acompanhamento médico para tentar superar os obstáculos relativos ao desempenho nas disciplinas.

Voltando à questão central da pesquisa: as ações do Governo Federal, das Universidades Federais e da UFSCar têm alcançado os objetivos de ampliar a presença e garantir o acesso e a permanência dos estudantes negros, reduzindo as desigualdades raciais no Ensino Superior? Do



ponto de vista do ingresso de estudantes negros (as), os dados revelaram que a Lei nº 12.711/2012 significou um incremento importante nas universidades federais, os dados revelam que a ampliação do ingresso de estudantes negros nas universidades foi muito considerável. Por outro lado, é necessário mais tempo para que esse tipo de política educacional resulte em impactos mais expressivos na educação superior e na sociedade, sendo fundamentais uma avaliação periódica destinada aos aperfeiçoamentos necessários, contemplando não só ingresso, mas principalmente mecanismos e ações institucionais voltadas à permanência.

É importante uma efetiva ação da universidade em processos de alimentação de bancos de dados públicos e transparentes, referentes ao acesso e à assistência estudantil, fundamentais para garantir a permanência com qualidade dos estudantes, sobretudo aqueles ingressantes pelo sistema de reserva de vagas. É de extrema necessidade o monitoramento permanente da política de reserva de vagas a partir do critério racial pela UFSCar, tanto no sentido de aperfeiçoamento da política como de aproximação da pauta racial à pluralização e democratização do espaço acadêmico, estimulando também a incorporação de conteúdos e disciplinas com a temática racial, elaboração de editais condizentes com as ações afirmativas, além do acompanhamento dos alunos (as) cotistas.

Destaca-se, portanto, a importância de mecanismos e espaços institucionais para implantação de uma política de permanência para o atendimento aos estudantes que ingressam na universidade pela política de reserva de vagas. É necessário estabelecer mecanismos que tenham como objetivo superar as razões pelas quais as políticas de ações afirmativas foram implantadas, em especial, proporcionar a democratização do acesso à educação. Aos estudantes negros é preciso um olhar diferenciado, considerando que os espaços que estão inseridos são marcados por discriminação, onde o estudante negro ainda é visto, muitas vezes, ocupando o espaço “que não é seu”.

É necessário que a Universidade trabalhe essas questões para receber esses estudantes dentro das suas particularidades e demandas. Somente com uma atitude seriamente comprometida, será possível o desenvolvimento efetivo da política de ações afirmativas no ensino superior em busca da superação dos mecanismos e comportamentos de discriminação racial.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ALVES, J. M. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. Londrina: UEL, v. 5, n. 1, jul/dez 2002.
- ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação**: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2003.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES; FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**: 2014. Uberlândia: Fonaprace, 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº. 5.465, de 03 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília, DF: Congresso Nacional, 03 jul. 1968. **Diário Oficial da União 3 de jul. de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5465.htm). Acesso em: 01 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.423, de 17 de dezembro de 1985. Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que "dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola", bem como sua legislação complementar. Brasília, DF: Congresso Nacional, 17 dez. 1985. **Diário Oficial da União 17 dez. 1985**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7423.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7423.htm). Acesso em: 01 jun. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial** – Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#:~:text=Art.,de%20mais%20formas%20de%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A9tnica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#:~:text=Art.,de%20mais%20formas%20de%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A9tnica). Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 13 abril. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 21 set. 2021.

BROCCO, A. K.; ZAGO, N. Condição do estudante de Camadas populares no ensino superior. **X ANPED Sul**. Florianópolis, 2014. Disponível em:

[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo20\\_ANA-KARINA-BROCCO-NADIR-ZAGO.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo20_ANA-KARINA-BROCCO-NADIR-ZAGO.pdf). Acesso: 20 mar. 2022.

CAMPOS, P.J. E. Ações afirmativas como estratégia de combate às desigualdades raciais e promoção da dignidade. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

CARNEIRO, A. S. C.; SAMPAIO, S. M. R. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. In: SAMPAIO, S.M.R. (org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EdUFBA, 2011. p. 53-69.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EdUFBA, 2008.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001**.

Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FONAPRACE. Assistência Estudantil: uma questão de investimento. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. 2012. Disponível em

<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Assist%C3%AAncia-Estudantil-Uma-Quest%C3%A3o-de-Investimento.pdf>. 2000. Acesso em: 9 fev. 2022.

FREITAS, J. B. *et al.* **Políticas de ações afirmativas nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018)**. Levantamento das políticas de ações afirmativas (GEMAA). IESP-UERJ: 2020.

GEMAA. Raça, Gênero e Saúde mental nas Universidades Federais. **Boletim GEMAA**. 2020. Disponível em <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-Sa%C3%BAde-Mental.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

GIL, M. S.C.A. Prefácio. *In*: GONÇALVES, P. B.; MORAES, D. S. (Org.). **Ações afirmativas**: perspectivas de pesquisas de estudantes da reserva de vagas. São Carlos: Editora EdUFSCar: 2015.

GLOBO. **Brasil tem segunda maior concentração de renda do mundo diz relatório da ONU**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Afirmando Direitos**: Acesso e permanência de jovens negros na universidade. Minas Gerais: Autêntica, 2004.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.61, 2001, p. 147-162.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2021**. Brasília: MEC, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos 2007**. Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 2019a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Educação. Rio de Janeiro: IBGE. 2019b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Educação. Rio de Janeiro: IBGE. 2020.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: censo da educação superior 2018. Brasília: Inep; DEED, 2018. Disponível em: <<http://bit.do/fqXHt>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ação afirmativa e população negra na educação superior**: acesso e perfil discente. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para Discussão; **Vulnerabilidade Social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: Ipea, 2018.

MARINGONI, G. **O destino dos negros após a Abolição**. Desafios do desenvolvimento. São Paulo: IPEA, n. 70, 2011. p.34-42. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23) acesso: 24/09/2021

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global e Ação Educativa, 2006.

NASCIMENTO, M. N. M. Educação no Campo e relações étnico-raciais. *In*: SANTOS, M. C.; SANTOS NETO, J. L. [Orgs.]. **Formação de professores para escolas rurais no Estado de São Paulo**: o ensino em salas multisseriadas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 91-127

NASCIMENTO, M. N. M. Notas sobre a História da População Negra no Brasil. *In*: MARTINS, M. F.; VARANI, A. (Orgs.). **Educação das relações étnico-raciais** – Apontamentos críticos e a realidade da região de Sorocaba. São Carlos, EdUFScar, 2015. p. 43-60.

OCDE. **Auditing Decentralised Policies in Brazil**: Collaborative and EvidenceBased Approaches for Better Outcomes [Auditoria de Políticas Descentralizadas no Brasil: Abordagens Colaborativas e Baseadas em Evidências para Melhores Resultados], OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30023307-en>. Acesso em 15 nov. 2020.

PACHECO, J. Educar na Cidadania. **Revista Educação**. 2011. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/educar-na-cidadania/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

PAULA, C. R. Magistério, reações do feminino e da branquidão: a narrativa de um professor negro. *In*: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC. 2005. p. 187-200.

PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (2º Trimestre).

QUEIROZ, D. M. O negro e a Universidade brasileira. **Revista HAOL** - História Actual, n. 3, 2004, p. 73-82.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado) em Educação. UFBA, 2009.

SANTOS, S. A. **Ações Afirmativas na educação pública superior**: o perfil dos estudantes egressos do sistema de cotas na Universidade de Brasília. Relatório final de pesquisa de Pós-Doutorado. Providence: Brown University, 2013.

SILVA, T. D. Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: formação multinível da agenda governamental. **Rev. Serv. Público**. Brasília v. 69, n. 2, p. 7-34, abr/jun 2018.

SILVA, A.; LUIZ, C.; JACCOUD, L.; SILVA, W. Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de Igualdade Racial (1988-2008). *In*: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília, IPEA, 2009. p.19-92.

SILVA, C. B. R. da. Movimento negro e as lutas contra o racismo. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 27, n. 65/2, p. 613-634, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6886>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SOUSA, L. P. Políticas de permanência: veja como funcionam os auxílios oferecidos por universidades brasileiras). Entrevista concedida a Isabela Giordan. Revista Quero Bolsa. 2020 Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/politicas-de-permanencia-estudantil-universitaria>. Acesso em:17 out 2020.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-44.

UFSCAR. Avaliação dos 10 Anos do Programa de Ações Afirmativas e do Ingresso por Reserva de Vagas (2007-2017). Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/consuni/2021/arquivos/consuni-248a-reuniao-ordinaria/relatorio-10-anos-a-afirmativas.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

UFSCAR.Termo de Adesão ao SiSU UFSCar. 2022. Disponível em: <https://s1.static.brasilecola.uol.com.br/enem/2022/01/termo-adesao-ufscar-sisu-2022.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### TEXTO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ENVIADO

À Coordenação do Curso,

Sou aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar – *Campus* São Carlos, onde desenvolvo uma pesquisa sobre os Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros na UFSCar.

Considerando a importância do Curso de Medicina para minha pesquisa, venho solicitar a divulgação da pesquisa junto aos estudantes do curso.

Informo que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar (CAAE: 46774021.3.0000.5504).

Agradeço antecipadamente pela colaboração e me coloco à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Prezados(as) Estudantes,

Sou aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar – *Campus* São Carlos, onde desenvolvo uma pesquisa sobre os Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros na UFSCar, que tem entre seus objetivos ouvir os estudantes sobre as condições e as dificuldades de permanência na UFSCar.

A questão da permanência consiste em uma problemática que tem afetado a educação de nível superior, principalmente no atual momento que estamos vivenciando.

Considerando a importância de sua participação para a pesquisa, venho convidá-lo(a) a responder ao questionário eletrônico

Ao clicar no link abaixo, você terá acesso ao Questionário e ao TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), assim como todas as instruções de participação.

Link do questionário: <https://forms.gle/QYYwmYr1JrJUR2kr6>

Informo também que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar, CAAE: 46774021.3.0000.5504

Desde já agradeço pela participação na pesquisa e me coloco à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento.

Atenciosamente.

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO - AVANÇOS E DESAFIOS NAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NA UFSCar

Este questionário constitui em um instrumento importante para o levantamento das questões, situações e dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes na UFSCar. Os desafios relacionados à permanência consistem em uma problemática que tem afetado a educação de nível superior, principalmente no atual momento que estamos vivenciando. Por este motivo, é muito importante ouvir os estudantes para compreender as condições e as dificuldades de permanência na UFSCar.

Antes de responder ao questionário, solicito ler o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e se concordar é necessário selecionar a Opção "SIM concordo em participar".

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução CNS 510/2016).

Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros na UFSCar

CAAE: 46774021.3.0000.5504

Eu, MARIA CAROLINA ROSA ORLANDO BARBOSA, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, convido a participar da pesquisa “AVANÇOS E DESAFIOS NAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NA UFSCar”, com orientação do Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, docente do Departamento de Educação, que tem como um dos objetivos ouvir os estudantes sobre as condições e as dificuldades de permanência na UFSCar.

Esta pesquisa constitui em um instrumento importante para o levantamento das questões, situações e dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes na UFSCar. Os desafios relacionados à permanência consistem em uma problemática que tem afetado a educação de nível superior, principalmente no atual momento que estamos vivenciando. Por este motivo, é muito importante ouvir os estudantes para compreender as condições e as dificuldades de permanência na UFSCar.

A sua participação neste estudo envolve em responder um questionário on-line do *Google Forms*, de maneira voluntária, cujas informações fornecidas serão confidenciais e tratada de forma anônima e sigilosa, mantendo a sua privacidade. O questionário conta com 31 perguntas com duração total aproximada de 15min o que pode gerar um certo cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto se o aluno (a) não ficar à vontade em responder alguma pergunta terá a liberdade de não responder, todas as perguntas do questionário estão configuradas como sem obrigatoriedade de respostas.



Este estudo não oferece riscos ou desconfortos para você, porém, caso isso ocorra, durante a realização do questionário basta fechar a aba do seu navegador, dessa forma sua participação e suas respostas não serão registradas.

Asseguramos também a sua liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, deixando de participar do estudo sem que lhe acarrete em sanção ou prejuízo, para isso basta entrar em contato com a pesquisadora por e-mail e solicitar que sua participação na pesquisa seja retirada, nesse caso os seus dados serão descartados sem nenhuma penalização.

Selecionando a opção NÃO concordo e não quero participar, basta fechar a aba do seu navegador e não dar continuidade ao questionário.

Selecionando a opção SIM (concordo em participar) após a leitura do Termo de Consentimento, você deve cadastrar seu e-mail (nesse e-mail você receberá uma cópia do TCLE), em seguida você será direcionado ao Questionário e também declara que entendeu os objetivos, riscos e benefícios da sua participação. Nos casos que o estudante não cadastrar o e-mail e desistir de participar da pesquisa após enviar os dados, não será possível a identificação do questionário do participante. Neste caso não será possível a exclusão dos dados da pesquisa.

No final do questionário, ao clicar em ENVIAR, você receberá uma cópia deste termo de consentimento no e-mail cadastrado e ele poderá ser solicitado sempre que desejar.

Sua participação é muito importante para a continuidade deste trabalho e auxiliará na obtenção de dados e informações relacionados à permanência dos estudantes da Universidade Federal de São Carlos.

No caso de dúvidas ou solicitações relacionadas à pesquisa, os pesquisadores poderão ser contatados por e-mail:

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Maria Carolina Barbosa – mcarolinab@ufscar.br / (16) 99398-2000

Prof. Manoel Nelito – mnelito@ufscar.br / (16) 3351 - 8365

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do *campus* São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

**AUTORIZAÇÃO PARA: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E****ESCLARECIDO (TCLE) \***

SIM concordo em participar

NÃO concordo e não quero participar. (fechar a aba do seu navegador e não dar continuidade ao questionário)

**E-mail:**

Cadastre o e-mail para receber uma cópia do TCLE

**DESCRIÇÃO/ACESSO**Selecione seu *Campus*:

Araras

Lagoa do Sino

São Carlos

Sorocaba

EaD

**1. VOCÊ INGRESSOU NA UFSCAR POR QUAL MODALIDADE?**GRUPO 1: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;GRUPO 1D: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;GRUPO 2: Candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;GRUPO 2D: Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

GRUPO 3: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

GRUPO 3D: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

GRUPO 4: Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

GRUPO 4D: Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo 5 - Ampla Concorrência

**2. QUAL SEU GÊNERO?**

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

Outro:

**3. ASSINALE A ALTERNATIVA QUE IDENTIFICA A SUA COR OU RAÇA:**

Branco

Preto

Pardo

Amarelo

Indígena

Prefiro não dizer

Outro:

#### 4. VOCÊ TEM FILHOS?

Não

Sim - 01 filho

Sim - 02 filhos

Sim - 03 ou mais filhos

#### 5. NO PERÍODO DE ENSINO PRESENCIAL ONDE VOCÊ MORA?

Com familiares (pais, avós, tios (as), irmãos (ãs), etc.)

Minha própria casa (companheiro (a), esposa, marido, filhos (as), etc.)

República

Moradia Estudantil (na UFSCar)

Pensão

Outro:

#### 6. VOCÊ POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA?

Não possuo deficiência

Sim - Deficiência física.

Sim - Deficiência auditiva.

Sim - Deficiência intelectual

Sim - Deficiência, psicossocial

Sim - Deficiência múltipla

#### 7. QUAL O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO SEU PAI E DA SUA MÃE?

PAI

MÃE

Sem escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Mestrado ou Doutorado

Não sei informar

Sem escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Mestrado ou Doutorado

Não sei informar

#### 8. COMO FEZ SEUS ESTUDOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Integralmente em escola pública

Integralmente em escola particular  
 Maior parte em escola pública  
 Maior parte em escola particular  
 Não sei informar

ENSINO FUNDAMENTAL  
 ENSINO MÉDIO  
 ENSINO FUNDAMENTAL  
 ENSINO MÉDIO

**9. INDIQUE SEU CURSO DE GRADUAÇÃO NA UFSCAR:**

Escolher

**10. EM QUAL ANO VOCÊ INGRESSOU NA UFSCAR?**

2020  
 2019  
 2018  
 2017  
 2016  
 Anterior a 2016

**PERMANÊNCIA**

**11. COMO VOCÊ SE MANTÉM NA UFSCAR?**

Ajuda da família e parentes  
 Trabalho  
 Bolsa Assistência Estudantil UFSCar  
 Bolsa Permanência  
 Outro:

**12. SE VOCÊ RECEBE BOLSA ASSISTÊNCIA DA UFSCAR, INDIQUE A MODALIDADE:**

Você pode assinalar mais de uma opção.  
 Bolsa moradia (vaga)  
 Bolsa moradia (em dinheiro)  
 Bolsa mãe/pai  
 Bolsa alimentação  
 Bolsa transporte  
 Bolsa atividade  
 Não recebo bolsa assistência  
 Outro:

**13. NO INÍCIO DO PERÍODO ENPE, A UFSCAR OFERECERU APOIO PARA INCLUSÃO DIGITAL DOS ESTUDANTES. INDIQUE ABAIXO SE VOCE RECEBEU:**

Você pode assinalar mais de uma opção.  
 Chip com acesso a pacote de dados de internet  
 Recurso financeiro para compra de notebook  
 Não recebi apoio  
 Outro:

**14. INDIQUE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES QUE OS ESTUDANTES ENFRENTAM PARA SE MANTER NA UNIVERSIDADE.**

NUMERE DE 1 A 5 / Coloque 01-Motivo que na sua opinião é a 1ª maior dificuldade / 02- Motivo que na sua opinião é a 2ª maior dificuldade / 03 - Motivo que na sua opinião é a 3ª maior dificuldade / 04 - Motivo que na sua opinião é a 4ª maior dificuldade / 05- Motivo que na sua opinião é a 5ª maior dificuldade/ 06 - Motivo que na sua opinião é a 6ª maior dificuldade.

1  
2  
3  
4  
5  
6

Subsistência (alimentação, sustento, etc.)

Aquisição de materiais didáticos (livros, xerox, cadernos, etc.)

Acadêmicas (dificuldades em acompanhar os estudos e as disciplinas)

Pedagógicas (dificuldades com as metodologias de ensino)

Psicológicas (depressão, ansiedade e outras)

Simbólicas (situações de preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e/ou não pertencimento)

Subsistência (alimentação, sustento, etc.)

Aquisição de materiais didáticos (livros, xerox, cadernos, etc.)

Acadêmicas (dificuldades em acompanhar os estudos e as disciplinas)

Pedagógicas (dificuldades com as metodologias de ensino)

Psicológicas (depressão, ansiedade e outras)

Simbólicas (situações de preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e/ou não pertencimento)

**15. QUAL DOS GRUPOS ABAIXO É DETERMINANTE PARA QUE VOCÊ ENFRETE AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE:**

Familiares (pais, avós, irmãos, tios, etc.).

Colegas de curso ou amigos.

Profissionais do serviço de apoio ao estudante da UFSCar.

Professores do curso.

Não recebi apoio para enfrentar dificuldades.

Não tive dificuldade.

Outro:

**16. VOCÊ CONHECE OU PARTICIPA DE GRUPOS E/OU REDES DE APOIO AOS ALUNOS?**

Não

Sim

**16.1. SE SIM, QUAIS GRUPOS OU REDES DE APOIO?**

**17. EM SUA OPINIÃO, QUAL É O PRINCIPAL MOTIVO DE DISCRIMINAÇÃO COM OS ALUNOS E ALUNAS EM SEU CURSO - CLASSIFIQUE DE 1 A 5**

Coloque 01 - Para o grupo que na sua opinião é o 1º mais discriminado / 02- Grupo que na sua opinião é o 2º mais discriminado / 03 - Grupo que na sua opinião é o 3º mais discriminado / 04 - Grupo que na sua opinião é o 4º mais discriminado

1  
2  
3  
4  
5  
6

Discriminação relacionada com a questão de gênero

Discriminação relacionada com questões étnico-raciais

Discriminação relacionada com a questão da deficiência

Discriminação relacionada com a questão financeira

Não presenciei situação de discriminação em meu Curso.

Não sei responder

Discriminação relacionada com a questão de gênero

Discriminação relacionada com questões étnico-raciais

Discriminação relacionada com a questão da deficiência

Discriminação relacionada com a questão financeira

Não presenciei situação de discriminação em meu Curso.

Não sei responder

**18. EM SUA OPINIÃO, A DISCRIMINAÇÃO PARTE DE QUEM NA MAIORIA DOS CASOS?**

Alunos(as)

Professores

Servidores técnico-administrativos

Funcionários terceirizados

Outro:

**19. VOCÊ JÁ FOI DISCRIMINADO NA UNIVERSIDADE?**

Não

Sim

**19.1. SE SIM, CONTE O QUE ACONTECEU:**

**20. COMO VOCÊ QUALIFICA SEU RELACIONAMENTO COM:**

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

Péssima

Colegas

Professores  
 Técnicos-Administrativos  
 Coordenação do Curso  
 Colegas  
 Professores  
 Técnicos-Administrativos  
 Coordenação do Curso

21. VOCÊ PARTICIPA DAS ATIVIDADES (ACADÊMICAS, CULTURAIS E DE LAZER) PROMOVIDAS NO CURSO E/OU UNIVERSIDADE?

Não  
 Sim

21.1. SE VOCÊ PARTICIPA DESSAS ATIVIDADES, VOCÊ JÁ SE SENTIU EXCLUÍDO (A) EM ALGUMA DESTAS ATIVIDADES?

Não  
 Sim

21.2. EXPLIQUE O PORQUÊ?

22. COMO VOCÊ AVALIA SEU DESEMPENHO NAS DISCIPLINAS

Ótimo  
 Bom  
 Regular  
 Ruim  
 Péssimo

23. VOCÊ TEM DIFICULDADE EM CURSAR A(S) DISCIPLINA(S)?

Não  
 Sim

23.1. SE SIM, O QUE FAZ PARA SUPERAR

24. COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO DO SEU ESTADO EMOCIONAL NO RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS.

1-Nenhuma importância / 2 - Pouco importante / 3 - Importante / 4- Muito importante / 5 - Extremamente importante

25. COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO DA SITUAÇÃO DE SUA SAÚDE NO SEU RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS.

1-Nenhuma importância / 2 - Pouco importante / 3 - Importante / 4- Muito importante / 5 - Extremamente importante

26. COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO DA RELAÇÃO SOCIAL COM FAMILIARES E/OU AMIGOS NO SEU RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS.

1-Nenhuma importância / 2 - Pouco importante / 3 - Importante / 4- Muito importante / 5 - Extremamente importante

27. COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO DA SUA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA (FINANCEIRA) NO SEU RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS.

1-Nenhuma importância / 2 - Pouco importante / 3 - Importante / 4- Muito importante / 5 - Extremamente importante

28. QUANDO VOCÊ TEM DIFICULDADE REFERENTES À PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE, QUAIS SÃO SUAS ATITUDES?

Você pode assinalar mais de uma opção.

Busca ajuda e cooperação dos colegas e professores.

Busca ficar somente com aqueles iguais a você (em termos de cor; condição econômica, ser cotistas, etc.).

Enfrenta todos os problemas e preconceitos vindos dos colegas ou professores.

Busca mudar sua aparência para ficar mais parecido com a maioria.

Busca agir de modo a ser o mais invisível possível.

Estuda bastante para ter um excelente desempenho

Não pensa ou não se importa com este assunto

Outro:

29. VOCÊ TEM COLEGAS QUE ABANDONARAM O CURSO?

Sim

Não

30. SE SIM, INDIQUE OS MOTIVOS QUE LEVARAM A SAÍDA DESSES COLEGAS

Você pode assinalar mais de uma opção.

Dificuldade para acompanhamento do conteúdo ministrado pelos professores (notas não eram suficientes para ser aprovado)

Dificuldade para acompanhar o curso devido à falta de recursos financeiros para se manter na universidade

Dificuldade de frequentar e/ou participar das aulas

O curso não era o que o aluno imaginava

O aluno não conseguiu apoio financeiro (bolsa assistencial) para se manter na universidade

Dificuldade para conciliar o horário das aulas com as atividades profissionais

Passou por alguma situação de constrangimento ou discriminação

A instituição não ofereceu apoio para adaptação ao ambiente universitário

Isolamento (não conseguiu estabelecer amizade com os colegas)

Não sei responder

Outro:

31. SE DESEJAR, DEIXE SEU COMENTÁRIO/SUGESTÃO/CRÍTICA A RESPEITO DAS DIFICULDADES PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSCAR.



## APÊNDICE C

Mensagem enviada pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFSCar pelo Infored.

- Tarefas
- Compromissos
- Atendimentos
- Solicitações
- Pautas
- Clippings
- Fotografias
- Jobs
- Publicações
- Instituição
- Unidades
- Veículos
- Pessoas
- Banco de Fotos
- Galerias
- Gaveta
- Gráfica
- Relatórios

matéria #128703

**Participação Pesquisa: Acesso e Permanência de Estudantes Negros na UFSCar**

pausa Participação Pesquisa: Acesso e Permanência de Estudantes Negros na UFSCar solicitação: Participação Pesquisa: Acesso e Permanência de Estudantes Negros na UFSCar

**Texto:**

**ESTILOS DISPONÍVEIS**

Título  
Texto  
Itálico  
Negrito  
Link

A cópia de texto a partir de navegadores Web Internet Explorer, Firefox) ou de processadores de texto (Word, Writer) é desencorajada. Ao invés disso, copie a partir de editores de texto do tipo bloco de notas.

**Pesquisa sobre avanços e desafios da permanência estudantil convida graduandos para responderem questionário**

A mestranda Carolina Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, está desenvolvendo uma pesquisa sobre os avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros na UFSCar. A pesquisa, que tem orientação do professor Manoel Nelito Matheus Nascimento, do Departamento de Educação (DED) da UFSCar, é voltada para os estudantes do curso de graduação da UFSCar e constitui um instrumento importante para o levantamento e análise das questões, situações e dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes na UFSCar. De acordo com a mestrandia do PPGE, a questão da permanência é uma problemática que tem afetado a educação de nível superior, principalmente no atual momento. A fim de compreender as condições e as dificuldades de permanência, estão sendo convidados estudantes do Campus São Carlos para responder [este questionário online](#), no qual constam todas as instruções de participação e contatos em caso de dúvidas. O projeto tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar (CAAE: 46774021.3.0000.5504).

Data: publicação: 14/10/2021 às 08:00 deadline: 14/10/2021 às 07:00

Responsável: Gisele Bicaletto

**Classificações**

Campus	<input type="checkbox"/> Araras	<input type="checkbox"/> Lagoa do Sino
	<input type="checkbox"/> São Carlos	<input type="checkbox"/> Sorocaba
Ensino	<input type="checkbox"/> A distância	<input type="checkbox"/> Graduação
	<input type="checkbox"/> Pós-Graduação	<input type="checkbox"/> Presencial
Ensino, Pesquisa e Extensão	<input type="checkbox"/> Ensino	<input type="checkbox"/> Extensão
	<input type="checkbox"/> Pesquisa	

Rolagem automática

TOODS

- Tarefas
- Compromissos
- Atendimentos
- Solicitações
- Pautas
- Clippings
- Fotografias
- Jobs
- Publicações
- Instituição
- Unidades
- Veículos

**Matérias**

Responsável inicial: Denise Britto

Publicação: 30/09/2021 às 08:00 Deadline: 30/09/2021 às 07:00 publicada

Publicação: 07/10/2021 às 08:00 Deadline: 07/10/2021 às 07:00 publicada

Publicação: 14/10/2021 às 08:00 Deadline: 14/10/2021 às 07:00 publicada

[+ adicionar](#)

**Editoria**

Nenhuma  Notícias  Clippings  Achados e perdidos

Informes  Foto do dia

**Mailing**

TODOS

<input type="checkbox"/> Araras - Docentes (0)	<input checked="" type="checkbox"/> Araras - Graduação (0)	<input type="checkbox"/> Araras - Pós-Graduação (0)	<input type="checkbox"/> Araras - Técnico-Administrativos (0)
<input type="checkbox"/> Entidades (0)	<input type="checkbox"/> Ex-alunos (2119)	<input type="checkbox"/> Externos (0)	<input type="checkbox"/> Lagoa do Sino - Docentes (0)
<input checked="" type="checkbox"/> Lagoa do Sino - Graduação (0)	<input type="checkbox"/> Lagoa do Sino - Técnico-Administrativos (0)	<input type="checkbox"/> Polos EAD (45)	<input type="checkbox"/> São Carlos - Docentes (0)
<input type="checkbox"/> São Carlos - Técnico-Administrativos (0)	<input type="checkbox"/> Sorocaba - Docentes (0)	<input checked="" type="checkbox"/> São Carlos - Graduação (0)	<input type="checkbox"/> São Carlos - Pós-Graduação (0)
	<input type="checkbox"/> Sorocaba - Técnico-Administrativos (0)	<input checked="" type="checkbox"/> Sorocaba - Graduação (0)	<input type="checkbox"/> Sorocaba - Pós-Graduação (0)
		<input checked="" type="checkbox"/> UAB - Graduação (0)	

Rolagem automática

TOODS